GRANDES DEBATES DA ACTUALIDADE - Nº 2

NOVAS FRONTEIRAS DA POLÍTICA NA ERA DIGITAL

JOÃO DE ALMEIDA SANTOS (Org.)



Edições Universitárias Lusófonas

Ficha Técnica

[Título]
Novas Fronteiras da Política na Era Digital

[Organizador deste volume]
João de Almeida Santos

[Coleção]
Grandes Debates da Actualidade - nº 2

[Direção da Coleção]
Paulo Mendes Pinto

[Design]
Maria Helena Catarino Fonseca

[Revisão e formatação]
Sérgio Vieira da Silva

[ISBN]
978-989-757-089-6

1ª edição - Outubro de 2018

"Este trabalho é financiado por fundos nacionais através
da FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto «UID/CPO/4563/2016».

[Todos os direitos desta edição reservados por]
Edições Universitárias Lusófonas

Grandes Debates da Actualidade - Nº 2

Novas Fronteiras da Política na Era Digital

João de Almeida Santos (Org.)

Edições Universitárias Lusófonas
2018

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 7
João de Almeida Santos

I - UM NOVO PARADIGMA PARA A SOCIAL-DEMOCRACIA 15
João de Almeida Santos

II - LA POLITIQUE ANTIPOLITIQUE: LA MARQUE ET LE RESEAU 47
Pierre Musso

III - IL PARTITO PIATTAFORMA FRA LA DEPOLITICIZZAZIONE E NUOVE FORME DI PARTECIPAZIONE: QUALI POSSIBILITÀ PER LA SINISTRA IN EUROPA? 65
Emiliana De Blasio e Michele Sorice

IV - TENDENCIAS, RETOS E CONTROVERSIAS EN LA ACCIÓN POLÍTICA DIGITAL 89
José Manuel Sánchez Duarte

V - IL MULTIPOPULISMO ITALIANO 105
Manuel Anselmi

VI - CONECTIVIDADE – UMA CHAVE PARA A POLÍTICA DO FUTURO 111
João de Almeida Santos

BIBLIOGRAFIA 131

Introdução

Neste livro os autores reflectem sobre as relações entre a política e a rede, num período em que se verificam profundas alterações no processo político devidas, em grande parte, à emergência da rede[1]. É claro que outras razões explicam as mudanças, como um certo esgotamento do sistema tradicional de partidos, a sua incapacidade de dar resposta às expectativas da cidadania, a questão dos refugiados ou, em geral, o intenso fluxo migratório que pressiona as sociedades mais estáveis e desenvolvidas e os efeitos globalização, em todas as suas dimensões.

Na verdade, os processos desencadeados pela internet vieram produzir mudanças substanciais na base dos sistemas sociais, na cidadania, logo, nos processos comunicacionais e eleitorais, na mobilização e na auto-organização política, fracturando estruturalmente o velho modelo de organização política das sociedades, muito centrado na componente orgânica e territorial. Trata-se de um fenómeno poderoso, não só pela sua natureza, dimensão operativa e eficácia ou pela sua flexibilidade, mas também pela enorme capacidade de expansão quantitativa e qualitativa, enquanto dirigido a uma dimensão de massas, sim, mas através de um processo de individualização da oferta. Traduzindo na linguagem da comunicação e usando o conceito de Manuel Castells, um dos maiores estudiosos desta matéria, a nova realidade substitui a velha *mass communication* por uma nova *mass self-comunication*, individualizando o processo comunicacional quer

1 Este livro resulta da preparação de uma Conferência sobre as relações entre a política e o digital ("Novas Fronteiras da Política na Era Digital") pelos autores, convidados, desde o início, a escrever a intervenção para que fosse possível ter o livro online no dia da Conferência. Acresce que completam o livro dois textos da autoria de Manuel Anselmi ("Multipopulismo italiano") e de mim próprio ("Conectividade – uma chave para a política do futuro").

do ponto de vista dos conteúdos quer do ponto de vista tecnológico e instrumental, as sofisticadas plataformas digitais móveis.

E a verdade é que mais de metade da população mundial já está conectada e mais de dois biliões de pessoas já usam a rede social Facebook, sendo certo que a disseminação das plataformas móveis é praticamente universal.

Ora tudo isto não poderia deixar de ter profundas consequências na política, obrigando o sistema a metabolizar os processos que a rede induz sob pena de ficar à mercê dos que se movem com competência neste universo.

Neste livro, todos os autores entram directamente nesta matéria, objecto central da Conferência que lhe deu origem, seja para propor um novo paradigma para a social-democracia, tomando em consideração precisamente as mudanças estruturais que estão a acontecer na sociedade como resultado da emergência da rede e da profunda mudança estrutural que se está a verificar na cidadania (João de Almeida Santos), seja para propor uma visão crítica do que Pierre Musso chama *transfert d'hégémonie* da empresa para o Estado, com a "desimbolização" progressiva do político e do Estado, cada vez mais reduzido à dimensão gestionária, ao culto da *performance* e do *management*, sem alma, devendo recorrer cada vez mais, no processo de legitimação, ao marketing político, aos media e às tecnologias da comunicação. O autor fala de "metamorfose do político", da sua industrialização, à qual não escapa a utopia reticular, a "teologia libertária da rede", porquanto ela representa uma fase, ainda que avançada, da industrialização ou tecnicização da democracia. Ou seja, o enfoque de Musso centra-se na relativização da conquista tecnológica da rede e da sua pretensão de promover uma nova "idade ateniense da democracia". O título do capítulo é muito claro: da fusão entre a verticalidade da marca, trazida para a política pela sua crescente industrialização, e a horizontalidade da rede resulta uma cidadania de consumidores que, naturalmente, fica aquém das exigências de um tempo em que o velho já está em crise, mas o novo ainda não se libertou, mesmo com a rede, desta

captura empresarial do Estado, no sentido da transposição da lógica, da gramática e da linguagem da empresa para a esfera da política.

Emiliana de Blasio e Michele Sorice identificam as dificuldades que se apresentam à democracia, não se afastando, no plano crítico, das teses de Musso, ao afirmarem que estamos perante um processo de crise da representação e de despolitização pela perda de centralidade da política como *pertença* e *projecto* e pela transferência da lógica empresarial para a lógica política, com tendência para reduzir a *e-democracy* ao mero governo electrónico ou a governação a *governance*, no mesmo sentido apontado por Musso, ou seja, fazendo deslizar a política para uma lógica de pura administração e de comercialização da cidadania em nome da taumaturgia social da eficiência. Os autores, todavia, vêem uma oportunidade na rede e na lógica das plataformas pelas suas possibilidades de controlo dos poderes, de auto-organização e de automobilização da cidadania contra as tentativas de despolitização ou de repolitização em nome da "governabilidade" ou da *governance*, mas também porque elas permitem alcançar uma eficaz complementaridade à mobilização territorial e orgânica da cidadania, influenciando os processos de mobilização, de *policy making* e de *decision making*.

José Manuel Sánchez Duarte concentra a sua reflexão sobre os efeitos negativos que a rede pode induzir, como a fragmentação excessiva da cidadania, o fecho grupal e a perda de eficácia pela excessiva disseminação do poder ("poder diluído", o conceito operativo proposto por Jesús Timoteo em "Gestión del poder diluído", de 2005). E, todavia, o essencial da sua reflexão vai mais no sentido de determinar as grandes mudanças no perfil da cidadania, da participação e da organização política em face das mudanças que a rede induz no ecossistema político, sendo certo que já estamos perante uma sua intensa e inescapável dimensão complementar, na visão do autor. Sánchez Duarte fala, por exemplo, de identidades político-ideais híbridas, de participação política intermitente, de atenção selectiva e de formas permanentes de manter a interacção com a cidadania militante, ao mesmo tempo que fala da necessidade de controlo dos media e de oposição permanente à sua

tendencial hegemonia. São dimensões de enorme relevância por onde passa a conversão reticular da política e até a sua possível metabolização pelo ecossistema político mais convencional, orgânico e territorial.

Manuel Anselmi, no capítulo sobre o "Il multipopulismo italiano", traça um rápido percurso do recente neopopulismo italiano, desde a Lega Norte de Umberto Bossi até ao que ele designa por populismo institucionalista de Renzi, em clara oposição ao populismo de protesto e movimentista do MoVimento5Stelle (M5S). Nesta evolução, a rede foi desempenhando um crescente papel político até que surge um partido neopopulista digital como o M5S, o caso talvez mais avançado do mundo em matéria de conversão digital da política, ao ponto de avançar com a complexa proposta da "cidadania digital", hoje integrada no contrato de governo em aliança com a Liga de Matteo Salvini.

Finalmente, o último capítulo, de minha autoria. Se no primeiro capítulo proponho um balanço da evolução da social-democracia e a descrição do seu estado actual na Europa, avançando um quadro global com as principais ideias que deveriam definir um novo paradigma, tendo em conta as mudanças que estão a ocorrer na era digital, neste capítulo desenvolvo um balanço histórico da comunicação nas suas relações com a política e discuto os caminhos que esta deve percorrer no seu novo trajecto, propondo o conceito de conectividade e de lógica *bottom-up* na reconstrução do edifício político na era digital com vista à inauguração de uma nova fase da democracia representativa, nem em sentido pós-representativo nem no sentido da democracia participativa, mas no sentido de uma *democracia deliberativa* que conserve o essencial do sistema representativo, incorporando e metabolizando os novos mecanismos de mobilização e de auto-organização da cidadania, um novo conceito de poder e uma nova cidadania onde cada indivíduo possa ser ao mesmo tempo consumidor e produtor de política e comunicação, alargando a esfera e o modo de intervenção na sociedade, incorporando no sistema político a comunicação como sua variável interna, dando corpo àquilo que é a alma da democracia representativa, ou seja, a

legitimação do poder pelo consenso, a adesão voluntária e activa do cidadão a uma proposta política.

É minha convicção de que, com este livro, estamos a dar o nosso contributo para uma revitalização do processo político no quadro de uma democracia representativa reforçada pela sua componente deliberativa e pela reanimação da política como arte de autogoverno dos povos.

Aos colegas que participam neste volume o meu reconhecimento e o meu obrigado.

João de Almeida Santos

Nota Biográfica

João de Almeida Santos é Director da Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração e do Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais da Universidade Lusófona. É o Investigador Responsável (IR) do Centro de Investigação em Política, Economia e Sociedade (CIPES) e Director da Revista *ResPublica.*

Pierre Musso é Professor Emérito de Ciências da Informação e da Comunicação da Universidade de Rennes II e da École Télécom Paris Tech. É ainda membro do Institut d'Etudes Avancées de Nantes, além de titular e criador da cátedra 'Modélisations des imaginaires, innovation et création. É autor do livro "La Religion Industrielle. Monastère, Manufacture, Usine. Une Généalogie del'Entreprise (Paris, Fayard, 2017).

Emiliana De Blasio é Diretora do *Observatório "Open Democracy"*, Professora na Universidade LUISS "Guido Carli", de Roma, e Professora Convidada na Universidade Gregoriana. As suas principais áreas de atuação académica são o governo aberto, a sociologia da comunicação e do género.

Michele Sorice é Professor na Universidade LUISS "Guido Carli", de Roma, onde ensina Sociologia Política e Inovação Democrática. Dirige o *Centre for Conflict and Participation Studies*. É membro do Conselho Consultivo do grupo *Media and Politics* da *Political Studies Association* do Reino Unido.

José Manuel Sánchez Duarte é Coordenador de Comunicação na Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales da Universidade Rey Juan Carlos. Licenciado em Sociologia pela Universidade de Salamanca e doutorado em Comunicação pela Universidade Rey Juan Carlos e em

Ciências Sociais e Políticas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Manuel Anselmi é Professor na Universidade de Perugia. A sua investigação académica centra-se na sociologia dos fenómenos políticos, na política latino-americana e na análise dos populismos contemporâneos. Coordena a rede nacional de pesquisa sobre populismo e política global da Associação Italiana de Sociologia e colabora com o Observatório da Venezuela da Universidad del Rosario, de Bogotá. É Senior Researcher na Faculdade de Ciências Sociais / Instituto de Estudos Sociológicos da Charles University (Praga).

I.

Um Novo Paradigma para a Social-Democracia

João de Almeida Santos

Breve Introdução em Língua Espanhola

La Política está conociendo cambios muy profundos. Todo está cambiando. Pero las formaciones políticas tradicionales no han todavía comprendido lo que está sucediendo! Siguen haciendo política como la hacen desde hace demasiado tiempo. Su componente orgánica sigue siendo decisiva en su organización. Los métodos de selección de los dirigentes no han cambiado ante los profundos cambios producidos por la revolución de la Red y de las TICs. No han comprendido que estamos ante una afirmación de ciudadanía muy fuerte y muy diferente de las que nuestras sociedades han conocido hasta ahora. La red y las Tics están revolucionando las relaciones humanas, las relaciones sociales y también la política. La perspectiva comunitarista dominante en la visión del mundo de las izquierdas tradicionales no tiene sentido ante la emergencia de las redes sociales y de los muy activos nuevos *prosumers* en el nuevo *espacio digital deliberativo*. El dominio absoluto de la lógica de la mediación de las grandes organizaciones en la política y la comunicación ha terminado, pues que está emergiendo un nuevo tipo de poder, el poder diluido, centrado en un individuo complejo, portador de múltiples pertenencias ideales y de intereses muy diferenciados, capaz de utilizar con eficacia y rapidez los nuevos medios (las TICs) sea para movilizar sea para organizar la ciudadanía en torno a nuevos proyectos políticos. Estamos ante un progresivo proceso de *desintermediación de la política y de la comunicación*.

Propongo, pues, aquí una nueva y estructurada visión global para un cambio y una definición más avanzada de la identidad político-ideal de los partidos socialistas y social-demócratas que están conociendo una peligrosa erosión política, cediendo el paso a formaciones populistas, de izquierda y de derecha, sin contenido substantivo, pero muy fuertes y competentes en la crítica y en el uso de los nuevos medios para la auto-movilización e auto-organización de la ciudadanía. Hay, pues, que identificar nuevas líneas ideales, una nueva cartografía política y cognitiva para la ciudadanía y nuevas formas de organización y de movilización. La ciudadanía, el tiempo de la política, la comunicación, la naturaleza del poder han cambiado en profundidad y los agentes activos de la política tienen que comprender que si no cambian serán pronto substituidos por otros más competentes y eficaces, pero en muchos casos sin una clara identidad política pues que su afirmación está basada solamente en la crítica y en fórmulas populistas para consumo electoral.

Hace casi tres años (enero 2016), António Costa, secretario general del PS, y Pedro Sánchez, secretario general del PSOE, ahora ambos primeros ministros, han afirmado la necesidad de producir cambios profundos en el panorama europeo de los partidos socialistas que puedan interrumpir con éxito el proceso de creciente afirmación de partidos alternativos y populistas nutriéndose esencialmente de los electorados de estos partidos. Sí, es un paso adelante, pero este proceso es más que publicidad o afirmación de buenas voluntades. Sin embargo hay que producir profundos y substanciales cambios para obtener resultados compatibles con las nuevas exigencias de la ciudadanía. En Portugal el cambio está siguiendo su recorrido. No ha sido, en Portugal, todavía alcanzada una fórmula que pudiera integrar a los partidos a la izquierda del PS (PCP y Bloque de Izquierda) en una solución de gobierno (y no sólo parlamentaria). El proceso está siguiendo sus trámites, con un gobierno del PS apoyado por estos partidos. En España, Sánchez ha dimitido como secretario general del PSOE, pero ha ganado las elecciones internas y sigue siendo secretario general y ahora primer ministro. Pero hay dos partidos que, a izquierda y a derecha, amenazan su centralidad en el sistema político español, o sea, *Ciudadanos* y *Podemos*. En Italia

el M5S es el primer partido, con catorce puntos de diferencia respecto al segundo partido, y, con la Lega, ha formado gobierno. En un año Emmanuel Macron ha conquistado el poder político en Francia. En Grecia el poder político está en las manos de um partido radical, el Syrisa, con los socialistas casi desaparecidos del panorama político griego. En Alemania la derecha radical (AfD) está con treze por ciento e ya tiene muchos diputados en el Bundestag. La alternativa laborista de Jeremy Corbyn, en el Reino Unido, sigue las viejas soluciones de la social-democracia. En Holanda el partido socialdemócrata ha perdido, en las últimas elecciones, 29 diputados, manteniendo solamente 9 diputados en el Parlamento. Esta es la situación que tienen que cambiar si quieren mantener su centralidade política.

Introdução

Não é necessário ser um especialista em teoria política para constatar que, nesta matéria, estamos a conhecer hoje profundas transformações, como se as placas tectónicas da sociedade se estivessem a mover lenta, mas profundamente. E que, na verdade, se trata de uma mudança de paradigma que os socialistas e sociais-democratas não podem desconhecer, limitando-se a propor receitas económicas e financeiras para o mandato ou para a década ou repropondo uma nova centralidade para o Estado na gestão da sociedade, ou seja, falando a linguagem política de sempre. Porque se trata de uma mudança profunda e complexa que toca directamente a natureza da política e põe em causa o velho sistema de partidos e as relações entre a cidadania e o sistema político. E, todavia, apesar de esta profunda mudança já estar a acontecer à nossa frente, um pouco por toda a Europa, muitos de nós continuam teimosamente a não a ver. Ou porque não sabem ou porque não querem, porque não lhes interessa. Vou, por isso, tentar caracterizá-la, dando o meu contributo[1].

[1] Texto – revisto, actualizado e desenvolvido em 31.08.2018 – da intervenção na Universidade de Verão da Federação Distrital de Santarém do PS, em 20.06.2015.

Sempre, ao longo da sua história, os socialistas se viram confrontados, quando o tempo da História acelerava, com a necessidade de redefinir a sua identidade política. Por um lado, demarcando-se, à esquerda, dos seus directos competidores políticos e ideológicos: o marxismo e o anarquismo; por outro, demarcando-se das forças políticas de inspiração liberal e conservadora. Ou, então, tentando uma síntese construtiva: o socialismo liberal, de que o *Partito d'Azione* italiano, fundado em 1942, foi um interessante exemplo. Uma posição moderada, portanto: nem tradicionalismo nem revolução, nem darwinismo social nem igualitarismo. Mas reformas profundas, à altura dos desafios. As grandes lutas sociais pelo progresso, pela inovação, pelo conhecimento, pela emancipação, pela justiça, pelos direitos sociais, pelo sufrágio universal e pela liberdade sempre foram travadas com garra pelos movimentos que se inspiravam no socialismo. Olhando, por exemplo, para a história do SPD alemão poderemos ver com nitidez a evolução deste processo: de 1875 a 1989, de Gotha a Berlim, passando pelos Congressos de Erfurt (1891), de Heidelberg (1925, durante a República de Weimar, que assumiu de forma muito aprofundada o Estado Social, dando sequência à inovação de Bismarck, nos anos '80 do século XIX) e de Bad Godesberg, em 1959. Está lá tudo. Veja-se, por exemplo, o *Grundsatzprogramm* de Bad Godesberg e a superação definitiva da marca de água marxista. Por outro lado, os socialistas também sempre souberam metabolizar politicamente a evolução do processo social, adaptando os seus programas às mudanças verificadas. Por exemplo, no caso do SPD, no Programa Fundamental, aprovado em Berlim (1989), reconhecendo a crise do modelo industrialista e do optimismo que o acompanhava, o papel da mulher na sociedade e na política, o equilíbrio ecológico, a revalorização social da cultura política. O *Labour* fez também – após a tentativa fracassada de Hugh Gaitskell, nos anos '50, inspirada no livro de Tony Crosland, *The Future of Socialism*, de 1956 ("wealth redistribution, not the end of capitalism, was the goal" – Campbell, 2008: 29, n.1; ver sobre o assunto Jones, 1997) – uma profunda redefinição da sua identidade, com o New Labour, saindo finalmente do espartilho

sindical e da referência nuclear à classe operária, a "classe *gardée*". Estes partidos acompanharam o andar dos tempos. E chegaram ao poder na sequência destas mudanças (1966-1969, no primeiro caso, com Willy Brandt, Vice-Chanceler e Chanceler, e 1997, com Tony Blair, no segundo caso). Hoje estamos de novo perante uma mudança de paradigma. Tento, por isso, fazer uma primeira aproximação à mudança, começando por formular 13 Teses.

1. Treze Teses

1.1. *Primeira Tese*

As formações políticas clássicas de inspiração socialista ou social-democrata, governadas segundo a lógica funcional das grandes organizações, disseminadas territorialmente e com um vasto corpo orgânico, com precisa referência de classe (a "classe *gardée*"), ideologicamente muito intensas, modeladas ainda, e no essencial, segundo a lógica do industrialismo e das relações sociais daí resultantes (as velhas relações de produção), ancoradas na exclusividade do "sentimento de pertença" como matriz da decisão político-eleitoral, entraram em crise perante os desafios da sociedade pós-industrial, pós-moderna, da informação e da comunicação e, agora, da sociedade digital e em rede, ancorada na globalização.

1.2. *Segunda Tese*

A assunção (ainda que implícita) de uma filosofia de inspiração dominantemente comunitária ou neocomunitária (seja de classe ou de grupo) como eixo fundamental da narrativa política da esquerda moderada, contraposta à inspiração liberal, fundada na centralidade do indivíduo singular, deixou de fazer sentido. Aquela assunção – independentemente da sua matriz pré-moderna – sempre foi indutora de desresponsabilização individual do cidadão, que via sempre o seu

insucesso como resultado de vícios do sistema (social), afastando-se das próprias responsabilidades. É inspiradora, a este respeito, a afirmação de John Kennedy: não perguntes o que é que o teu País pode fazer por ti, mas o que é que tu podes fazer pelo teu País. Se confinada e assumida sectorialmente, a ideia de comunidade é certamente importante, mas não pode dominar e determinar o novo paradigma. Porque no centro do paradigma está um indivíduo singular complexo que se assume, ao mesmo tempo, como cidadão, produtor e consumidor, inscrevendo-se em múltiplas e diferenciadas pertenças ou relações, mutáveis no tempo e no breve prazo. A mobilidade e a flexibilidade são variáveis fundamentais do sistema. Também no centro do sistema representativo e da democracia está o indivíduo singular (um homem, um voto), não as comunidades, as classes ou os grupos sociais. O sistema foi concebido para ele e não para as comunidades e por isso foi sempre combatido pelas visões comunitaristas da sociedade. Ou seja, o indivíduo singular sempre foi o referente originário do sistema representativo, apesar de nas suas concretas expressões históricas ter sido substituído por organizações que intermediaram o exercício da sua própria soberania política. O que historicamente se compreende devido à generalizada iliteracia política do cidadão comum. Mas esta, agora, renovada ênfase no indivíduo singular faz subir à cena a questão da relação entre ética da convicção e ética da responsabilidade, sendo certo também que aquela foi sempre a ética dominante à esquerda, pela importância que nela sempre teve a frente ideológica e o sentimento de pertença a comunidades orgânicas. Ora a reposição do indivíduo singular no centro do sistema leva-nos à necessidade de balancear vários princípios. Em primeiro lugar, a relação entre direitos, liberdades e garantias (perante o Estado/Comunidade) e deveres e responsabilidades (do indivíduo singular), o reequilíbrio entre estes princípios, com a revalorização das ideias de dever e de responsabilidade, antes subalternas. Em segundo lugar, o recentramento da questão da ética pública: colocá-la mais na esfera da ética da responsabilidade do que na da ética da convicção de modo a melhor garantir a prevalência do interesse geral sobre o

interesse de parte. O que se compreende, já que a ética pública está mais ancorada nos grandes princípios que enquadram a democracia e o Estado de Direito – as Cartas de Direitos Fundamentais: *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (1789), *Declaração Universal dos Direitos do Homem* (1948), *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia* (2000-2009) – do que na esfera das ideologias. Está ancorada naquilo que, com Habermas, poderíamos designar por "patriotismo constitucional" (*Verfassungspatriotismus*), reconhecimento e adesão voluntária aos princípios estruturantes de uma constituição democrática. E é aqui que ganha, à esquerda, uma nova centralidade a ética da responsabilidade, antes de algum modo subalternizada. Um novo equilíbrio, portanto. Ou seja, a ética da convicção, ao elevar-se ao patamar da responsabilidade político-institucional (parlamentar ou governativa, por exemplo), deverá ser sempre balanceada e temperada com as exigências da ética da responsabilidade. Esta diferença poderá encontrar-se, por exemplo, na relação entre um programa de partido, um programa eleitoral e um programa de governo.

1.3. *Terceira Tese*

O sistema representativo clássico está hoje sujeito a exigências que já não cabem no interior da sua clássica estrutura formal. Não é por acaso que muitos falam de democracia pós-representativa (Alain Minc), pós-eleitoral (Pierre Rosanvallon), deliberativa (Habermas), participativa ou mesmo de democracia digital. Se antes isto poderia significar apenas fecunda imaginação teórica, hoje já representa um processo real. Vejamos, por exemplo, a tese de Rosanvallon (em *Le Monde*, 8/10.05.09). O que ele nos diz é que temos de fazer três operações no interior do universo democrático: a) "inventar formas não eleitorais de representação" (palavras suas); b) assumir a democracia como uma «forma de sociedade», ou seja, como algo mais do que um simples regime político; c) relançar a cidadania para além da sua mera expressão eleitoral.

Portanto, formas não eleitorais de representação, democracia como forma metapolítica de sociedade e cidadania pós-eleitoral (que não se reduza, portanto, a mera função do sistema político para fins eleitorais).

Trata-se de uma tentativa de captar o que já flui no interior dos sistemas democráticos e que já não cabe no interior dos seus módulos formais. Ou seja, a sociedade moderna já encontrou canais e formas de expressão política que transbordam as margens do clássico sistema representativo, agindo, depois, sobre ele, com uma tal "pressão ambiental" que tem vindo a gerar aquilo que eu designo como "discrasia da representação". Emerge, assim, a chamada política deliberativa como resposta a esta crise.

Por várias razões:

• A política democrática, no plano da legitimidade do poder, deslocou o seu centro geométrico das estruturas representativas formais não só para o espaço partidário, mas também para o espaço público mediatizado, ou seja, para um não-lugar (o voto serve sobretudo para designar representantes, subalternizada que está a função de legitimação para o mandato), ou seja, numa primeira fase, a política conhece um processo de mediação, quer através dos partidos quer através dos media, e, depois, numa segunda fase, um progressivo processo de desintermediação, devido à expansão da comunicação e da informação e, sobretudo, à emergência da rede. A legitimidade continua, de facto, a ser formalmente de mandato, mas passa a ser politicamente flutuante, não se confundindo, todavia, com a chamada legitimidade de exercício, conceito mais ambíguo e menos denotativo, uma vez que a legitimidade não está centrada no exercício, mas no reconhecimento desse exercício, que, esse, sim, é flutuante;

• este deslocamento ocorreu em perfeita sintonia discursiva com o poder mediático, configurando o seu sistema operativo à medida das exigências deste, sem cuidar de preservar a sua autonomia e abrindo, pelo contrário, espaço ao protagonismo e a um desmesurado poder funcional dos media sobre o coração do sistema político e institucional, convertendo-os, afinal, na outra face da mesma moeda, o poder;

• deste modo, permitiu que a soberania do cidadão fosse confiscada ou capturada por instâncias de intermediação diferenciadas e autopoiéticas, resultando daqui uma evidente "discrasia da representação" política e uma subalternização da própria cidadania;

• portanto, duplo desvio da soberania individual, na fase da chamada democracia do público: para os partidos (por exemplo, no plano da propositura de candidatos e listas); e para os media, no plano da representação do real, a que, no plano político, correspondeu uma captura do discurso, da atenção social e do processo de agendamento por parte do *establishment* mediático.

• Ora, só se pode compreender a ideia de relançamento da cidadania se ela representar, em primeiro lugar, uma reapropriação, pelo cidadão, da soberania confiscada ou capturada quer pelos directórios partidários (partidocracia) quer pelos directórios mediáticos (mediacracia), para não falar dos directórios judiciais, em crescente e perigoso protagonismo político (no mais benigno dos casos, o protagonismo do Tribunal Constitucional, estranhamente promovido pelos próprios partidos políticos); e, em segundo lugar, e por consequência, uma reposição do valor de uso do voto, designadamente através de um reforço da «cidadania activa» a montante e a jusante dos processos eleitorais. Porque se alguma vantagem houve na deslocação do centro da deliberação política para esse não-lugar que, numa primeira fase, acabou por se confundir com o establishment mediático, verdadeiro guardião do espaço público (ou *gatekeeper*), ela exprime-se agora, com a sociedade digital e em rede, através da emergência do cidadão individual como agente político directo (*prosumer*), capaz de se auto-organizar e se automobilizar politicamente (com uma lógica diferente das organizações políticas tradicionais) e com capacidade efectiva de influenciar a "agenda pública", tantos são os canais disponíveis de acesso a esse novo e gigantesco não-lugar, o espaço público deliberativo digital.

• Não é por acaso que, como veremos, os novos movimentos (*Syrisa, M5S, Podemos, Ciudadanos*, etc., etc.) falam, todos, de devolução do poder ou da soberania à cidadania. E que Castells, a propósito da

Rede, fala, sim, num ensaio de 2012, "A Política em Atraso na Era da Internet", do (re)nascimento da "democracia de cidadãos", sucedânea da "democracia do público" e da "democracia de partidos" (Castells, 2012).

• Aqui, sim, teríamos uma democracia deliberativa, praticável a partir desse não-lugar que é a Rede, no seu sentido mais amplo e não meramente instrumental ("no sense of place" – fórmula que já Joshua Meyrowitz usava para designar a televisão), centrada num cidadão não dependente nem dos *gatekeepers* mediáticos nem dos comunitarismos militantes e resistente ao exclusivismo e ao fechamento dos directórios partidários. A verdade é que nunca como hoje os cidadãos tiveram tantos meios de livre acesso ao espaço público, enquanto prosumers, produtores e consumidores de política e de comunicação, embora reconheça que também nunca como hoje os poderes fortes organizados tiveram tanto poder simbólico, tantos meios para agir instrumentalmente sobre as consciências, colonizando-as (veja-se Santos, 2013; 2010). É aqui que reside a viragem e os socialistas e sociais-democratas devem assumi-la com a radicalidade que se espera de quem deve olhar mais para o futuro do que para o passado.

1.4. *Quarta Tese*

Deixou, pois, de ter sentido que a política continue a olhar para a esfera da comunicação numa lógica puramente instrumental e de *spin doctoring*, olhando para os media (e agora para a rede) como meros veículos de informação, comunicação, propaganda ou marketing. Não só porque estes se tornaram protagonistas políticos e poderosos agentes económicos portadores de concretos interesses (não respeitando os códigos éticos, aceites e/ou elaborados por eles próprios), mas também porque estão em sérias dificuldades perante a ruptura do próprio modelo de exercício do poder comunicacional. Mais do que meios de comunicação ou um espaço mediático, o que hoje temos é um gigantesco espaço público intermédio com dimensão ontológica para onde tudo

tende a migrar: a Rede. Ou seja: a sociedade de massas deu lugar à sociedade digital e em rede. E, portanto, a *mass communication* deu lugar à *mass-self communication* (Castells), à comunicação individual de massas, onde o indivíduo singular ou, se quiserem, o cidadão, tem condições para um protagonismo como nunca teve. E aqui está a razão por que devemos transitar da lógica comunitária e da lógica de massas para a lógica da *mass-self communication*, onde a centralidade do indivíduo singular é evidente (veja-se sobre este assunto Castells, 2007).

1.5. *Quinta Tese*

Nesta nova fase evolutiva dos sistemas sociais e da democracia, ganha novo significado e enquadramento a questão da hegemonia, que tem andado tão arredada do debate político e dos horizontes do *establishment* partidário, preocupado exclusivamente com o pragmatismo do curto prazo. E, todavia, esta questão é central num mundo cada vez mais simulacral, fragmentário, imprevisível e rápido. Só que esta questão não deve agora ressuscitar a fórmula ideológica de matriz comunitária, devendo, isso sim, repor-se no sentido da reconstrução de uma mundividência estruturada analiticamente, de uma cartografia cognitiva e ético-política virada para o indivíduo singular e para os direitos e as responsabilidades. Eu diria, pois, uma mundividência ético-política que exprima claramente a orientação ideal do socialismo democrático ou da social-democracia e na qual a maioria se possa rever. Não se trata, pois, de narrativas ideológicas, mas de cartografias cognitivas (Fredric Jameson) que ajudem o cidadão a orientar-se analítica e criticamente na sociedade, certamente com bússolas valorativas, mas também com instrumentos cognitivos e analíticos de largo espectro cultural e civilizacional. Lembro a bela proposta de Friedrich Schiller, nas *Cartas Sobre a Educação Estética do Homem* (veja-se, a este propósito, o que escrevi em Santos, 1999: 42-51), de um Estado Estético que centrasse na estética a base da sociabilidade, da cidadania e da formação humana. A nova hegemonia exprimiria, portanto, um iluminismo renovado voltado para o crescimento

cultural da cidadania e para uma visão proactiva do saber. E, de certo modo, retomaria a velha ideia desse brilhante marxista italiano, um dos pais do chamado marxismo ocidental, chamado Antonio Gramsci.

1.6. *Sexta Tese*

As próprias ideias de intermediação política e de intermediação comunicacional, com delegação de soberania nas grandes organizações políticas e comunicacionais por parte da cidadania, estão em crise devido à emergência deste indivíduo singular como novo protagonista e centro complexo de informação, de partilha, de decisão e de intervenção, para onde convergem múltiplas e diferenciadas pertenças: *prosumer*. O processo de desintermediação da política e da comunicação é progressivo e tenderá a consolidar-se cada vez mais quer como afirmação do indivíduo singular quer como transformação qualitativa das relações entre as organizações (designadamente partidos e media) e a cidadania, com superação progressiva do *gatekeeping* comunicacional e político.

1.7. *Sétima Tese*

Mas, a par da emergência de um novo tipo de cidadania e do protagonismo do indivíduo singular, algo de novo também está a surgir nas relações entre política e economia. Hoje, como afirma Wolfgang Streeck (2013), em *Gekaufte Zeit*, já nos encontramos perante, não uma *constituency*, uma única fonte remota de soberania, mas perante duas: a dos cidadãos e a dos credores. Ou seja, a política já não se pode limitar a agir com os olhos postos na nova cidadania, mas também deve ter em consideração os grandes credores que financiam a dívida pública. E isso, digo-o desde já, deveria levar os decisores políticos a promover uma efectiva viragem no financiamento da dívida. Ou seja, a desenvolver uma política activa para a poupança, através dos instrumentos reguladores de que o Estado dispõe (por exemplo, em Portugal, através da Agência de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público – IGCP-E.E.E. ou da Caixa Geral

de Depósitos), deixando a política de juros de estar irremediavelmente capturada pela banca privada. Se tem de haver credores, e agora com o estatuto de nova *constituency*, então que eles se identifiquem cada vez mais com a cidadania. Ou seja, a nova cidadania não só se deve exprimir no plano comunicacional e político, mas também no plano financeiro, em particular no das finanças públicas. O que está em linha com a nova visão que estou a tentar delinear. Deste modo, relativizar-se-ia também o poder das oligopólicas agências de *rating* (da Fitch, da Standard&Poors e da Moody's) na medida em que se subalternizaria o poder dos credores internacionais ao devolver integralmente à cidadania a fonte da soberania e da legitimidade. Ora aqui está, no meu entendimento, uma boa linha de demarcação relativamente às forças neoliberais e conservadoras ou neoconservadoras. O Estado como regulador financeiro e promotor activo de independência financeira relativamente aos mercados internacionais de capitais, no que diz respeito à dívida pública. De resto, isto já foi praticado há bem pouco tempo e com bons resultados. E verifica-se também nos países que têm a dívida pública ancorada essencialmente nos recursos financeiros internos do país.

1.8. *Oitava Tese*

Esta situação tem directas implicações na autonomia do Estado e na forma como age em matéria social. Chegou, pois, o momento de deixar de assumir a ideia de "modelo social europeu" como dogma e de repensar o Estado social desde a raiz, mantendo firme, claro, a ideia de justiça social ou distributiva, ou seja, a ideia de que uma sociedade é melhor se garantir aqueles bens públicos essenciais que geram uma melhor cidadania em todas as suas dimensões. Não se trata, obviamente, de caridade, mas sim de maior eficácia, de maior qualidade de vida, de progresso individual e de avanço global da sociedade que, depois, se exprimem numa cidadania mais robusta, mais culta, mais preparada e capaz de promover crescimento e desenvolvimento. Neste sentido, a diferença relativamente à justiça comutativa dos liberais é muito clara. O mercado,

funcionando numa lógica de curto prazo, nunca estará em condições de garantir todos os bens públicos essenciais, os bens transgeracionais, como os ambientais, por exemplo. O desmantelamento da esfera pública e a mercantilização integral de todos os bens públicos ou sociais continua a não ser uma boa solução porque reduz as bases do crescimento social. Mas, por isso mesmo, chegou o momento de repensar radicalmente a filosofia que inspira o Estado social, ou seja, de o referir a cidadãos que já se encontram em condições de tutelar responsavelmente o seu próprio futuro, sem necessidade de confiar integralmente a sua tutela a uma burocracia que, depois, nem sequer é capaz de garantir o contrato social que subjaz à transferência dos recursos individuais para o Estado. Por exemplo, para fins de reforma (a famosa, recorrente e eterna questão da sustentabilidade financeira da Segurança Social) [veja-se o ensaio de João Cardoso Rosas (2013) sobre o Estado Social].

1.9. *Nona Tese*

Se é verdade que, por um lado, o financiamento da dívida pública através dos mercados financeiros internacionais provocou um reajustamento nos centros nucleares de decisão, fazendo entrar directamente novos protagonistas políticos exógenos à cidadania, também é verdade que, por outro, muitas esferas de soberania foram também deslocadas para o espaço político da União, com directas consequências sobre a liberdade de acção dos governos nacionais. É, de resto, por isso que, em atmosfera de crise, muitos já propõem o regresso ao velho Estado-Nação e à moeda nacional (como Streeck, por exemplo) e que outros, pelo contrário (como Habermas), propõem o reforço institucional da União e a assunção de políticas comunitárias em matérias que têm estado arredadas desta esfera. Neste aspecto, aos socialistas não é muito difícil marcarem o seu próprio terreno. A luta de Altiero Spinelli, um dos homens do Manifesto de Ventotene, sempre foi muito inspiradora. E não faria mal retomar a sua luta contra o predomínio das diplomacias nacionais na definição das políticas europeias e a favor

da constitucionalização da União e da construção de uma democracia e de uma cidadania verdadeiramente supranacionais. Esta orientação, se for perseguida com tenacidade, permitirá resolver o problema da convergência comunitária em matérias tão importantes como a fiscal e a da segurança e defesa, por exemplo.

1.10. *Décima Tese*

A política mundial sofreu uma profunda mudança com o fim do bipolarismo estratégico, político, económico e ideológico. Estamos agora perante um multilateralismo algo caótico, sem âncoras sólidas capazes de garantir paz e desenvolvimento. Começamos, assim, a assistir ao protagonismo, designadamente financeiro, de novas potências emergentes (China, Índia, Brasil, por exemplo), mantendo-se como âncora sólida os Estados Unidos, mas também a Rússia de Putin, com um significativo protagonismo internacional e com uma grande zona cinzenta de influência. Neste intervalo, e na ausência de uma clara delimitação de zonas de influência que possam ser "tuteladas" e negociadas diplomaticamente pelos agentes poderosos da cena internacional, detonam conflitos regionais e ameaças globais que alastram como mancha de óleo. A China há muito que compreendeu que as finanças são o mais sofisticado e importante instrumento geopolítico (ou as finanças como "a continuação da política por outros meios"). A tradição socialista é também aqui muito clara nas suas orientações, sobretudo na defesa da paz e no direito dos povos à autodeterminação e à liberdade, ideias que devem estar cada vez mais ancoradas numa ideia avançada de Europa, em construção, no sentido de um efectivo reforço político e institucional. A Europa como protagonista mundial poderá ser decisiva para reorganizar o espaço político internacional, ajudando a neutralizar ameaças regionais que em tempos de globalização se tornam verdadeiras ameaças globais. Ela poderá ser também, por um lado, um poderoso instrumento de resposta eficaz à globalização de processos e de eficaz tutela dos interesses dos próprios Estados nacionais e da

cidadania europeia e, por outro, o garante de conquistas civilizacionais que só no espaço da União se puderam realizar, afirmar e consolidar.

1.11. *Décima Primeira Tese*

Entretanto, e como nunca aconteceu no passado, a globalização já não se esgota no accionamento dos meios de comunicação tradicionais (dos transportes terrestres, viaturas ou caminho de ferro aos barcos, aos aviões), mas insinua-se cada vez mais como globalização digital de processos e conteúdos, através da Rede. O que exige, a quem não tem medo do futuro, o reconhecimento de que a problemas globais só é possível responder com instrumentos e soluções globais, na óptica de um cosmopolitismo que sempre serviu de âncora ideal ao socialismo democrático e à social-democracia. Uma coisa é a lógica globalitária (por exemplo, dos mercados, dos fundos de pensões ou das famosas EPZ, Export Processing Zones) (veja-se Klein, 2001), outra é a lógica de um cosmopolitismo crítico e integrativo, inspirado no racionalismo iluminista, que sempre inspirou os socialistas. De resto, a União Europeia é filha dele.

1.12. *Décima Segunda Tese*

O poder tradicional está a conhecer uma rápida mudança de paradigma: do poder organizacional, centrado na eficácia e na lógica das grandes organizações, ao poder diluído, ou seja, a reconquista pela cidadania, sobretudo através da Rede, da soberania confiscada. Os partidos não podem, por isso, continuar encerrados nos seus limitados mecanismos internos de selecção da classe dirigente nem podem continuar a ver o mundo como uma projecção auto-referencial, com o permanente risco de uma progressiva perda de poder para movimentos políticos de mobilidade variável capazes de a cada momento interceptar os fluxos eleitorais com os novos meios de auto-organização e de automobilização, TICs e redes sociais. Movimentos que, de resto, podem ser facilmente colonizados, logo a partir da própria Rede. A introdução de primárias abertas para os

reais centros de poder (concelhias, distritais, secretário-geral, no caso do PS, por exemplo), os que fornecem os dirigentes políticos máximos do Estado, não sendo milagrosa, pode constituir um primeiro momento muito importante no processo de metabolização da nova natureza do poder centrada nos *prosumers*. A cidadania, sendo chamada a cooperar na selecção dos dirigentes partidários e nos candidatos a funções de Estado, poderá contribuir decisivamente para injectar sangue novo em organismos que se estão a tornar cada vez mais endogâmicos, auto-referenciais e socialmente anémicos.

1.13. *Décima Terceira Tese*

Bem sabemos que só os ricos se podem permitir um Estado pobre, como se dizia no *Grundsatzprogramm* do SPD, aprovado em Berlim, em 1989. Mas não há dúvida de que não é possível continuar a atirar o emprego para cima do Estado, financiado por todos nós e alocando os recursos financeiros a uma gigantesca organização de serviços que tende a reproduzir-se por inércia. E também aqui os socialistas devem dar o exemplo com coragem. Com efeito, não é muito difícil compreender que a crise da esquerda tem muito a ver com a crise do Estado, por excesso de identificação daquela com este. Sem deixar de ter na devida consideração esta ideia do programa do SPD e de recusar a ideia de Estado mínimo, está a tornar-se cada vez mais necessário desancorar a ideia de esquerda da ideia de Estado, tal como tem vindo a ser assumida. Por um lado, repondo a centralidade no indivíduo singular e, por outro, reconhecendo que, sendo os problemas cada vez mais globais, por isso, as soluções deverão ser cada vez mais supranacionais. O cosmopolitismo de que a esquerda do futuro se deve reivindicar encontra precisamente nesse indivíduo singular complexo, que bem pode ser o novo *prosumer*, o seu referente ideal. De resto, a própria ideia de Estado representativo é o contraponto da ideia de indivíduo e não da ideia de comunidade. Trata-se, agora, simplesmente, de repor a relação de uma forma mais directa e interactiva, reequacionando o

papel das instâncias de intermediação (por exemplo, partidos e meios de comunicação), a caminho de uma progressiva desintermediação e do estabelecimento de relações mais abertas e flexíveis entre a lógica organizacional e a cidadania. Mas trata-se também de incorporar a variável supranacional no processo de decisão relativo aos grandes dossiers, em particular a variável UE, em que nos integramos e que nos conforta com consistentes fundos estruturais.

2. Um Novo Paradigma em 14 Pontos

As tentativas de *aggiornamento* do socialismo democrático aconteceram em 1956, com o *Labour*, e em 1959, em Bad Godesberg, com o SPD, que se libertou definitivamente da chancela marxista (ética cristã, humanismo e filosofia clássica alemã passaram a ser os seus novos pilares ideais), assumindo-se como partido do povo (não de classe); mais tarde, em 1984, em Essen, inicia um novo processo de reconfiguração da sua identidade relativamente ao optimismo industrialista e à recusa da tradição marxista, que iria desembocar no Congresso de Berlim, em 1989. Também na Inglaterra, ao mesmo tempo (1985), acontecia um novo e complexo processo de redefinição da identidade política e ideal do Labour, de Neil Kinnock a John Smith, a Tony Blair (entre 1985 e 1997), procurando responder às novas exigências dos *catch all parties* (partidos sem "classe *gardée*", profissionalizados, interclassistas, de baixa tensão ideológica) que começavam a dominar a cena, reconfigurando o partido à medida da nova democracia do público. Ou seja, verificou-se uma espécie de "laicização" integral da narrativa política do *Labour*. Acabaram com a marxista Cláusula 4 e com o enorme poder dos sindicatos, universalizando o voto individual (acabando, na era de John Smith, com o voto colectivo dos sindicatos), passaram a olhar para a cidadania como a base de uma *stakeholder society*, onde cada cidadão era considerado como um accionista ou co-interessado, titular de interesses e de direitos, de dividendos sociais ("strategic goods as education, jobs, income and wealth" – Stuart White), mas também de deveres e responsabilidades

sociais. E esta, apesar de pouco apreciada em certos sectores da social-democracia (incluída a portuguesa), foi uma revolução na óptica de uma esquerda que sempre proclamou o primado dos direitos, liberdades e garantias, deixando na penumbra a ideia de dever e de responsabilidade individual. "No rights without responsabilities!", viria a dizer, quase gritar, Anthony Giddens.

A viragem do *Labour*, que ficaria conhecida como "Terceira Via", levaria Blair ao Poder por muito tempo, sendo certo que a sua queda foi devida mais à aliança com os Estados Unidos – no caso Iraque – do que à política interna.

Refiro o caso do *New Labour* apenas para sublinhar que, em certos momentos, mais do que afunilar a política em cardápios financeiros, económicos e fiscais como programas de governo, certamente importantíssimos, é necessário também interpretar os tempos, dando-lhes respostas ético-políticas, culturais e civilizacionais. Blair centrou-se na identidade do Partido e nas exigências de comunicação com os ingleses. Hoje, está a tornar-se cada vez mais necessário prosseguir na busca de novas âncoras que enrobusteçam socialmente a identidade ético-política dos socialistas e sociais-democratas.

Já formulei os principais pontos de ruptura com que nos confrontamos hoje. E é claro que o modelo do *New Labour* (ou o *Neue Mitte*, de Schroeder) está, também ele, em parte, ultrapassado, porque a mudança já é mais profunda. Traduzi-la-ia, pois, em catorze pontos, para glosar a famosa agenda de Wilson:

• afirmação plena do indivíduo/cidadão/eleitor/consumidor/prosumer como centro complexo de pertenças, de relações e de convergência de uma lógica pós-organizacional, pós-ideológica, pós-representativa, mas também pós-comunitária, que não anula, mas traduz, reconverte e projecta, para uma nova dialéctica, todavia, as formas organizacionais, ideológicas, representativas e comunitárias;

• relativização do poder das grandes organizações, na política e na comunicação, mas também na economia, onde se verifica uma persistência crítica de desigualdade estrutural entre o poder da grande

empresa – muitas vezes a funcionar em registo de monopólio, de oligopólio ou de cartel – e os consumidores singulares, o que representa um grave *handicap* para a cidadania (veja-se a barreira intransponível dos *Call Centers* das grandes empresas, por exemplo, no sector das telecomunicações, quando um problema mais difícil se põe ao consumidor);

• mobilidade e rapidez crescente na gestão dos processos políticos, comunicacionais, financeiros e económicos;

• acesso generalizado a plataformas de informação e comunicação móveis altamente sofisticadas e possuidoras de um fortíssimo potencial de estruturação/desestruturação das relações sociais e humanas, em todas as suas dimensões;

• quebra drástica no valor tendencial da intermediação política e comunicacional, ou seja, da representação convencional, com a consequente e progressiva desintermediação de processos;

• mutação profunda no próprio conceito de poder, com a emergência do poder diluído;

• centralidade da ética da responsabilidade na definição da ética pública, com remissão da ética da convicção para a esfera privada da sociedade civil, lugar onde se constrói a hegemonia ético-política e cultural;

• nova hegemonia centrada numa visão ético-política do mundo estruturada a partir de um cosmopolitismo crítico que funcione como sólida cartografia cognitiva e ético-política para o cidadão;

• reequilíbrio da relação entre direitos, liberdades e garantias e deveres e responsabilidades: "no rights without responsabilities" (A. Giddens);

• reequilíbrio entre liberdade e igualdade que assente numa revalorização do indivíduo singular e na sua relação com os princípios acima referidos: nem igualitarismo nem darwinismo social;

• promoção das ideias de democracia e de cidadania supranacionais, articuladas com uma visão cosmopolítica e crítica do mundo;

• uma nova relação entre cultura e civilização, fazendo da cultura a âncora da civilização e colocando na estratégia política de promoção do progresso civilizacional a centralidade do indivíduo singular como sujeito complexo, informado e culto capaz de intervir criticamente como decisor nas causas de dimensão pública; esta relação está a tornar-se cada vez mais necessária visto o crescimento exponencial das TICs e das redes sociais com fortíssima capacidade invasiva sobre a vida quotidiana e as relações sociais, do plano público ao próprio plano privado e da intimidade; as novas plataformas digitais disponíveis, por exemplo, o *Meetup* (que esteve na origem do *Movimento5Stelle*) ou o *MoveOn*. *Org* (que contribuiu para a vitória de Obama e para o sucesso de Bernie Sanders), são bem indicativas deste poder emergente que tem o seu centro mobilizador no cidadão (veja-se, a este propósito, a excepcional obra de Ceri & Veltri, 2017);

• esta conexão pode limitar com eficácia os efeitos disruptivos de meras políticas aleatórias e fracturantes de causas civilizacionais como marcas definidoras de uma identidade política, sem cartografia cognitiva e ideal e subsidiárias do "politicamente correcto";

• o progresso civilizacional não poderá, portanto, prescindir da centralidade dada à cultura e ao saber, no momento em que a ciência e a tecnologia já são as forças produtivas dominantes e fundamentais e em que a generalidade dos cidadãos já está dotada de ágeis instrumentos (as TICs) de participação e de acesso à esfera pública deliberativa.

3. Uma Nova Esfera Pública Deliberativa

Papel decisivo nestas profundas transformações está a ser desempenhado pela Rede, principal responsável pela mudança de paradigma. Deixou de ser possível continuar a pensar exclusivamente em termos de (a) legitimidade de mandato, ou seja, de estabilidade temporal da legitimidade da representação política; (b) comunicação instrumental (*spinning* e derivados); e (c) estruturação orgânica da política. Acresce que a evolução da globalização, em grande parte também devida à Rede,

sobretudo a globalização de processos, veio introduzir, como já referi, novas *constituencies*, a juntar à da cidadania nacional, ou seja, a dos credores e a da União (no caso da Europa). Trata-se, então, não só de uma "cidadania" politicamente mais alargada, mas também de outros fundamentos constituintes e legitimadores do poder. Acresce que a reserva de decisão de outrora foi também superada por novas exigências de cidadania, ou seja, a decisão política e institucional já não pode, em caso algum, prescindir de integrar, como variável informal e formal, no processo decisional e institucional, uma nova esfera pública deliberativa sob pena de ver recorrentemente deslegitimadas as próprias decisões institucionais e, consequentemente, o próprio poder. Trata-se de uma política deliberativa a crescer cada vez mais no espaço reticular, mas também nos media convencionais, embora sob formas diferentes. Esta política deliberativa deverá conduzir à integração política e até formal (consultas públicas obrigatórias nos grandes dossiers) da instância deliberativa no processo decisional (sobre a política deliberativa veja-se Santos, 2017a; 2018).

Estas profundas mudanças ou são metabolizadas pelas formações políticas tradicionais, designadamente em termos de: (a) selecção das estruturas dirigentes, através da incorporação da cidadania no processo; (b) qualidade das propostas políticas e do seu próprio processo de construção; e (c) reconhecimento dos factores globais que já integram o exercício do poder, sobretudo na sua dimensão deliberativa – ou, então, estão condenadas a ser substituídas rapidamente por outras formações políticas mais em sintonia com os tempos, as novas exigências e os novos desafios. Já não basta a cosmética ou o *spin doctoring*. Estes eram amigos das velhas organizações. A experiência italiana dos Clubes Forza Italia (levada a cabo por Berlusconi) deveria, para este efeito, ser repensada à esquerda e em termos de funcionamento da Rede e em rede. Estes Clubes (chegaram a ser 15.000) eram organizações autónomas da sociedade civil ligadas ao *Forza Italia* por protocolos e dinamizavam territorialmente as relações interpessoais, na lógica do *two step flow of communication*, de Lazarsfeld e Katz. Organizações deste tipo poderiam dar voz ao "poder diluído", polarizando e organizando o

consenso, ser mobilizadoras nas primárias abertas, motores eficazes de uma política deliberativa e decisivas nas eleições. A fórmula usada pelo *MoVimento5Stelle*, os famosos *MeetUp*, "grupos locais do movimento ligados entre si por uma específica plataforma online" (Biorcio & Natale, 2013: 14), é também interessante para reflectir sobre a forma de organizar e dar expressão ao poder diluído. Como é interessante reflectir aprofundadamente sobre a intervenção do *MoveOn.Org* na política e na frente temática americana, vista a sua gigantesca dimensão e os resultados que conseguiu determinar na política americana, na eleição de Barack Obama e no sucesso da candidatura de Bernie Sanders. Mas, para isso, os partidos deverão "reformatar-se" à medida de um novo conceito de poder e de acção política, reconhecendo e respondendo aos novos fluxos políticos e comunicacionais que já correm com força no novo espaço público deliberativo. Se não o fizerem, corre-se o risco de ver emergir novas formas de domínio não democrático da sociedade, como parece, de algum modo, já se estar a anunciar na Europa.

4. O Panorama Europeu

Fruto destas mudanças, está já a acontecer uma evidente crise das formações tradicionais que têm mostrado dificuldade em polarizar as expectativas dos cidadãos. Apesar do massacre da classe média, promovido pelo anterior governo de centro-direita, o PS revelou graves dificuldades em mobilizar os cidadãos, reduzindo a abstenção e evitando a dispersão de votos por partidos inúteis para soluções governativas. Os resultados eleitorais do PS nas eleições de 2015 foram muito fracos, não conseguindo obter uma maioria relativa no confronto com a Coligação PaF e nem sequer em relação ao PSD. Comparando com 2009, e ao fim de 4 anos no governo, o PS tinha obtido, nas Europeias de 2014, e depois dos sacrifícios que foram impostos aos portugueses a partir de 2011, somente mais 86.340 votos. Este problema persistiu, como se viu nos resultados eleitorais de 2015. Não se trata de uma questão conjuntural. Trata-se de uma crise sistémica que gera fugas para a abstenção ou para

periferias políticas radicais. O caso francês é exemplar. A Frente Nacional ganhou a primeira volta das regionais de 2015. O PSF viu-se remetido para a terceira posição, na segunda volta, com menos 19 mandatos do que a Frente Nacional. Depois veio o furacão Macron, que haveria de liquidar o PSF, conquistando, num só ano (2016-2017), a Presidência da República e a maioria na Assembleia Nacional, governando hoje a França. O *Labour* fracassou e a solução que, em seguida, se deu em termos de programa e de liderança (Jeremy Corbyn) se revelou uma radicalização da base activa de apoio do partido não augura, todavia, nada de bom, pela filosofia radical e algo passadiça que inspira a liderança. A posição ambígua de Corbyn no processo do Brexit diz tudo sobre a visão política da actual liderança do *Labour*. Em Itália, Beppe Grillo e o seu partido digital (veja-se Santos, 2017b) nas recentes eleições de Março acabariam por remeter drasticamente o Partido Democrático para o segundo lugar, à distância de 14 pontos percentuais (32% contra 18%), superando o que já iam revelando as sondagens que eram regularmente feitas e publicadas: em média, podemos falar em cerca de 33% do PD contra 26% do M5S, em Fevereiro de 2016; em Março, em 6 sondagens, em cerca de 33% contra 25%; e, em Outubro de 2016, em cerca de 31% contra 28%, sendo certo que, em 2016, o M5S conquistou os Municípios de Roma e de Turim. Com efeito, o M5S já governa Itália, em coligação com a extrema-direita de Matteo Salvini, a Lega, que obteve pouco mais de 17% nas eleições de 2018 (veja-se Santos (s.d.) para uma análise do Contrato de Governo assinado pelo M5S e pela Lega). Na Alemanha, a CDU/CSU voltou a governar com uma Grande Coligação com um SPD de novo perdedor, com Martin Schultz a abandonar a liderança e a extrema direita a subir fortemente nas últimas eleições de 2017. A CDU/CSU mantém-se solidamente na liderança, apesar de uma forte quebra eleitoral, descendo para os 33%, com um SPD persistentemente subalterno, agora com 20,5% e incapaz de interceptar os votos dos liberais (FDP, com 10,8%), do Linke (com 9,2%) e dos Grünen (com 8,9%) e com a extrema direita (AfD) a subir cerca de 8 pontos, para os 12,6%, e a entrar no Bundestag com um consistente grupo parlamentar. As

sondagens já indiciavam estes movimentos eleitorais: a coligação CDU/CSU, em 5 sondagens (Agosto/Setembro) já caía, em média, dos 41,5% obtidos nas eleições federais de 2013 para 33%, não estando o SPD a captar este eleitorado, porque também ele caía 3 pontos (para cerca de 22%), sendo os grandes beneficiários os Verdes (+3 pontos) e a AfD (cerca de +8 pontos), tendo ficado em sondagens posteriores entre 13% e 16% do eleitorado. No total, os partidos que se movem no mesmo território político do SPD juntos obtiveram uma significativa percentagem de votos, totalizando cerca de 29%. Isto significa que o SPD não tem um discurso estruturado em condições de captar um eleitorado que se move politicamente em território afim, estando a faltar-lhe certamente uma revisão doutrinária em linha com a actuais tendências evolutivas da sociedade alemã, plasmando-a num novo *Grundsatzprogramm*. Na Grécia, os radicais tomaram conta da cena política e o PASOK ficou reduzido à insignificância, rondando os 6%. Em Espanha, nas eleições de Junho de 2016, vence o PP, com 33%. O território eleitoral do PSOE está a ser seriamente ameaçado por *Podemos* e por *Ciudadanos-Partido de Ciudadanía*, que obtiveram, respectivamente, 21,1% e 13,1%. Nestas eleições, o PSOE, perdendo, conseguiu ainda manter a segunda posição, com 22,7%, encontrando-se, com a demissão de Pedro Sánchez, entretanto reeleito, num complexo e difícil processo de reajustamento, visto o crescimento dos partidos *Podemos* e C's, à esquerda e à direita. A chegada ao poder de Pedro Sánchez não tem grande significado porque ela não resultou da conquista de consensos, mas sim da queda de Mariano Rajoy, fruto de uma coligação negativa que se formou para o derrubar. O *Syriza* substituiu no poder as velhas organizações hegemónicas, em nome da reposição da dignidade ofendida dos gregos.

5. O Programa e a Ideologia dos Partidos de Novo Tipo

Em Itália, o M5S, de Beppe Grillo, contra a "Casta", propõe a devolução do poder a uma cidadania digital, prenúncio de uma democracia de novo tipo, ainda algo incerta visto o actual projecto do

governo para a sua implementação. Na verdade, a ideia de cidadania digital, em linha com a revolução digital e a emergência de um novo tipo de cidadão, o *prosumer*, parece não estar ainda muito bem definida pelo M5S, uma vez que está a promover uma solução que se limita a conceder meia hora diária gratuita de acesso à rede para todos os cidadãos. Uma estranha solução para uma ideia-base de natureza matricial. Em boa verdade, a questão do direito à cidadania digital, sendo séria, deve ser esclarecida, no sentido de saber se deverá ser considerada como bem público essencial a ser oferecido pelo Estado aos cidadãos, tal como os outros bens públicos, sendo certo que a resposta nos remeterá sempre para a dicotomia de fundo: justiça distributiva (sociais-democratas) versus justiça comutativa (liberais). A questão reside em saber se o acesso deve ser gratuito e ilimitado, naturalmente, em banda larga. Não parece ser simples, a resposta, mas na verdade é simples se olharmos para o assunto como olhamos para o direito às comunicações ou à água. Em Portugal o acesso à televisão generalista aparentemente não se paga, mas na verdade há uma taxa obrigatória para o audiovisual e há a contrapartida da publicidade em doses maciças. O telefone é pago por cada um em função do uso, a não ser que se use aplicações da rede que permitem o uso gratuito de comunicações telefónicas, mas sendo a rede paga. A água chega à casa de cada um, mas é paga. Dir-se-á que a saúde e a educação são gratuitas. Sim, mas não de forma individualizada uma vez que são fornecidas por instituições públicas: hospitais e escolas. Tudo indica, pois, que a cidadania digital implica que a todos os cidadãos em todo o território nacional deva ser garantido, tal como a água, o acesso, devendo o serviço estar disponível com boa cobertura em todo o território nacional, mas ficando o uso a cargo do cidadão. O M5S deu um passo em frente e está em estudo a concessão de meia hora diária de acesso gratuito a todos os cidadãos, mas não tem definida com clareza uma posição estruturada sobre a questão (veja-se, a este propósito, Rodotà, 2014).

Também *Podemos* ou *Ciudadanos* propõem a devolução do poder confiscado à cidadania. Todos os movimentos de novo tipo, ou

de inspiração populista, se alimentam dos velhos partidos e da vasta e crescente orfandade política da cidadania. Quais são as palavras-chave do *Podemos*? "Casta" (a classe política); "maciça operação de saque" (ao erário público); "novo/velho" (a diferença entre o Podemos e a classe política); "venda de soberania e sequestro da democracia" (a velha política); "cidadãos ao poder" e recuperação da cidadania (objectivo estratégico); "regeneração" moral (da política); nem de esquerda nem de direita (mas centralidade); fim do empobrecimento (da austeridade). Nas eleições anteriores, tal como nestas, o *Podemos* foi claramente a terceira força política, muito próxima do PSOE. O *Syriza* obteve 36,34%, nas eleições de Janeiro de 2015, e 35,46%, nas de Setembro de 2015, enquanto o PASOK se mantinha numa posição verdadeiramente insignificante, com 6,28%, um pouco mais do que o anterior resultado, inferior a 5%. Igual sorte coube ao social-democrata PvdA holandês, nas eleições de 2017, que sofreu uma forte queda, passando de 38 para 9 deputados, ao mesmo tempo que se registava uma significativa subida dos verdes. O panorama é, como se vê muito complexo.

6. O PS

Em Portugal, depois do aviso dos independentes nas autárquicas, quer em 2013 quer em 2017, ainda não levado a sério pelos partidos, o PCP reforçou-se (nas sondagens e nas eleições legislativas, com 8,25%), o PS perdeu para a Coligação PaF, mas também para o próprio PSD, obtendo 32,31% contra os 36,86% da directa competidora. Alastraram as pequenas formações à esquerda do PS, subtraindo-lhe eleitorado e o Bloco de Esquerda aumentou substancialmente a sua votação, obtendo 10,19% e 19 deputados. O anúncio de que o PS estava a perder terreno via-se na generalidade das sondagens (por exemplo, já a 19.06.15 o Centro da Universidade Católica constatava que o PS já se encontrava atrás da coligação de direita). Todos sabemos o que viria a acontecer e eu próprio tive ocasião de reflectir sobre o processo em artigos publicados no meu Facebook (que podem ser consultados a qualquer momento,

sendo o regime de privacidade adoptado "público"). António Costa partilhou o desafio que o PCP e o Bloco lhe fizeram e accionou uma viragem na geometria política portuguesa, formando um governo com apoio parlamentar maioritário e remetendo para a oposição a Coligação PaF, que viria a dissolver-se. Entretanto, em 2017, o PS registaria uma expressiva vitória nas eleições autárquicas (sobre estas eleições, veja-se as conclusões do nº 17/2017 da Revista *ResPublica*, pp. 191-199).

Trata-se de um desafio complexo, difícil e delicado para o PS, mas também para os seus parceiros de maioria. Desafio que se tem revelado ganhador podendo chegar ao fim da legislatura, em 2019. Mas está em linha com a necessidade de proceder a uma profunda reflexão sobre a identidade do PS. Reflexão tanto mais necessária quanto maior for o risco de diluição desta mesma identidade nas enormes zonas de fronteira que partilha com as outras formações políticas. Em primeiro lugar, à direita, em matéria económica e financeira; depois, à esquerda, em matéria de Estado social; e, finalmente, em matéria de procedimentos políticos, de cidadania, de ética da convicção, de ética da responsabilidade e de ética pública. Ou seja, é cada vez mais necessário rever a velha matriz do PS para que não se verifique aquilo que nesta fase da vida política ameaça tornar-se um grande problema: uma deriva casuística ao sabor das oportunidades tácticas que garantam a estabilidade governativa.

É, pois, necessária uma visão estruturada do mundo em linha com os tempos complexos que vivemos e que possa servir de cartografia cognitiva a quantos se possam vir a inspirar politicamente no PS. E uma visão destas deve poder aspirar a ser hegemónica na sociedade, se for séria, justa, informada, bem estruturada e bem protagonizada. António Costa lançou o debate, provocando primárias abertas para candidatos a PM. O PS, graças à opção do então secretário-geral, António José Seguro, abriu-se à sociedade na escolha da liderança. Processo melhor do que as estranhas "primárias" que já tinham ocorrido nas autárquicas de 2013 e que, por isso, deveria ser alargado às principais lideranças (SG, Distritais e Concelhias). É caminho obrigatório. Mas parece que se continua a marcar passo, já que as primárias e outros processos

de aperfeiçoamento da selecção da classe dirigente parece terem sido metidos na gaveta. Mais. Creio que chegou a hora promover um profundo *aggiornamento*. Porque não basta propor, como no recente passado, causas fracturantes para fazer do PS um partido em linha com os tempos. Ou um partido de esquerda. Como não basta abrir a alianças com a sua esquerda para resolver um problema que é de reconstrução da sua identidade política em linha com as profundas mutações que estão a acontecer nas sociedades contemporâneas. São questões como a do Estado Social, a da emergência do indivíduo como protagonista de segunda geração (*prosumer* político, através das TICs) e a das novas *constituencies* (a dos credores internacionais, por exemplo, referida por W. Streeck), que se somam à da velha cidadania, à da dívida pública por autofinanciamento, entre outras, que podem projectar o PS no caminho do futuro (veja-se a entrevista de Zygmunt Bauman em *L'Espresso*, de 18.02.16, pp. 72-75, esp. p. 75).

A formação de um governo com apoio parlamentar de toda a esquerda foi um passo em frente, porque rompeu com o garrote do chamado "arco da governação" e com o domínio incontestado do TINA (There Is No Alternative). E a minha convicção é que este passo torna agora urgente e imprescindível proceder a esta redefinição rigorosa de identidade em todas as dimensões que tenho vindo a referir.

Considerações Finais

A mudança é estrutural. Os pilares financeiros ruem como castelos de papel: Grupo Espírito Santo, BPN, BPP, Banif. O sistema financeiro em geral está em dificuldades. E a CGD teve uma recapitalização de vários milhares de milhões de euros. O poder judicial parece insinuar-se como poder invasivo, "bigbrotherizando", com escutas e fugas, a sociedade: já todos ditamos para a acta quando falamos ao telefone. Nenhum líder político em pleno juízo fala hoje ao telefone com liberdade. O poder financeiro internacional e as agências de rating dominam as

economias nacionais e as dívidas públicas. No centro do processo está o famoso e omnipresente Goldman Sachs, agora reforçado com presença significativa no governo americano de Donald Trump. O poder mediático continua forte e intenso. Avançamos para uma problemática sociedade transparente, na imagem e no som. As diferenças civilizacionais convertem-se em choque. A política está capturada, mas não pela vontade geral. E o que é interessante, em Portugal, é a migração da própria classe política para o espaço público mediatizado, sobretudo a televisão, na tentativa de o colonizar, sem se dar conta de que, assim, é ela própria a ficar colonizada pelo *establishment* mediático. A política já não se faz com modelos orgânicos, próprios dos velhos sistemas de partidos. As possibilidades de auto-organização e de automobilização dos cidadãos estão a alterar tudo.

Perante isto, o que é que o PS, que se quer inovador, propõe? António Costa federou bem as sensibilidades. E deu um corajoso passo em frente na plena integração para efeitos governativos, directos ou indirectos, das forças que integram a instituição parlamentar. Sem dúvida. Mas talvez seja necessário promover uma ideia inovadora que mobilize e responda a este quadro tão complexo. Sócrates avançou com as "Novas Fronteiras" e lá dentro tinha um programa que ficou conhecido como "Plano Tecnológico". Ideia-chave, aplicada (bem ou mal) na economia e ancorada num sistema científico nacional bem impulsionado por Mariano Gago, de boa memória. O programa de governo e a agenda para a década são fundamentais. Claro. Mas também há que propor uma nova visão de fundo sobre o País que mobilize as pessoas, apontando para elas, centrada no futuro e não sobre as desgraças que estão a cair sobre nós. Fugir a sete pés da ideologia que hoje domina os telejornais, a ideologia da desgraça, do crime e do sexo ou as infindáveis e irrelevantes histórias do chamado "interesse humano". No essencial, a Lei da Espoleta. E confrontar-se com as grandes questões que tocam de perto a sociedade moderna:

- a perigosa utopia da "sociedade transparente";

• a atracção fatal pela democracia directa ou pela eufemística democracia participativa;

• a crise do paradigma "organizacional" e "representativo" e da intermediação;

• o emergente "poder diluído" e a nova lógica que ele exprime;

• as transmutações do capital financeiro e o poder dos fundos de pensões e seus efeitos sobre a globalização e sobre as dívidas soberanas;

• a crise do velho Estado social perante a emergência de uma nova responsabilidade individual em condições de se autotutelar;

• a aliança perversa entre justiça e media como perigoso exercício de poder em condições de condicionar o sistema representativo para além das fronteiras em que exercem as suas funções;

• o choque civilizacional e a lógica terrorista que daí resulta;

• a democracia supranacional a braços com o regresso do velho nacionalismo;

• a relação entre representação política e poder diluído;

• a atrofia burocrática da sociedade;

• as exigências de uma nova "democracia deliberativa" e de uma cidadania de novo tipo;

• o novo perfil da política, na era da globalização, das TICs e, em geral, da rede.

Em suma, trata-se de um grande desafio para o PS e, em geral, para os partidos socialistas e sociais-democratas, perante a gigantesca mudança a que estamos a assistir. Um desafio que implicará superar o velho modelo social-democrata. Avançar para uma nova fase, tal como aconteceu anteriormente: do maximalismo de inspiração marxista a "Bad Godesberg", da "Terceira Via" a uma nova "democracia digital e em rede", superadora da fase orgânica da política e propulsora de uma nova política deliberativa. Mas esta será uma fase mais complexa e exigente do que todas as que aconteceram até aqui: põe em causa o clássico modelo orgânico da política e de certo modo extravasa as fronteiras do velho modelo formal do sistema representativo. E implica um confronto com a lógica dos novos poderes, com a emergente

transparência neocomunitária e com a nova centralidade de um cidadão individualmente responsável e membro da nova "network and digital society", o *prosumer*. Alguns falam de democracia deliberativa e de política deliberativa. E com razão porque esta é uma via a explorar, a clarificar e a desenvolver. Eu próprio já tive ocasião de desenvolver o conceito em dois ensaios, atrás referidos, um, na *Revista Portuguesa de Filosofia* ("Crise da Representação ou Mudança de Paradigma? Democracia, deliberação e decisão") e, o outro ("Conectividade – Uma chave para a política do futuro"), publicado por UCM/Fundação Santander Universidades, em Madrid.

Como se compreenderá, a política precisa de uma filosofia que a inspire para não se desvitalizar e se transformar numa prática casuística prisioneira da ditadura do presente e da mera ideia de interesse. O ser humano move-se, certamente, por interesses, até por interesses familiares, mas também se move por ideais.

II.

La Politique Antipolitique: La Marque et le Réseau

Pierre Musso

Les grandes mutations technoscientifiques et industrielles d'un côté, et la crise des Etats-nations et de la représentation politique de l'autre, appellent à un double effort critique et d'innovation théorique: critique des idéologies et des paradigmes dominants, et création conceptuelle. Enzo Traverso (2017) a justement souligné que "nous tendons à dépeindre des phénomènes et des objets politiques nouveaux à travers la lentille de concepts préexistants", comme pour enfermer la complexité et la nouveauté d'un phénomène qui nous échapperait.

Nous vivons une de ces métamorphoses majeures du politique du fait de la techno-industrialisation généralisée et accélérée et de la critique radicale de l'Etat intervenue après les deux grandes guerres mondiales et les barbaries étatiques, nazie ou stalinienne, critique portée à son paroxysme avec la Chute du Mur de Berlin qui a réduit l'expérience dite "socialiste" en Europe de l'Est à un étatisme autoritaire et centralisateur. Dans cette perspective, je présente quatre réflexions issues notamment des exemples français et italien, car l'Italie est un laboratoire du fait de son Etat faible et la France pour la raison inverse. La première réflexion vise à critiquer la notion floue, donc omniprésente, de "populisme" pour lui préférer celle "d'antipolitique". La seconde critique le "déterminisme techniciste" ambiant qui fait du Réseau une clef d'analyse à prétention universelle des transformations de la société et du politique, par exemple chez Manuel Castells, pour y préférer l'approche institutionnelle. A cette fin, la troisième réflexion compare la faiblesse de l'Etat et de "la religion politique" face à la puissance de

l'Entreprise, institution de "la religion industrielle" (voir Musso, 2017) occidentale. La dernière réflexion porte sur le transfert "d'hégémonie" (Antonio Gramsci) qui s'opère de l'Entreprise et du management vers l'Etat et le politique qui leur empruntent des béquilles pour tenter de ficeler la verticalité de la marque et l'horizontalité des réseaux.

Nous posons que la spécificité du politique est de coller, selon une image du *Phédon* de Platon, le clou symbolique d'une société, c'est-à-dire ses mythes et ses croyances collectives "sacrées" avec des normes juridiques qui fixent des lois et des interdits: dans une formule lapidaire, on peut dire du politique qu'il colle la foi et la loi, à travers des institutions qui font tenir debout une société. Aucune société ne peut se soustraire à cette obligation anthropologique; c'est pourquoi le politique ne peut disparaître, comme le prétendent les tenants de "la fin" ou du "post-politique". Le politique se métamorphose, et comprendre cette transformation est bien l'enjeu de l'analyse de la crise contemporaine de la représentation et de celle, plus profonde encore, de l'Etat-nation qui s'affaiblit face à une nouvelle institution toujours plus puissante, la grande Entreprise.

1. Antipolitique et Critique du Populisme

La politique antipolitique – qui revendique sa propre négativité – marque une phase fondamentale de la métamorphose du politique qui n'est ni sa disparation, ni sa réduction à une forme générale du politique (populisme). L'antipolitique est une réponse interne à la critique du politique. L'antipolitique en politique est son autocritique comme mode de conquête et d'exercice du pouvoir, au moment d'une crise profonde du dispositif de la représentation. Le système de la représentation qui constitue l'instance médiatrice entre la légitimité originelle transcendante venue "d'en haut" (le Christ-Roi) et celle "moderne", venue "d'en bas" (du peuple ou de la société civile), se décompose. Pour réagir, le politique dilapide sa symbolicité dans l'antipolitique au profit de son rôle opérationnel, au nom de l'"efficacité" de son action, c'est-à-dire

en se repliant sur sa fonctionnalité. La légitimité du politique ne cesse de "tomber" de l'au-delà céleste fondateur, au réel technicisé, défaisant au passage, la représentation médiatrice. Comme le défend Alain Badiou (2015), le "réel" a été la passion du XX^{e} siècle. Le bon gouvernement se réduirait ainsi à "la gouvernance par les nombres" (Supiot, 2015).

L'antipolitique est caractéristique d'une période de forte mutation, durant laquelle le politique s'obscurcit alors que la lumière semble venir du marché, du monde de l'entreprise et des organismes internationaux. On peut y voir avec Carl Schmitt, le triomphe du libéralisme dépolitisant le politique, et la soumission du politique à la technologisation généralisée, y compris par le management qui manie un ensemble de technologies et de normes, combinaison que nous avons nommée le "cybermanagement".

L'antipolitique revient à gouverner "contre", négativement, en multipliant les "ennemis", les risques, les menaces, les annonces de catastrophes à venir (climat, terrorisme, crise financière, guerre), en maniant les peurs. Par conséquent on gouverne de plus en plus les hommes par la prévention des risques ouvrant à l'obsession et à la "passion de sécurité" et de précautions. Le "techno-catastrophisme" triomphe en même temps que le "techno-messianisme" (Georges Balandier[1]).

Aujourd'hui, la politique antipolitique répond à la critique de la politique qui se traduit par la désaffection, l'abstentionnisme et la défiance des citoyens. L'antipolitique est considéré par Donatella Campus (2006), comme un langage d'opposition destiné à se différencier dans le champ politique, pour se légitimer comme "opposant" aux élites du pouvoir. Ce langage est forcément "simpliste", multipliant les clivages du type "eux/nous", ou "ancien monde versus nouveau monde" chez Macron. L'antipolitique, c'est aussi la quête du rapport direct entre le leader et les citoyens, un retour du césarisme, mais électronique, avec et par les réseaux sociaux. La personnalisation antipolitique est un

[1] Georges Balandier parle justement de "techno-imaginaire", voire de "techno-dévotion" ou de "techno-messianisme" (Balandier, 2001: 20).

appel adressée directement au peuple traité comme un miroir: dans la littérature anglo-saxonne, c'est le *going public* (Kernell, 1993).

L'antipolitique est un récit qui s'appuie sur un imaginaire politique inversé par rapport à la promesse classique de progrès – celle d'éviter ou de minimiser les menaces dans une société dite "du risque" – et sur une institution posée comme opposée au politique, à savoir l'entreprise. Ces éléments différencient l'antipolitique du "populisme", même si tous deux se posent et se dressent "contre" les codes politiques habituels.

L'antipolitique célèbre tout ce qui est censé être "hors" du politique et dessine ainsi un espace restreint du politique, rejoignant la définition du libéralisme au sens général de Michel Foucault (2004) et celle de Carl Schmitt pour qui "le libéralisme est une politique antipolitique", une "politique de négation de la politique" (Revault d'Allonnes, 1999: 205). En effet, l'antipolitique vise à restreindre le champ politique par extinction de sa dimension symbolique, réduction de l'Etat et extension de la normativité managériale de l'Entreprise.

Insistons sur la différence entre l'antipolitique telle que nous l'entendons et le "pseudo-concept" de populisme. Connoté péjorativement, assimilé à la démagogie extrémiste, le populisme définit un style et une rhétorique. Ce style est une "forme vide", car ce n'est ni une idéologie, ni même un régime politique. Ernesto Laclau qui défendit un populisme de gauche, a reconnu l'imprécision et l'extension indéfinie des usages du mot: "Populisme est un concept insaisissable autant que récurrent. Peu de termes ont été aussi largement employés dans l'analyse politique contemporaine, bien que peu aient été définis avec une précision moindre" (Laclau, 1979: 143). Trois traits le caractérisent, selon Jacques Rancière (2011): tout d'abord, "un style d'interlocution qui s'adresse directement au peuple par-delà ses représentants et ses notables"; ensuite, une "rhétorique identitaire qui exprime la crainte et le rejet des étrangers"; et enfin, "l'affirmation que gouvernements et élites dirigeantes se soucient de leurs propres intérêts plus que de la chose publique". Le populisme est "antiélitiste"; il insiste sur le *pathos* de "l'homme du commun" et sur la communication directe

avec les hommes ordinaires. C'est une vision sommaire opposant d'un côté, un peuple délaissé et de l'autre, des élites incompétentes, voire corrompues, une "caste" comme ont dit des journalistes italiens. Le message minimal de tout populisme est le rejet des corps intermédiaires et des représentants jugés inutiles, voire nuisibles. Ce rejet est animé par des rêves d'immédiateté, de proximité, de contact direct ou de transparence, c'est-à-dire de réduction ou de suppression de la représentation politique.

Si nombre de politologues et de dirigeants politiques usent et abusent de ce concept de "populisme", c'est parce qu'il autorise le renvoi dos-à-dos, des "extrêmes" de droite et des gauches "radicales" au profit des "partis de gouvernement" et de la "bonne gouvernance", seuls habilités à exercer des responsabilités à l'échelle nationale ou européenne. En fait, ce type de qualificatif conduit à diaboliser l'adversaire plus qu'à éclairer le citoyen.

2. Contre le Déterminisme Technique: Critique de la "Rétiologie"

Institué en fétiche de la démocratie directe ou du césarisme électronique, ou encore d'un nouvel espace public, voire producteur direct de démocratie et de nouvelles formes d'organisation politique, alternatives au parti, le Réseau prend valeur de référent. En fait une véritable idéologie du Réseau, que nous avons nommée "une rétiologie"[2] est construite à partir du déterminisme techniciste associée aux développements de l'Internet.

Avec Internet et les réseaux sociaux, l'idéologie réticulariste s'étend, elle est "lib-lib" – libertaire, libertarienne et libérale – et donc anti-Etat. Désormais, la société serait "en réseaux", selon le titre du *best-seller* de Manuel Castells. Chaque institution, notamment l'entreprise ou l'Etat, serait ou devrait être "mise en réseaux". Les individus ont l'obligation d'être constamment "branchés", de même que les

[2] Néologisme construit par fusion des termes *retis* (réseau en latin) et *logos*. Voir Musso (2003).

communautés doivent être "interconnectées". Le réseau délivre le sens et fait repère. Il est devenu une technologie de l'esprit.

La "Toile" réactive le mythe récurrent véhiculé par l'idée de réseau depuis le début de la révolution industrielle au XIX^{e} siècle. Ainsi deux images opposées sont systématiquement redécouvertes: les thuriféraires du réseau célèbrent la libre circulation généralisée, signifiant démocratie, voire égalité et fraternité, alors que ses détracteurs réduisent le réseau à son inverse, un moyen de contrôle social et de surveillance généralisée, sur le modèle orwellien de *Big Brother*. Ces deux images de la circulation et de la surveillance renvoient l'une à l'autre, dans un jeu spéculaire.

La théologie libertarienne du réseau qui alimente le récit politique d'une "démocratie participative" (ou "e-démocratie") construite grâce au *Net*, n'est que reprise récurrente d'une "vieille" utopie technologique montée par les saint-simoniens au début du XIXe siècle quand naquirent les premiers réseaux techniques modernes, le chemin de fer et le télégraphe. Pour les ingénieurs saint-simoniens, le réseau technique devint le symbole de "l'association universelle". Un de leurs leaders, Michel Chevalier systématise cette conception des réseaux dans un article intitulé *Le Système de la Méditerranée*, paru dans leur journal, *Le Globe* du 12 février 1832. Sous sa plume, se déploie l'utopie moderne des réseaux puisqu'il identifie leur développement à une véritable révolution politique, en écrivant: "Améliorer la communication, (...) c'est faire de l'égalité et de la démocratie. Des moyens de transport perfectionnés ont pour effet de réduire les distances non seulement d'un point à un autre, mais également d'une classe à une autre". Le réseau technique rend possible "l'association universelle" par la circulation égalitaire des hommes. La réduction géographique des distances physiques, voire l'interchangeabilité des lieux, grâce aux voies de communication, équivaut à la réduction des distances sociales. Les industriels et les ingénieurs sont les prophètes et les acteurs de cette nouvelle utopie technologique. Cette déclaration résume le sens de l'action des saint-simoniens: l'utopie sociale devient utopie technicienne.

Ce mythe moderne construit vers 1830, perdure jusqu'à aujourd'hui. Il est réactivé à l'apparition de chaque nouveau réseau technique: l'électricité, le téléphone, et plus récemment l'Internet. Ainsi au milieu des années 1990, le vice-président américain Al Gore pouvait déclarer devant la communauté internationale: "Le Président des Etats-Unis et moi-même pensons qu'un préalable essentiel à un développement durable pour tous les membres de la famille humaine est la création d'une Infrastructure Globale d'Information. Elle encerclera le Globe avec des super-autoroutes sur lesquelles tous les peuples pourront circuler. (…) Son intelligence distribuée diffusera une démocratie participative… Je vois un nouvel Age Athénien de la démocratie forgé dans les forums qui y seront créés"!

Comme tout imaginaire, la symbolique du réseau est toujours biface: le Paradis de la communication peut se retourner en son contraire, l'Enfer du contrôle. Depuis le 11 septembre 2001, les réseaux techniques de communication sont souvent identifiés aux organisations terroristes et opposés aux Etats démocratiques. Il y a trente ans déjà, le conseiller du Président Carter, Zbignew Brzezinski annonçait que les réseaux se substitueraient à la canonnière. Le Réseau devient l'outil de la surveillance planétaire généralisée, au service des puissances militaires, policières ou industrielles comme les GAFA (Google, Apple, Facebook, Amazon). Les réseaux techniques contrôlent, quadrillent, surveillent et profilent les individus et les territoires. Ce versant négatif, voire catastrophiste, de la mythologie du réseau évoque le risque de leur appropriation par des pouvoirs qui menacent la légitimité démocratique. Soit le réseau supprimerait la démocratie au profit de ces pouvoirs, soit au contraire il apporterait la "démocratie directe" (ex. thèse de *Cinque Stelle*) ou "participative" (Ségolène Royal/Emmanuel Macron, en France).

Ainsi la rétiologie permet-elle d'interpréter à l'aide d'une simple clef réticulaire universelle la complexité du monde surmoderne (ainsi du "capitalisme informationnel" de Castells). Qu'elle soit fiction littéraire, futurologie ou analyse socio-économique de la société en réseaux,

la rétiologie ne cesse d'annoncer des "révolutions" des (et par les) réseaux. Son mérite fondamental est donc de décharger les utopies sociales et politiques de leur lourd fardeau en le transférant sur l'utopie technologique qui, elle, finira toujours par se réaliser.

3. Pour l'Analyse Institutionnelle: Religions Politique et Industrielle

Au déterminisme technique, voire technico-économique, dominant, nous opposons l'approche institutionnelle. La "religion politique" [Eric Voegelin (1994)] et la "religion industrielle" [Gunther Anders (2002: 54; 104) et Erich Fromm (1978: 168-169)] définissent les deux grandes visions du monde séculières[3] de l'Occident, ayant exclu tout Référent transcendant pour fixer le sacré sur le futur terrestre et sur une institution, à savoir l'Etat ou l'Entreprise qui sont les deux "produits dérivés" de la réforme grégorienne du XII^{e} siècle, comme le note Pierre Legendre (2012: 71).

La "religion industrielle" est une vision du monde dans laquelle le créateur tout-puissant est l'homme lui-même, s'auto-accomplissant. Cette "vision faustienne" d'une religion terrestre et rationnelle, horizontale en quelque sorte, est orientée par le mythe du Progrès et guidée par la promesse d'un bien-être futur.

La religion politique qui sacralise l'Etat, a occupé le devant de la scène dans la modernité occidentale, notamment du XVI^{e} au XIX^{e} siècle, alors que se développait en coulisses et que triomphe depuis, la religion industrielle et managériale. Nous soutenons après Pierre Legendre, que l'industrie a pris la place d'une religion, ou mieux, qu'elle est la structure fiduciaire (du latin *fides*, foi ou croyance) qui fait tenir tout l'édifice occidental. Elle est la "religion industrielle" de la modernité,

[3] La notion de "religion séculière" a été avancée par Raymond Aron en 1943 pour définir des doctrines promettant le salut de l'humanité en ce monde: "Je propose d'appeler religions séculières les doctrines qui prennent dans les âmes de nos contemporains la place de la foi évanouie et situent ici-bas, dans le lointain de l'avenir, sous la forme d'un ordre social à créer, le salut de l'humanité".

lentement formée depuis le XII[e] siècle, en parallèle à l'État et à "la religion politique". Mais elle s'est construite à bas bruit, en arrière-plan, dans l'ombre de l'État et du conflit politico-théologique qui a occupé le devant de la scène jusqu'à la Révolution Française. Après une longue gestation souterraine, elle s'est manifestée de façon foudroyante à l'occasion du processus dit "d'industrialisation" intervenu depuis deux siècles et prolongé dans la "révolution managériale". La désécularisation que porte la religion industrielle s'est développée dans l'ombre, voire à l'abri, de la sécularisation politico-théologique. Cette religion séculière a été bâtie dans les coulisses de la scène politique combattant pour sa propre autonomie par rapport au religieux.

Trois moments majeurs ont marqué la construction moderne de la religion industrielle, essentiellement en Angleterre: Bacon, les *Lumières Ecossaises* et Godwin. Avec Francis Bacon, la religion industrielle sort de l'ombre et commence à entrer en concurrence avec la religion politique. Dans l'idéal baconien, la *potestas* est déplacée dans l'empire sur la nature: "savoir c'est pouvoir". "La vérité et l'utilité ne sont qu'une seule et même chose" (Bacon, 2010: 101). Du coup la *fides* et la *potestas* changent de signification, délaissant le politique au profit du savant, que la *Nouvelle Atlantide* (1624-27) vient théâtraliser, comme une utopie techno-scientifique dans laquelle le politique n'a plus grande place (il demeure juste un roi). Francis Bacon semble même souhaiter un État gestionnaire. Certains des leaders des *Lumières Ecossaises*, notamment David Hume, associent Etat et industrie. Dans les *Discours Politiques* parus en 1752, Hume défend que la richesse d'un pays ne se mesure pas à la quantité d'argent qu'il possède, mais à l'activité industrielle de ses citoyens (Hume, 1752: 98; 95-96; 99). Il associe le développement des manufactures et de l'industrie avec la civilisation, le savoir et la bonne politique. L'industrie devient même la garante de la politique: plus la première est puissante, meilleure serait la seconde. Hume place l'industrie au même rang que la politique: la religion industrielle va pouvoir se hisser au niveau de la religion politique, avant de s'imposer à elle. Dès 1793, William Godwin porte le processus à son acmé et

inaugure la quête proto-anarchiste de l'élimination du gouvernement "imposé à l'humanité" et qui "destiné à supprimer l'injustice, en fait l'a incarnée et l'a perpétuée" (Godwin, 2005: 32). Il précise ainsi sa critique: le gouvernement repose sur l'ignorance, il est un mal, quelle que soit sa forme, et "le but principal à viser devrait être d'en avoir aussi peu que la paix de toute la société humaine le permet" (Godwin, 2005: 175). Que mettre à la place? Réponse, l'industrie et ses machines. Au début du XIX[e] siècle, les premiers "socialistes" comme on les a mal nommés – mieux eut été les dire "premiers industrialistes" – Saint-Simon, Owen, Fourier, Cabet, Leroux, puis les saint-simoniens, mais aussi Auguste Comte, formulent chacun à sa manière, cette religion mondaine, terrestre, efficace, utile, rationnelle, voire scientifique. La religion politique qui occupe encore le devant de la scène va se défaire au profit de la religion industrielle. Radicalisant le projet de Bacon, Saint-Simon opère le basculement: il formule la religion industrielle et réduit la politique à l'industrie, l'Etat et la nation à de vastes ateliers et à des manufactures.

Le "Nouveau Christianisme" que Saint-Simon veut instituer en 1825, est l'alliance de la vérité scientifique et de l'utilité du travail productif, dressée contre le nouage de l'illusion politique et de la superstition théologique. La finalité de la société industrielle à venir est la "production"; dès lors le politique est défini comme "science de la production" (Saint-Simon, 2013: 1498). Cette affirmation majeure relègue le politique au second rang, derrière l'économie et la gestion, ouvrant la voie à sa marginalisation, et ultérieurement à son absorption par le management. Le gouvernement des hommes est inutile; seule compte selon une formule d'Enfantin, "l'administration des choses", la production, la gestion et l'organisation.

L'ultime élaboration de la religion industrielle est opérée avec la "révolution managériale", notamment aux Etats-Unis, entre 1880 et 1950. Le management fixe les normes de comportement, les règles morales du "comment vivre" dans l'usine et l'entreprise. Les ingénieurs, experts des machines, étendent leur compétence au-delà de la production mécanisée avec les méthodes dites "scientifiques"

de l'organisation du travail et de la production, puis avec une nouvelle science de "l'action efficace", à savoir la cybernétique. Le management livre un corpus normatif à la Foi industrialiste. Telle est la nouvelle normativité, gestionnaire et "a-politique", qui marque le triomphe de la religion industrielle.

Le management veut déplacer puis dépasser, la conflictualité politique par l'association et la coopération dans l'entreprise. L'enjeu de la "révolution" du management scientifique, c'est l'exclusion du conflit et de l'action syndicale contestataire dans l'entreprise, au nom du devoir de coopération dans la production.

Avec "l'organisation scientifique du travail" et de l'industrie, s'esquisse même une convergence possible entre la Révolution politique de Russie et la Révolution managériale d'Amérique. Après la paix de Brest-Litovsk en 1918, Lénine préconise en urgence l'introduction d'éléments du système taylorien pour améliorer la discipline du travail et augmenter la productivité. Il demande l'utilisation de "tous les procédés scientifiques de travail qu'implique ce système" pour augmenter la productivité: "sans cela, ajoute-t-il, nous n'introduirons pas le socialisme". Il s'agit non seulement d'obtenir une plus-value économique, mais aussi de dégager du temps libre pour l'activité politique, afin que les soviets puissent assurer des fonctions dévolues à l'État: "Notre but est de faire remplir gratuitement les fonctions d'État par tous les travailleurs, une fois qu'ils ont fini leurs huit heures de tâches dans la production". Ainsi on apprendra à la population à gouverner et "l'État pourra commencer à s'éteindre" (Lénine, 1977: 283). On retrouve l'inspiration initiale de Godwin et de Saint-Simon visant une science de la production pour défaire l'État. Chez Lénine, comme chez Fayol et Taylor, le management se construit dans un rapport conflictuel à la politique: contre le syndicalisme d'un côté, contre l'État d'un autre.

En 1941, en pleine guerre mondiale, James Burnham, ex-dirigeant trotskyste, prophétise "la révolution managériale" pour décrire ce qui advient dans le monde (*What's happening in the World*). Affirmant que "nous vivons dans une période de transition rapide entre deux types de

société" (Burnham, 1947: 44), il n'y a, dit Burnham, que trois possibilités pour l'avenir: le capitalisme *ad vitam eternam,* son remplacement par le socialisme ou bien par ce qu'il nomme "la société directoriale". Il affirme que la "société directoriale est déjà en train de s'effectuer"; ce n'est pas une hypothèse, mais un fait. Burnham livre la clef de la révolution managériale: "Dans la société directoriale, la politique et l'économie sont fusionnées". La politique est science de la production, faite par les "capitaines d'industrie", car leur position repose "sur une base technique et fonctionnelle solide" (Burnham, 1947: 197; 200). Et peu après, un des pères du management, Peter Drucker, affirme que l'Entreprise est "une institution politique et une communauté" (Drucker, 1970: 211): la dimension politique de l'entreprise est même plus "vraie" et plus "pure" que celle du pouvoir politique parce que fondée sur la propriété.

Peter Drucker invitait alors à construire une "démocratie industrielle", ce qui est la reprise d'un concept proudhonien qui lui, cherchait à définir un système de production socialiste, mutuelliste et fédératif. En effet, Proudhon plaidait pour l'évacuation du politique au profit de la libre organisation de l'industrie: "Ce que nous mettons à la place du gouvernement, (...) c'est l'organisation industrielle. Ce que nous mettons à la place des lois, ce sont les contrats (...). Ce que nous mettons à la place des pouvoirs politiques, ce sont les forces économiques (...). Ce que nous mettons à la place des armées permanentes, ce sont les compagnies industrielles" (Proudhon, 1851: 283-284).

L'exclusion du tiers gouvernemental – point nodal de la religion industrielle – est reprise par le management et par la cybernétique au sortir de la deuxième guerre mondiale qui a mis en évidence le fiasco du politique. En 1848, le jeune Ernest Renan rêvait, je le cite, de "gouverner scientifiquement les hommes". Un siècle plus tard, son rêve a été accompli, mais sous la forme de l'administration des hommes et du gouvernement des choses.

4. L'Entreprise, Institution de la Marque et du Réseau

Chantal Mouffe constate à juste titre, que "contrairement à ce que les théoriciens post-politiques veulent nous faire croire, nous ne sommes pas en train d'assister à une disparition du politique dans sa dimension d'adversité. Quelque chose est à l'œuvre" (Mouffe, 2016: 12). Tout le problème est d'identifier et de caractériser cette métamorphose. Nous partageons avec Chantal Mouffe, l'idée néo-gramscienne que "le politique est lié à des actes d'institution hégémonique" (Mouffe, 2016: 30), hégémonie étant entendue comme direction politico-culturelle de la société. Notre hypothèse est qu'il se produit un transfert historique d'hégémonie de l'Entreprise vers l'Etat, de la religion industrielle vers la religion politique, du management vers le gouvernement, de l'administration des choses vers la gouvernance des hommes.

L'industrialisation et la technicisation généralisée de la société ont conduit l'Etat en crise à emprunter le modèle entrepreneurial et managérial, au nom de l'efficacité dans l'action. Ce "transfert d'hégémonie" marque l'étape actuelle de la métamorphose du politique.

Pour analyser l'équiparation[4] Etat-Entreprise, il faut considérer l'Entreprise, au sens de la grande firme managériale définie par Alfred. D. Chandler (1978), comme l'institution du Marché. Opposer simplement l'Etat et le Marché ou réduire l'Entreprise à la seule recherche du profit (comme l'ont fait les gauches européennes) empêchent de comprendre le phénomène à l'œuvre de transfert d'hégémonie entre deux institutions: l'Entreprise et l'Etat. C'est un obstacle épistémologique et politique. L'Etat désymbolisé, aplati et réduit à sa seule dimension gestionnaire est l'instrument "de la pensée rationnelle et calculatrice" comme dit le philosophe Eric Weil (1956). Il devient un simple organe de la rationalité technique, celui des technocrates et de la technostructure, perçue comme une élite de "sachants". Si l'Etat se réduit à l'administration, il devient sans âme, alors se joue "la dépolitisation du politique" (Goyard-

[4] C'est "l'action de considérer comme équivalents deux ou plusieurs sujets qui a priori, n'avaient rien à faire ensemble", précise Ernst Kantorowicz (2004: 65).

Fabre, 1999). De ce double mouvement inter-institutionnel fonctionnant comme un transvasement, émerge un hybride Etat-Entreprise, un Etat rationalisé et technologisé, empruntant à la normativité-rationalité du management. C'est pourquoi on peut parler avec les juristes Georges Burdeau et Pierre Legendre, de "technologisation du politique". L'Etat ayant dilapidé sa symbolique, il est condamné à multiplier la prolifération des fictions et de signes à l'aide du marketing, des médias et des technologies de la communication.

Les fondements symboliques de l'Etat – les grandes figures de la Nation, la République, l'Intérêt Général, la Volonté générale, etc. – s'effritent laissant un nouveau "lieu vide" (Lefort, 2001: 20) à occuper dans lequel s'engouffre l'Entreprise avec ses puissantes technologies porteuses de nouvelles fictions. La dimension mythique et sacralisée de l'Etat s'effiloche, celle de l'Entreprise ne cesse de se renforcer avec la techno-science et le *gospel* de l'efficacité. Ce qui se joue dans cette situation, "derrière" le politique et l'Etat, c'est une vision du monde fondatrice, une croyance collective ou encore le Totem qui, pour les juristes de l'époque moderne, était occupé par l'Etat, et qui se déplace vers le fétichisme de l'action efficace, performante, innovante selon les règles fixées par le Management.

On peut parler avec Robert Jessop (2002) qui analyse des transformations de l'État liées aux transformations du capitalisme, d'un **"**évidement" de l'Etat devenant un "Etat creux" (*Hollow State*) (Peters, 1993), du point de vue culturel et symbolique. Mais il ne s'agit ni d'une disparition de l'Etat, ni de son absorption par la grande Entreprise, mais bien d'une métamorphose majeure. Comme le résume Jacques Chevallier (2004: 11), "sans doute l'Etat-Nation a-t-il perdu, notamment mais pas seulement en raison de la mondialisation, certains de ses attributs; mais cela ne signifie pas pour autant qu'il soit irrémédiablement dépassé en tant que forme d'organisation politique, mais seulement qu'il est entré dans une phase nouvelle d'une histoire tourmentée". Il rejoint le constat de Charles Taylor dans *Le Malaise de la Modernité* (1994), mettant en évidence le triomphe de la raison instrumentale – "pour calculer

l'application la plus économique en vue d'une fin donnée" – qui impose avec cynisme sa logique des outils, au mépris de toute interrogation sur les buts. La réussite, l'efficacité, la rentabilité - ce qui fonctionne et ce qui marche - entraînent "l'éclipse des fins" au profit de la seule efficacité maximale. On retrouve la définition de la technique à savoir, selon Jacques Ellul (1990: 19), "la recherche en toute chose de la méthode la plus efficace absolument". L'Etat parfait et parfaitement efficace, sera un Etat réduit à la technique, dont la symbolique et le politique seraient évacués.

Si l'Etat s'autoneutralise dans le techno-management, l'Entreprise, elle, se politise par extension de sa sphère d'intervention jusqu'à devenir une grande puissance, une *Megacorp*: "Les multinationales sont des Empires privés, les républiques-mastodontes sans territoire de la nouvelle jungle féodale, où s'affrontent les décideurs qui sont les conquistadors d'aujourd'hui" (Legendre, 2007: 25-26). Toutefois, il n'y a nulle substitution de l'Entreprise à l'Etat: il y a fusion, confusion et transfusion entre les deux institutions. Désormais "L'ère de l'Etat est à son déclin (…)", dit Carl Schmitt (1992), "l'Etat, ce chef d'œuvre de la forme européenne et du rationalisme occidental, est détrôné". Détrôné par quelle autre grande force institutionnelle capable de le faire, si ce n'est l'Entreprise maniant la techno-science-économie et les normes du management?

Si l'Etat s'évide symboliquement et politiquement, la grande entreprise ne cesse de développer son hégémonie culturelle et politique. L'entrée des *condottieri* – les présidents Silvio Berlusconi, Andrej Babis, Mauricio Macri ou Donald Trump et, "à la française", l'inspecteur des finances, Emmanuel Macron – dans le champ politique illustre l'extension entrepreneuriale et l'imposition du management à toute la société, voire aux individus eux-mêmes, saisis par le culte de la performance.

Conclusion – La Marque et le Réseau Exportés dans le Politique

Au-delà du management, véritable dogme de la normativité et de l'organisation "efficaces", l'Entreprise exporte dans le champ politique en crise son mode de fonctionnement combinant la verticalité de la marque et l'horizontalité du réseau ou "plateforme". La marque est un symbole d'identité ou un emblème; c'est le repère dans une société fluide, dite "de consommation". La signature incarne la promesse de la marque qui permet à l'entreprise ou à un produit de se différencier, de perdurer et de faire rêver: comme dit le marketing, la marque a une fonction d'empreinte mentale. Elle fidélise le consommateur en le marquant.

Le politique désymbolisé et l'Etat dépolitisé adoptent et adaptent un tel fonctionnement à la marque, venu du marketing, pour combler leur propre vacuité et manient les réseaux pour co-produire leur imaginaire en dialogue direct et continu avec les citoyens-consommateurs. Car l'enjeu est là: traiter les citoyens comme des consommateurs, ce qu'inaugura Silvio Berlusconi avec son parti-entreprise qui était sa régie publicitaire, juste après la chute du mur de Berlin et dans le vide politique créé par l'enquête *Mani Pulite* qui décima tous les partis politiques de la Péninsule.

Le référent du politique devient la marque afin de créer la confiance et de fidéliser (autre terme dérivé de *fides*) des citoyens-consommateurs, c'est-à-dire de créer une communauté collaborative de "fidèles" que Twitter identifie comme des *followers*; Donald Trump en est une illustration, de même qu'en Italie, Beppe Grillo accompagné de Davide Casaleggio, le fils du co-fondateur de *Cinque Stelle* qui affirme à propos de la plateforme dénommée "Rousseau", "ce n'est pas une mode passagère. La démocratie directe et participative est l'avenir".

"Les *followers* font le leader" disait déjà en 1938, un des pères du management Chester Barnard (Cohen, 2013: 369)… En effet, comment se définit Trump? "Je suis une marque. Je suis en train de construire une marque" (Kranish & Fisher, 2017: 223). Dans son ouvrage *Comment*

devenir riche, il conseille à ses lecteurs, "Devenez une marque et faites-le savoir!" (Trump, 2005: 65-68; 70). Le pouvoir c'est la marque, et réciproquement la marque (*the brand*), c'est le pouvoir. La marque offre la possibilité de créer des partis attrape-tout, désidéologisés – de gauche et de droite, "en même temps" – comme *Cinque Stelle* ou *En Marche*. La "brandisation" (*branding*) du politique se retrouve chez Emmanuel Macron et son parti structuré autour de sa marque, à savoir son image de jeune chef néo-bonapartiste. Cette imposition des marques politiques tranche avec un univers jadis régi par des "partis qui défendaient des idéologies ou des projets de société. Les marques insufflent un nouveau sens au sein du système politique, de la même manière que les marques commerciales, mais à partir d'un terrain antipolitique ou extérieur au politique. Comme l'indique Gilles Lipovetsky (2006: 107): "l'époque de l'hyperconsommation coïncide avec le triomphe de la marque comme mode et comme monde". Quant aux réseaux sociaux, ils jouent le rôle de lien direct et continu avec les citoyens-consommateurs et créent des communautés de fidèles qui contribuent à co-élaborer et à adapter en continu la marque politique.

La réponse apportée à la crise de la représentation politique pour tenter de la réenchanter, combine d'un coté, le culte de la "démocratie participative" avec l'Internet et d'un autre, la "démocratie compétitive"[5] associées dans les deux cas à une marque politique leader. Ces deux réponses caractérisent le transfert d'hégémonie de l'entreprise vers le politique. On pourrait nommer "aziendalisme" – du terme *azienda* emprunté à la langue italienne (entreprise) – la production intellectuelle et symbolique de l'entreprise entendue comme une institution contraposée à l'institution étatique.

Ainsi, il apparait que la grande entreprise, *the Corporation*, devient un pouvoir politique, au sens plein du terme, parce qu'elle est une institution et comme l'a noté Colin Crouch (2005: 107), "Le pouvoir

[5] Notion élaborée par Giuliano Urbani, professeur de science politique à la Bocconi, qui fut co-fondateur du parti *Forza Italia* et *spin doctor* de l'équipe Berlusconi.

politique croissant acquis par les entreprises reste l'élément fondamental qui sous-tend la progression de la post-démocratie".

Ne serait-il pas nécessaire désormais de déplacer la focale de l'analyse politique centrée sur l'Etat-nation, sur ses leaders et leur théâtralisation médiatique, vers l'Entreprise, son système de pouvoir, ses technologies et son hégémonie managériale ? Le changement de perspective est souvent la condition d'une renaissance politico-intellectuelle.

III.
Il Partito Piattaforma fra Depoliticizzazione e Nuove Forme di Partecipazione: Quali Possibilità per la Sinistra in Europa?

Emiliana De Blasio e Michele Sorice

1. La Trasformazione della Rappresentanza

Negli ultimi vent'anni, molti studiosi hanno parlato di crisi della rappresentanza, talvolta connettendola con la (presunta) crisi della democrazia. Kaase & Newton (1995), per esempio, parlavano proprio di *crisi della democrazia;* i due studiosi mettevano in risalto come il disallineamento dei cittadini verso i partiti politici, la cui legittimità è contestata dalla nascita e l'approfondimento di insoddisfazione a livello di massa, determina una crisi strutturale del sistema democratico. O, almeno, di quello basato sulla rappresentanza politica e sull'esercizio del voto. Nella stessa tendenza di ricerca si è mosso Peter Mair (2000), introducendo il concetto di "democrazia senza partiti" (*partyless democracy*). Tale esito è reso possibile dalla progressiva erosione di quelle identità a lungo termine su cui si è fondata la legittimazione dei partiti nonché le stesse forme di partecipazione politica. La crisi dei partiti ha ovviamente molte concause; sicuramente una molto importante è rappresentata dal declino delle fratture (*cleavages*) su cui i partiti tradizionali fondavano la propria legittimazione e la propria stessa identità collettiva. Si noti che tale declino conduce anche alla crisi di legittimità della rappresentanza tradizionale (quella, per intenderci, che si è tradizionalmente espressa nella logica elettorale). Un elemento di accelerazione della crisi della democrazia rappresentativa (e della stessa

rappresentanza elettorale come sua dimensione costitutiva) risiede nella crisi economica globale. Essa infatti ha favorito l'adozione di retoriche antipolitiche e l'emersione di nuovi (ma non inediti in realtà) populismi; ha velocizzato la perdita di credibilità dei partiti politici "tradizionali", incapaci di fornire risposte ai bisogni delle persone; ha accompagnato la crisi di legittimità della democrazia parlamentare: in altre parole ha favorito fenomeni di *disancoraggio* (Morlino, 1998; 2011) della struttura democratica. Bisognerebbe chiarire meglio, comunque, il ruolo della crisi economica nell'accelerazione della "crisi della democrazia" (Morlino & Raniolo, 2018). In effetti, essa gioca tradizionalmente un ruolo importante nell'indebolimento di quelle che Leonardo Morlino chiama "variabili di supporto" della qualità democratica. In questa cornice, può essere utile considerare la crisi economica come un elemento di delegittimazione del legame (a sua volta storicamente e culturalmente determinato) fra rappresentanza e democrazia; in altre parole, la crisi economica gioca un ruolo drammaticamente importante nella perdita di credibilità delle istituzioni elettive e nel processo di delegittimazione dei meccanismi tradizionali della rappresentanza elettorale. Questa crisi non si traduce automaticamente nel rifiuto della partecipazione ma semmai in una sua riconfigurazione: in questa prospettiva vanno lette le insorgenze di fenomeni come i movimenti sociali e, in particolare, quelli che vanno dalle varie esperienze rubricabili dentro il quadro "Occupy"[1] fino a quelle dei movimenti contro l'austerità. Per questo motivo, peraltro, la "crisi della rappresentanza" non è altro che un processo evolutivo. Allo stesso tempo, peraltro, le forme della rappresentanza elettorale vengono spesso sostituite da fenomeni di *rappresentanza occasionale*,

[1] Lo slogan principale di tale movimento globale ("Siamo il 99%") rivendicava, non a caso, un ruolo partecipativo per la stragrande maggioranza della popolazione, considerata (a torto o a ragione poco importa) esclusa dai processi democratici proprio a causa delle logiche della rappresentanza elettorale. Il richiamo alla partecipazione può generare un esito verso un populismo identitario o verso forme avanzate di democrazia partecipativo-deliberativa. I due diversi esiti (e il continuum del quale rappresentano gli estremi) hanno un impatto diverso sulla stessa qualità della democrazia. Si noti che rappresentarsi come il 99% implica il riconoscimento di posizioni avversarie legittime (per quanto più o meno odiose); i populismi identitari sovranisti, invece, si pongono come rappresentanti del 100% del popolo, dal momento che gli avversari sono "nemici" e definiti come "non-popolo" (Cfr. De Blasio & Sorice, 2018).

esercitata sia da attori non-partitici sia dagli stessi partiti: "Ristrutturando i processi produttivi del consenso, i partiti hanno penalizzato non poco tali categorie, al costo di adottare una forma di rappresentanza instabile e occasionale" (Mastropaolo, 2015)

La "crisi delle forme della politica rappresentativa" (Tormey, 2015) ha prodotto molte e diversificate reazioni da parte dei soggetti. Possiamo raggruppare tali risposte in tre grandi tendenze. La prima è rappresentata dall'incremento dell'apatia sociale: si tratta di un fenomeno da sempre presente nelle democrazie liberali, strutturale e peraltro ampiamente studiato. L'incremento della percentuale di soggetti che dichiarano il proprio disinteresse verso la politica e le istituzioni è in parte connesso alla percezione di inutilità: la crisi della rappresentanza, in altre parole, acuisce la crisi di legittimità del sistema democratico, sempre più percepito come "illusorio" e comunque non in grado di dare alle cittadine e ai cittadini un potere reale nei processi di *decision making*. La seconda tendenza è speculare alla prima e si risolve nella richiesta per un controllo maggiore sulle istituzioni rappresentative da parte della cittadinanza. In realtà, tale richiesta di controllo è l'ennesima evidenza della crisi della rappresentanza: sono, infatti, i "rappresentanti" a essere posti sotto controllo, fondamentalmente privati della fiducia dei rappresentati. La sfiducia sistematica sui rappresentanti (eletti e "politici") produce quella che viene oggi definita *democrazia sanzionatoria*, perché fondata non tanto sulla volontà di incidere maggiormente sui processi decisionali e sulle scelte di fondo delle *policies* bensì sul bisogno di controllo sanzionatorio sull'operato dei rappresentanti (che diventa quindi "per principio" non affidabile, salvo essere smentiti dalle verifiche).

La terza tendenza si muove su un versante diverso ed è costituita dalla richiesta di nuove forme di partecipazione politica. In effetti, la maggior parte delle ricerche statunitensi ed europee (si veda, per esempio, l'Eurobarometro, la European Social Survey e ricerche simili) ha evidenziato che alla crisi di credibilità e legittimazione della rappresentanza (il cui esito più manifesto è la crisi dei partiti politici) si accompagna un forte radicamento sociale dei valori della democrazia,

sebbene talvolta con alcune aree di criticità e relative richieste di leadership "forti". In questa tendenza si collocano la nascita e l'affermazione di nuovi attori della partecipazione: dalle organizzazioni non governative (NGO) alle iniziative promosse dai cittadini "dal basso", dai movimenti per la giustizia globale alle iniziative locali spontanee (quelle che vengono definite *DIY Politics*, *Do It Yourself Politics*, Politica fai da te). Ovviamente la trasformazione investe anche il sistema dei partiti che tendono a modificare la loro organizzazione, assumendo strutture più "leggere", privilegiando l'azione mediatica rispetto a quella sul territorio, favorendo lo sviluppo di iniziative basate sull'immediatezza rispetto ai progetti a lungo termine. Tale fenomeno riguarda anche molti nuovi partiti politici che, alle tendenze già dette, uniscono quella a muoversi verso dinamiche di ipo-rappresentanza, nel tentativo (fallace) di riconquistare una maggiore legittimità In queste trasformazioni, comunque, si collocano sia lo sviluppo di piattaforme e tecnologie capaci di facilitare forme diverse di partecipazione politica (De Blasio, 2014; 2018) sia le molte e diversificate forme di cittadinanza attiva (Moro, 2013) sia ancora le pratiche di innovazione democratica (Sorice, 2014).

2. Il Ruolo dei Partiti

Le diverse teorizzazioni della rappresentanza (Pitkin, 1967; Brito Vieira & Runciman 2008; Pettit, 2009; Saward, 2010) scelgono prospettive diverse. Sia la bipartizione fra *standing for* e *acting for* di Pitkin, sia le nuove prospettive meno schiacciate su una logica binaria sembrano in parte inadatte a interpretare il cambiamento nelle dinamiche di relazione fra rappresentanti e rappresentanti nonché di queste nel nuovo scenario della politica mediatizzata (su quest'ultimo aspetto, una prospettiva interessante è quella dei *representative claims* proposta da Michael Saward nel 2010). Le diverse teorizzazioni, tuttavia, lasciano aperta la vecchia questione della rappresentanza politica e del suo rapporto con la democrazia liberale. Il mandato dell'eletto non può che essere libero (dal momento che ipotizzare un contratto di delega significa far venir

meno l'autonomia dell'individuo) ma, al tempo stesso, esso deve porsi nella condizione di essere controllato dagli elettori. In altre parole, i rappresentanti svolgono un ruolo attivo (funzione legislativa) e devono quindi godere di una certa autonomia, capace di andare oltre l'esercizio elettorale; al tempo stesso, proprio in virtù di tale ruolo, essi devono in qualche modo "dipendere" dall'elettorato. Il paradosso è evidente: se i rappresentanti avessero un mandato imperativo, essi dovrebbero rispondere solo a un committente (teoricamente plurale, di fatto rintracciabile nel leader di uno schieramento) oppure rispondere solo a sé stessi (e in questo caso sarebbero totalmente svincolati da qualunque controllo). La democrazia rappresentativa funziona, cioè, solo a patto di evitare una contrapposizione fra mandato imperativo e mandato libero (Urbinati, 2013), facendo in modo che quest'ultimo sia temperato da qualche forma di controllo popolare. Il mandato politico, in altre parole, ha bisogno comunque dei partiti (o di organizzazioni simili), come spiegato molto chiaramente da Nadia Urbinati (2013: 99).

La rappresentanza ha un legame molto forte con un altro concetto che non può essere sottovalutato: quello di *cittadinanza.* La rappresentanza, in effetti, è una relazione tra un gruppo sociale e un rappresentante che condivide interessi, aspettative, dimensioni valoriali, problemi, emergenze territoriali e così via (un gruppo che, a rigore, si definisce *constituency* quando si fa riferimento al corpo dei rappresentati dai politici eletti a cariche pubbliche). Si può affermare, a questo punto che senza inclusione sociale – resa possibile dalle logiche di rappresentanza politica o da processi similari – non esiste nemmeno la cittadinanza e quindi che senza rappresentanza non può esistere cittadinanza. Si tratta di un sillogismo non privo di ambiguità ma sostanzialmente corretto.

3. La Politica Post-Rappresentativa

Negli ultimi anni molti studiosi hanno parlato di emersione della *politica postrappresentativa* (Keane, 2013; De Blasio & Sorice 2018; Ceccarini & Diamanti, 2018). La cosiddetta crisi della rappresentanza, in effetti, può facilmente essere interpretata come deficit di fiducia da parte dei cittadini nei confronti delle istituzioni politiche. In questo clima di sfiducia, crescono sia le richieste per forme di democrazia più partecipativa sia reazioni che spingono verso la richiesta di nuove forme di rappresentanza, come quelle che possiamo definire di "iper-rappresentanza" e che sono alla base di molti dei populismi contemporanei (Mastropaolo, 2006; De Blasio & Sorice, 2018). La sfiducia nei confronti delle istituzioni politiche e degli istituti della rappresentanza genera tre possibili aree di risposta da parte dei cittadini: a) la prima è rappresentata dall'*apatia sociale*, che si manifesta col disinteresse verso la politica, spesso accompagnato da sentimenti fortemente anti-politici; b) la seconda si sostanzia nella richiesta per un controllo più accurato sulle istituzioni rappresentative: tale richiesta si esprime in quella che Rosanvallon (2006) chiama *controdemocrazia* e si evolve in una sorta di sfiducia sistemica (la democrazia sanzionatoria), che spesso individua nel ricorso alla democrazia diretta una soluzione per favorire una maggiore partecipazione dei cittadini; c) la terza area di risposta è costituita dalla richiesta per nuove forme di partecipazione: queste vanno dalla cittadinanza attiva alle esperienze rappresentate dalle piattaforme online per la partecipazione democratica fino alle diverse forme di innovazione democratica (governance collaborativa, dibattito pubblico, bilanci partecipativi, co-gestione territoriale, etc.).

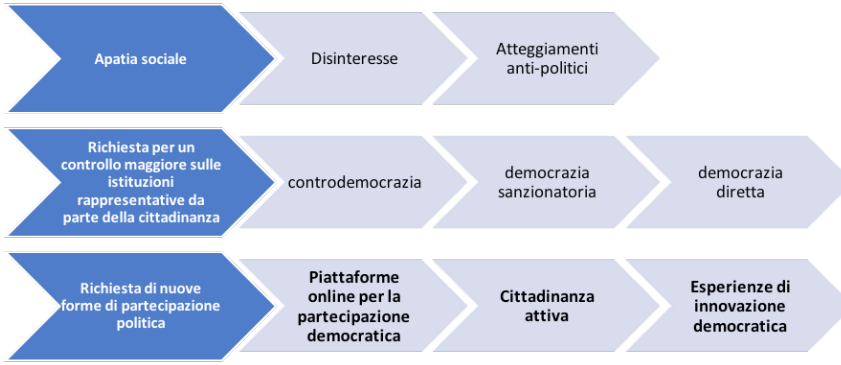


Fig. 1. Le risposte dei cittadini alla crisi di legittimità della democrazia rappresentativa. Fonte: Sorice 2019

Con l'espressione controdemocrazia, "Pierre Rosanvallon non intende l'opposto della democrazia, cioè l'antidemocrazia e la sua negazione. Egli rimanda, invece, a una forma politica che può rafforzare e offrire sostegno alla democrazia rappresentativa, che resta al centro del discorso politico. La *democrazia della sfiducia organizzata* diventa complemento alla *democrazia della legittimità elettorale*, ovvero alla democrazia rappresentativa. Il momento del voto è necessariamente episodico. Attraverso la diffusione nella società di poteri indiretti – di sorveglianza – in capo a istituzioni, gruppi, associazioni, *advocacy groups, think tanks,* la democrazia della sfiducia organizzata costruisce una sua struttura. Essa può essere considerata una forma politica perché produce effetti nella società" (Ceccarini & Diamanti, 2018: 345). In altre parole, per Rosanvallon la controdemocrazia è una forma di democrazia che rafforza la tradizionale democrazia elettorale, una democrazia di poteri disseminati nella società. La democrazia, in altre parole, viene declinata nei tre contro-poteri di sorveglianza, interdizione e giudizio. Fra i diversi poteri di controllo, Rosanvallon individua anche la comunicazione e, in particolare, Internet. Al tempo stesso, però, non sfugge allo studioso francese che strumenti come la rete possono facilmente trasformarsi in strumenti di esaltazione delle retoriche antipolitiche o, nella migliore delle ipotesi, in acceleratori della rottura fiduciaria fra cittadini e istituzioni.

Uno degli esiti della democrazia della sfiducia organizzata è rappresentato dall'emersione di nuove forme di vigilanza sociale e di militanza politica. Fra queste ultime una posizione significativa appartiene ai gruppi di advocay, alle espressioni della cittadinanza attiva (Moro, 2013), alle organizzazioni non-governative (ONG), agli osservatori su temi specifici e alle campagne (organizzate attraverso piattaforme come MoveOn.org, Change.org, etc.) o frutto di azione sul territorio (come le campagne Stop-TTIP, No-Ceta, etc.). In molti casi, tali organizzazioni (le campagne innanzitutto ma anche diversi gruppi di advocacy) non "rappresentano" in senso tradizionale, non hanno strutture di *membership* e sono per lo più *single-issue* (cioè orientate a una specifica causa); svolgono attività di influenza e, in alcuni casi, di *lobbying* (Ceccarini & Diamanti, 2018: 351). Nella prospettiva delle nuove forme organizzate, la democrazia rappresentativa sembra cedere il posto non solo a istanze contro-democratiche ma anche a quella che Keane (2009) definisce *monitory democracy*. Un monitoraggio effettuato sia attraverso pratiche di lobbying, sia grazie alla legittimazione di strumenti provenienti dalla tradizione della democrazia deliberativa (Sorice, 2014), come le *citizen juries,* i *deliberative polls,* le assemblee cittadine, le consultazioni online, le petizioni, sia infine attraverso organizzazioni e associazioni di monitoraggio e tutela, come i movimenti dei consumatori o le associazioni di controllo sul rispetto dei diritti umani. Internet costituisce un "luogo" che facilita l'emersione e il radicamento di queste esperienze, sebbene non ne costituisca l'elemento di attivazione.

Il cittadino controllore – *monitorial citizen* nell'espressione di Michael Schudson (1998) – tende a sostituire di fatto sia il cittadino elettore sia persino il cittadino critico (Norris, 1999). In questo nuovo scenario, la democrazia rappresentativa – fondata su una relazione diretta fra cittadini e assemblee legislative – lascia il posto alla democrazia post-rappresentativa (Keane, 2013), in cui i cittadini sperimentano forme di attivismo creativo e non sempre coerente con le tradizioni della rappresentanza politica attraverso le organizzazioni di partito.

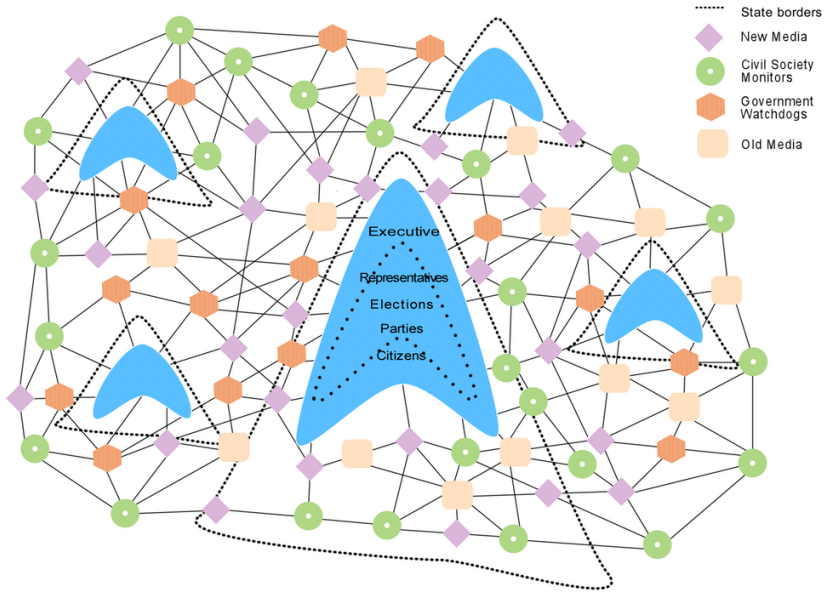


Fig. 2 La democrazia post-rappresentativa. Fonte: Keane (2013a: 88; 2013b)

La figura 2 evidenzia non solo le criticità ma anche le opportunità della democrazia post-rappresentativa. Dalla logica lineare delle democrazie rappresentative, fondate sul metodo elettivo e sulla centralità dello Stato nazionale, si passa a una logica reticolare in cui gli attori in gioco sono molteplici e presentano inedite relazioni reciproche. Al tempo stesso, la comunicazione – qui intesa come risultante dello scambio dialettico fra media digitali e tradizionali mezzi di informazione – svolge un ruolo che è al tempo stesso di informazione, monitoraggio e mobilitazione. Ovviamente, sempre a patto che sia garantito il pluralismo, anche nell'accesso.

Nello scenario della democrazia post-rappresentativa, processi di depoliticizzazione e nuove dinamiche di partecipazione tendono a confrontarsi e talvolta a sovrapporsi. Ed è proprio il cambiamento di scenario della partecipazione politica a segnare uno spartiacque culturale: dall'organizzazione verticale dei vecchi partiti di integrazione di massa (Viviani, 2015) alla logica reticolare dell'attivismo quotidiano,

che può essere a un tempo intermittente e stabile, fortemente territorializzato e culturalmente cosmopolita.

4. La Depoliticizzazione e il Paradosso della Partecipazione

Nel corso degli ultimi trent'anni lo *storytelling* sul superamento delle "vecchie" categorie di destra e sinistra è divenuto egemonico, al punto di essere considerato un tratto di "modernità" culturale e finanche scientifica. L'idea che le categorie politiche di destra e sinistra fossero superate è stata preceduta dallo sviluppo di un'ampia letteratura sulla "fine delle ideologie" (Fukuyama, 1992): al suo interno si sono sviluppate diverse posizioni, alcune più marcatamente tecnocratiche, altre che individuavano nello sviluppo di processi deliberativi condivisi e nell'affermazione della governance collaborativa gli unici elementi necessari all'incremento qualitativo della democrazia. Il successo di approcci economici come quello della Scuola di Chicago o di paradigmi come il New Public Management ha favorito la legittimazione di tali posizioni. L'inizio del XXI secolo, tuttavia, è stato contraddistinto da diverse fenomeni : a) la rinascita dei nazionalismi e dei fondamentalismi religiosi; b) l'esplosione della crisi economica dell'Occidente, generata proprio da quelle ricette economiche che avevano ottenuto successo mediatico e politico ma che si sono rivelate inadatte a risolvere i problemi strutturali dell'economia mondiale (Crouch, 2011); c) la rinascita dei diversi populismi e l'emersione dei "challenger parties", spesso connessi proprio alla critica al sistema liberale; d) l'insorgenza di numerosi movimenti popolari di protesta, che hanno attaccato gli esiti della democrazia liberale proprio reclamando istanze partecipative e chiedendo maggiore democrazia. Quest'ultimo aspetto, in particolare, ha messo in luce il corto-circuito democratico: non solo l'inconsistenza storica del presunto superamento di destra e sinistra ma anche il paradosso apparente di una critica condotta alla democrazia liberale perché poco sensibile alle istanze di partecipazione popolare.

I processi di *depoliticizzazione* sono stati studiati da diversi autori (Mouffe, 2005; Rancière, 2010; Žižek, 1999) con accenti talvolta diversi ma sempre riconducibili all'idea di una sostanziale perdita di centralità della politica come appartenenza e progetto: in altre parole, la politica è stato spesso ridotta alla sola dimensione della *policy*, con una sostanziale marginalizzazione sia del conflitto ideologico sia della *polity* come comunità di progetto.

Colin Hay (2007) ha felicemente messo in luce la relazione fra la cosiddetta antipolitica, le tendenze dei risorgenti populismi e alcuni aspetti della svolta neoliberista. Il processo di depoliticizzazione è stato così inquadrato dentro lo sviluppo di fenomeni sociali complessi, alcuni dei quali alla base di quella tendenza alla post-politica che sembra aver contraddistinto l'ultimo decennio delle democrazie occidentali. In questo scenario, possiamo notare come alcune fra le innovazioni politico-istituzionali teoricamente orientate alla crescita della partecipazione (come, per esempio, le esperienze di governance collaborativa, alcune declinazioni dell'e-government e diversi strumenti di consultazione pubblica) siano state assorbite all'interno di tendenze di sostanziale anestetizzazione della partecipazione popolare. Esse, infatti, si sono rivelate meccanismi di rappresentazione, ottenendo da una parte, il loro stesso fallimento rispetto agli obiettivi prefissati (aumentare e rendere più consapevole la partecipazione popolare) e dall'altra parte, il loro rigetto da parte delle classi popolari che le hanno interpretate (non senza qualche ragione) come strumenti "top-down" e percepite come strategie delle élites. Alle forme di innovazione – spesso tuttavia supportate in buona fede da amministrazioni locali e studiosi – si sono aggiunte alcune riforme istituzionali, molto spesso usate come tattiche e strumenti per l'affermazione di un progetto post-politico di stampo neoliberista (Flinders & Buller, 2006). Sia le riforme istituzionali sia alcune esperienze di innovazione democratica si sono così rivelati "meccanismi usati dai politici per depoliticizzare le questioni, tra cui la

delega, ma anche per la creazione di regole vincolanti e la formazione di preferenze discorsive" (Fawcett, Flinders, Hay & Wood, 2017)[2].

In questa situazione va inquadrato anche lo spostamento semantico dall'idea di "government" alla nozione di "governance", che costituisce uno degli elementi che accompagna l'emersione della cosiddetta "postpolitica" nonché della "riduzione del politico all'economia". In questa prospettiva, per esempio, da un versante delle retoriche adottate, si colloca l'enfasi per la creazione di un'ambiente imprenditoriale "accogliente", capace di ispirare la fiducia degli investitori e fornire le garanzie economiche ritenute necessarie per mercati "forti e stabili". Questa subordinazione non è solo ideologica, ma è incarnata in forme istituzionali concrete – come notano Wilson & Swyngedouw (2014). Un quadro riassuntivo del processo di riduzione del "politico" all' "economico" è evidenziato dalla figura 3.

Centralità della dimensione politica	Centralità della dimensione economica
Relazione dialettica fra Stato e mercato	Creazione di un ambiente business-friendly
Controllo pubblico sulle banche centrali	Privatizzazione delle banche centrali
Centralità del welfare	Imposizione "esterna" di misure di austerità
Centralità dei Parlamenti e delle assemblee elettive (locali e sovranazionali)	Subordinazione della legislazione nazionale ai regimi giuridici delle organizzazioni multilaterali (WTO, etc.)
Centralità del bene comune	Trasformazione delle priorità delle imprese in "public policies"
Protagonismo dei partiti politici nei processi di *decision making*	Delega delle procedure di *decision making* a istituzioni non statali o "quasi-statali"

Fig. 3 Riduzione del "politico" all'economico. Rielaborazione da Wilson & Swyngedouw (2014)

Il passaggio, anche retorico e comunicativo, dal "government" alla "governance" è stato spesso associato all'idea di "innovazione", a sua volta narrata come possibilità per i cittadini di operare un maggiore controllo sulle scelte politiche. In realtà, si è affermata l'idea che il governo (e, con esso, la politica come attività strategica) sono questioni

[2] Il concetto di antipolitica è stato collegato prioritariamente a movimenti populisti, i cui leader ritengono di avere la capacità di sostituire la "vecchia" politica ormai esausta con competenze di governo più "autentiche", che si sostanziano per lo più di "azioni minimali di governance" (Albertazzi e Mueller 2013)

per le élites politiche, mentre la governance, che si sviluppa a livello micro-territoriale, consentirebbe un maggiore controllo da parte dei cittadini. Tuttavia, il passaggio dal governo alla governance determina un peso ancora minore per i cittadini: convocati per la gestione di questioni secondarie (sebbene talvolta con notevole importanza sociale) ma ancora più marginali sulle questioni strategiche, ormai nelle mani di tecnocrazie e di grandi società economico-finanziarie. Esaurito o marginalizzato il ruolo dei partiti, si è così sviluppato un processo di depoliticizzazione che può essere interpretato come un ponte che attiva connessioni tra micro-tendenze (disimpegno dei singoli cittadini), meccanismi istituzionali e riforme di livello meso (i modi della governance) e il macro-livello delle ideologie e dei modelli economici dominanti (Fawcett, Flinders, Hay & Wood 2017). In tale processo, aumenta la disaffezione verso la politica e al tempo stesso cresce un forte sentimento antipolitico. Fra le possibili forme di "exit", un aspetto specifico è costituito proprio dal il rifiuto della rappresentanza liberale, sostituita da nuove forme di iper-rappresentanza, che peraltro costituiscono il background di molti populismi contemporanei. Sørensen & Torfing (2017) sostengono che proprio la governance costituisca una via preferenziale verso la depoliticizzazione. Essa infatti costituisce una strategia retorica per legittimare un presunto "efficientismo" di governo deprivato da forme effettive di partecipazione. È da questa prospettiva, che alcune tendenze alla democrazia deliberativa, alcuni esperimenti di innovazioni democratiche e persino alcuni risultati dell'e-government e dell'e-democracy non dovrebbero essere considerati prodotti di politicizzazione ma piuttosto strumenti per depoliticizzare i processi decisionali (Urbinati, 2014). Le possibili connessioni fra i processi di depoliticizzazione, l'emersione di alcuni populismi e i diversi esiti della ri-politicizzazione sono illustrate dalla figura 4.

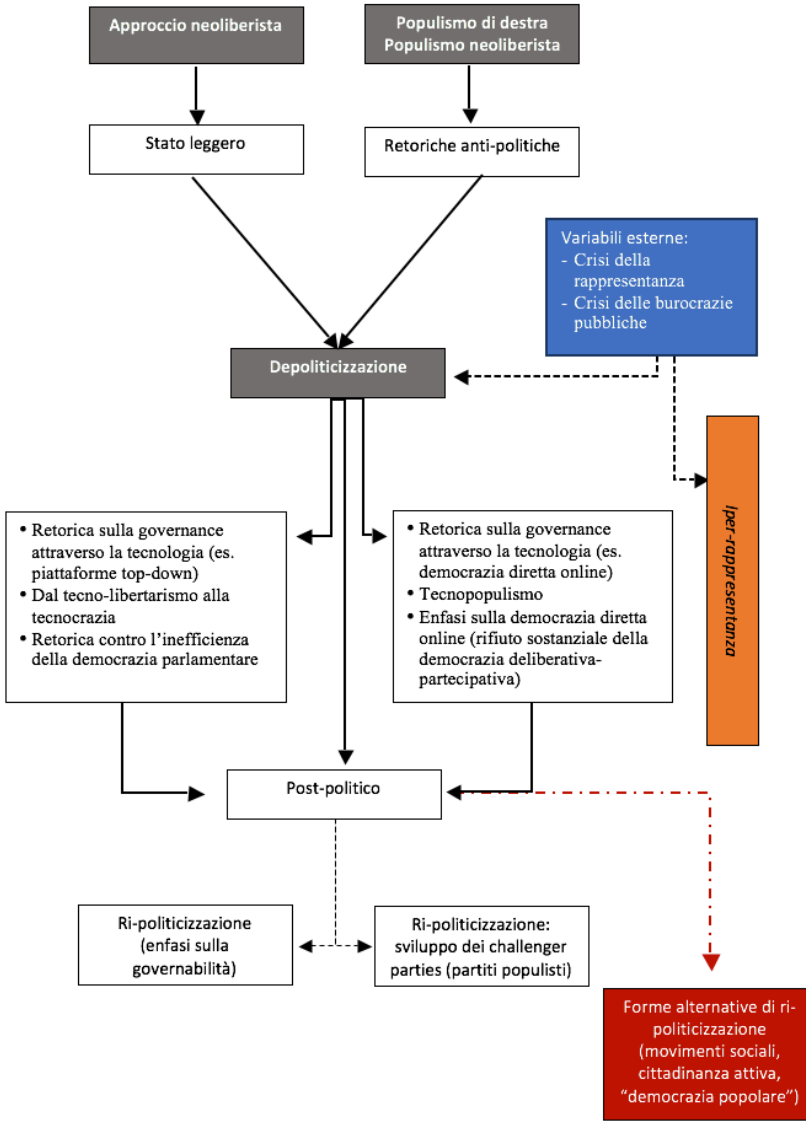


Fig. 4 Depoliticizzazione, populismi e ri-politicizzazione. Fonte: rielaborazione da De Blasio & Sorice (2018); Sorice (2018)

La figura mette in evidenza le connessioni fra le retoriche antipolitiche (tipiche di alcuni populismi di destra) e la narrazione iperliberista sullo stato leggero; le stesse retoriche sulle relazioni fra

governance e tecnologia evidenziano punti di contatto. L'esito post-politico di tali retoriche è alla base dei processi di ri-politicizzazione: da una parte l'enfasi sulla governabilità (che ha spesso coinvolto anche i partiti della tradizione socialdemocratica), dall'altra lo sviluppo del populismo di governo, non a caso accompagnato da un frequente ricorso discorsivo ai temi dell'efficienza e della governabilità (contro il "caos" generato dalle politiche inclusive o dalle tasse, per esempio). Esiste, tuttavia, anche un esito alternativo della ri-politicizzazione: è quello che si realizza attraverso l'emersione dei movimenti sociali, la presenza delle esperienze di cittadinanza attiva nonché attraverso le pratiche di democrazia popolare (Baiocchi & Ganuza, 2018). In questo quadro si collocano anche le esperienze di aggregazioni politiche "di sinistra", sia quelle che si definiscono alternative alla tradizione socialdemocratica sia quelle che si pongono come elementi di trasformazione e innovazione del campo socialista.

5. Fra Democrazia Digitale e Partito Piattaforma

Molto spesso le tecnologie digitali e, in particolare, le loro applicazioni al governo elettronico sono risultate funzionali all'approccio New Public Management (De Blasio & Sorice, 2016a), attivando una trasformazione ideologica del "pubblico" (percepito come vecchio) nell'idea "efficientista" dello "stato-azienda" (Crouch, 2011; Sorice, 2014). A questo livello, allora, l'*e-government* diventa uno strumento di legittimazione dell'idea di "stato leggero", così vicina alle ipotesi economiche più marcatamente *neo-liberal.* Le tecnologie, in altri termini, diventano strumenti per l'incremento dell'efficienza dello Stato: in questo processo di trasformazione discorsiva, l'enfasi sul "governo elettronico" ha messo in ombra l'*e-democracy*, spesso persino concettualmente sovrapposta (sbagliando) all'*e-government*. Anche l'informazione dei governi – un'informazione talvolta propagandistica – è stato posto sull'incremento della partecipazione dei cittadini, resa possibile proprio dai nuovi strumenti di governo elettronico. Gli stessi

strumenti che, al di là delle buone intenzioni, hanno rappresentato strumenti di legittimazione del processo di depoliticizzazione che ha accompagnato l'ascesa del neoliberismo, favorendo di fatto l'idea che la partecipazione online ai processi di governance potesse alleviare il senso di impotenza dei cittadini espropriati della possibilità di "contare" nelle scelte strategiche (quelle di "government"). In molti casi, l'enfasi dei governi – talvolta anche di quelli a guida socialdemocratica – sulle potenzialità del governo online (molto spesso, nei fatti, derubricato a semplice "governance" online) ha rappresentato una vera e propria retorica "innovazionista" o "nuovista" o ancora "tecno-ottimista", che ha finito per anestetizzare le potenzialità dell'*e-democracy*[3]. Da una parte, i partiti tecnopopulisti hanno declinato la loro idea di partecipazione digitale attraverso l'esercizio della democrazia diretta online, sfuggendo di fatto le logiche della democrazia deliberativa e partecipativa; dall'altra parte, governi e partiti "non-populisti" hanno ridotto il ruolo delle piattaforme di partecipazione democratica alla sola funzione consultiva o di trasparenza. Sono molti anche i partiti – di diverso orientamento e non necessariamente ispirati a "stili populisti" – che adottano piattaforme di partecipazione democratica: significativamente, però, la ricchezza delle possibilità di deliberazione online resta confinata a poche eccezioni.

La tesi per cui Internet avrebbe portato alla nascita di rivendicazioni e allo sviluppo di movimenti politici dalla struttura orizzontale non leaderistica non trova in realtà conferme empiriche ma è stata anzi contraddetta da numerose ricerche. In maniera un po' frettolosa si è ritenuto che l'attivismo digitale fosse l'aspetto caratterizzante dei nuovi movimenti politici, considerati come esito necessitato dei media digitali; in realtà, molti studi hanno dimostrato che i movimenti con una forte presenza on line hanno una almeno altrettanto forte presenza sul territorio (Kreiss, 2012; della Porta & Rucht, 2013). Un altro luogo comune riguarda l'idea che i movimenti sarebbero sempre orizzontali, senza una struttura gerarchica e senza un leader, in virtù del fatto che

[3] In questo scenario si sono peraltro sviluppate le nuove tendenze di quel fenomeno che è stato definito *tecnopopulismo* (Deseriis, 2017; Bickerton & Accetti, 2017; De Blasio & Sorice 2018).

avrebbero mutuato dalla struttura della rete non solo le dinamiche di trasmissione dei messaggi ma anche le modalità di adozione delle decisioni. In realtà nello studio già citato di Donatella della Porta e Dieter Rucht (2013), vengono individuate forme diversificate di potere e di conflitto anche nei movimenti per la giustizia globale, mentre Paolo Gerbaudo (2012) aveva parlato di una "coreografia dell'assemblea" in cui la dimensione collettiva della protesta viene organizzata e messa in scena da una élite di attivisti. Questi elementi di cornice sono utili per comprendere lo scenario in cui nascono e si sviluppano sia le forme di partecipazione online "dal basso" sia i cosiddetti partiti-piattaforma.

Gli studi sui partiti-piattaforma costituiscono l'esito di una lunga riflessione sulla trasformazione dei partiti. Dalle classificazioni di Duverger (1954) a quelle di Kircheimer (1966) fino al fondamentale lavoro di Stein Rokkan (1970) per giungere infine allo studio dei processi di cartellizzazione (Katz & Mair, 1995), si sono susseguite diverse analisi sulla forma organizzativa dei cosiddetti corpi intermedi. Lo sviluppo di partiti personali, presidenzializzati, liquidi-presidenzializzati (Prospero, 2012) e finanche *franchise-party* (Bardi, Bartolini & Trechsel, 2014) hanno segnato gli ultimi decenni, contraddistinti dalla crisi di legittimità dei partiti tradizionali. La retorica della partecipazione ha peraltro accompagnato l'emersione di nuove forme organizzative della politica, sebbene essa si riduca a una generica "apertura alla società" e rifiuti programmaticamente un'organizzazione interna basata su logiche di tipo deliberativo e partecipativo[4].

Molto spesso si è pensato – in maniera un po' ingenua – che per favorire la partecipazione e aumentare la democrazia interna di un partito bastasse allargare il *selectorate* del partito stesso. Il *selectorate* è l'insieme dei soggetti che possono scegliere un candidato (come nel caso delle primarie) o eleggerlo (nel caso di

[4] In questo quadro anche il ricorso alle elezioni primarie (sul territorio oppure online poco importa) risponde a una retorica della partecipazione ma spesso finisce con l'essere solo uno strumento di legittimazione dell'élite di partito. Non stupisce, in questo quadro, l'accentuazione del rifiuto o della sfiducia verso la politica e, segnatamente, verso i partiti da parte dei cittadini.

una procedura elettorale). Il *selectorate* va da un massimo (quando si sovrappone totalmente all'elettorato) a un minimo (quando riguarda solo un'oligarchia di potere o, addirittura, il solo leader). Il *selectorate* di primarie "aperte" è teoricamente l'intero elettorato (la pratica è molto diversa per una serie di ragioni); quello che decide i candidati in un sistema elettorale con liste bloccate e senza preferenze è invece costituito da una piccola élite o dal solo leader di partito. In realtà non basta allargare il *selectorate*, come appare evidente dalla crisi di credibilità (e talvolta persino di legittimità) che ha investito i partiti tradizionali – e spesso proprio quelli con più radicate tradizioni popolari – nelle democrazie rappresentative occidentali nell'ultimo ventennio.

Una delle risposte al deficit di rappresentanza – e al correlato rifiuto della partecipazione attraverso l'esclusiva delega elettorale – è venuta negli ultimi anni dall'adozione delle tecnologie della comunicazione, in particolare quelle connesse a Internet e, più in generale, alle opportunità offerte dallo sviluppo delle piattaforme di partecipazione democratica (De Blasio, 2018a). Si è così sviluppata una nuova forma-partito, che è stata appunto definita *partito piattaforma.* Questo tipo di partito trova nella rete e nelle piattaforme di partecipazione nuove modalità organizzative. I partiti piattaforma nascono "all'interno di logiche partecipative; tuttavia, in molti casi essi si rivelano come esiti dei fenomeni di iper-rappresentanza. In questo caso, il leader (rappresentante supremo di *tutto il popolo*) crea una connessione simbolica con il *super-popolo* (Gerbaudo, 2018), quello rappresentato dai soggetti attivi nelle piattaforme digitali di partecipazione". La partecipazione evocata in questo tipo di partito è di tipo individualistico; l'enfasi sulla democrazia diretta, peraltro, spesso delegittima qualsiasi forma di democrazia partecipativa. Ci sono ovviamente molti tipi di partito piattaforma e risentono delle peculiarità nazionali e dei sistemi elettorali. Essi tuttavia costituiscono una risposta al crescente bisogno popolare di

partecipazione, sebbene in forme intermittenti e con un impegno di tipo personale e quotidiano (Ceccarini & Diamanti, 2018). In sostanza, il partito piattaforma usa la tecnologia come modalità organizzativa e come architettura strutturale; al tempo stesso, usa le piattaforme digitali di partecipazione come strumenti di mobilitazione, come spazi per il *policy making* (la presentazione e discussione di proposte) e come luoghi di *decision making* (il voto sulle proposte e le decisioni programmatiche). In alcuni casi, il partito piattaforma può assumere anche una struttura di tipo stratarchico. La figura 5 evidenzia le principali caratteristiche del partito di integrazione di massa e del partito piattaforma: come si nota, alla concezione collettiva della partecipazione presente (almeno come "narrazione") nel partito di massa si sostituisce una concezione individualistica, in cui l'esperienza personale, la dimensione del quotidiano e l'intermittenza dell'azione politica costituiscono gli elementi dirimenti.

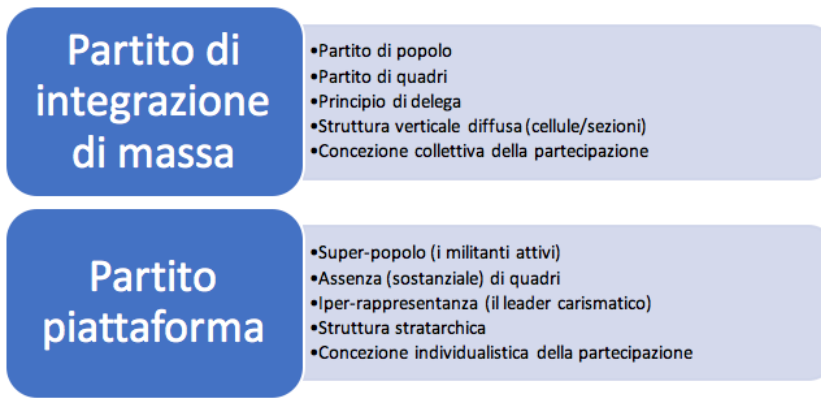


Fig. 5 Caratteristiche principali del partito di integrazione di massa e del partito piattaforma.

Il partito piattaforma può porsi come esito dei processi di depoliticizzazione, soprattutto quando esso costituisce l'esito dell'iper-rappresentanza (figura 6).



Fig. 6 Relazioni fra depoliticizzazione, iper-rappresentanza e partito-piattaforma

Al tempo stesso, però, esso può rappresentare un tentativo di risposta al deficit di rappresentanza e costituire uno strumento di allargamento dell'inclusione.

6. I Nuovi Strumenti della Partecipazione Democratica: un'Opportunità per i Partiti di Ispirazione Socialista

La crisi di legittimità della sinistra – e segnatamente dei partiti di ispirazione socialista, laburista e/o socialdemocratica – deriva da molti fattori, non ultima l'acquiescenza ai dettami economici del neoliberismo, con la progressiva marginalizzazione dalle proprie agende di temi come la giustizia sociale, l'eguaglianza, la democratizzazione della società (spesso cannibalizzate in senso esclusivo, sovranista e non-egualitario dai partiti xenofobi e populisti). Non possiamo, in questa sede, analizzare la complessa questione della frattura della *connessione sentimentale* (Gramsci, Quaderno XVIII, ora in Gramsci, 1971: 135-136) fra partiti di tradizione socialista e ceti popolari. Possiamo però segnalare come i nuovi strumenti della partecipazione democratica rappresentino una grande opportunità di apertura verso la società e di sviluppo di dinamiche di *inclusiveness.* Non si tratta, ovviamente, di adottare necessariamente la struttura del partito-piattaforma; semmai,

invece, sarebbe utile fondere la dimensione della rete (come strumento) con una presenza territoriale capace di ripartire dalle esigenze della società. Uno degli elementi che non sempre i partiti di sinistra hanno compreso è che non esiste una contraddizione fra le pratiche della democrazia digitale e i processi di partecipazione nelle realtà territoriali. Le piattaforme di partecipazione (come "Loomio" per esempio) possono essere usate accanto ad "app" per la mobilitazione (come "Appgree", sempre a titolo d'esempio) capaci di facilitare il coinvolgimento delle cittadine e dei cittadini; un maggiore coinvolgimento territoriale può a sua volta determinare la crescita di soggetti attivi online e offline, creando un circuito virtuoso di partecipazione magari intermittente ma non occasionale. In questa prospettiva, le piattaforme digitali possono offrire strumenti di mobilitazione, possono porsi come spazi di facilitazione del *policy making* e, infine, possono favorire l'adozione di meccanismi di *decision making* più democratici. Mobilitazione, formazione condivisa di politiche pubbliche e decisioni assunte con metodo democratico costituiscono elementi caratterizzanti e peculiari della tradizione socialista; le tecnologie digitali possono costituire straordinari strumenti di radicamento e diffusione di valori. Di contro, è necessario collocare tecnologie e architetture comunicative all'interno di regole condivise di trasparenza e di democraticità nell'accesso, anche per evitare la deriva dei partiti-piattaforma che predicano la democrazia diretta online per cancellare la democrazia partecipativa e lo sviluppo di una reale democrazia egualitaria. In altre parole, è necessario ricordare che le tecnologie non sono neutre e il loro uso – in un senso o nell'altro – è un atto politico. Adottare tali tecnologie nella logica della deliberazione online, per esempio, e non in quella aggregativa della democrazia diretta online (Mosca, 2018), significherebbe, peraltro, ridare parola ai soggetti senza parola e spesso senza rappresentanza.

Esistono diverse esperienze interessanti che vanno oltre la contrapposizione fra gli esausti partiti di integrazione di massa e i partiti-piattaforma, adottando invece una logica organizzativa capace di usare le piattaforme tecnologiche per incrementare la qualità della

partecipazione e il numero di soggetti coinvolti e, al tempo stesso, per favorire la mobilitazione territoriale. L'esperienza di *Podemos* in Spagna è nota e costituisce sicuramente un importante caso di studio, in particolare per l'ampiezza e la significatività nell'uso "deliberativo" della piattaforma *Particìpa* (che a settembre 2018 ha oltre mezzo milione di partecipanti attivi). Esistono, però altre esperienze significative. I *Democratic Socialists of America* (DSA) costituiscono un caso straordinario di coinvolgimento dei giovani: i *Community Chapters* rappresentano, da questo punto di vista, un esempio di integrazione fra adozione delle tecnologie e presenza capillare e reticolare sul territorio; gli elementi più importante sono rappresentati proprio dall'orizzontalità della relazione e dall'adozione di una prospettiva di *collaborative networking*. Si tratta, in sostanza, di una forma di "partecipazione diffusa", capace di superare il paradosso delle tradizionali forme di *engagement* di cui abbiamo parlato in precedenza.

Nella stessa prospettiva di innovazione si muove l'esperienza di *Momentum,* l'organizzazione nata nel 2015 (principalmente da giovani ma non solo organizzazione giovanile) per supportare il *Labour Party* nel Regno Unito e il suo leader, Jeremy Corbyn. *Momentum* – oltre quarantamila iscritti alla fine dell'estate 2018 – descrive se stessa come un'organizzazione "dal basso", frutto delle attività politiche sul territorio: "*The real story of Momentum is made up of the hundreds of thousands of small actions taken by its grassroots members across the UK*" (https://peoplesmomentum.com/our-history/). Anche in questo caso, abbiamo la compresenza di un'azione sul territorio (per lo più basata su logiche di consultazione e dibattito pubblico nel quadro della democrazia partecipativa[5]) e l'adozione di tecnologie digitali per la partecipazione democratica (come nel caso della piattaforma *My.Momentum*: https://my.peoplesmomentum.com/). La piattaforma di partecipazione consente sia la discussione (nella logica della deliberazione online) sia

[5] Inutile ricordare che la democrazia partecipativa e la democrazia deliberativa sono diverse dalla democrazia diretta, sia dal punto di vista del loro background filosofico sia dal punto di vista dei processi di attivazione e decisione (cfr. De Blasio, 2014; Floridia, 2017).

il voto, muovendosi così nei tre percorsi che abbiamo sopra definito: a) mobilitazione, b) policy making; c) decision making. L'attività sul territorio – anche in questo caso organizzata per temi e in maniera reticolare – si fonda essenzialmente (anche se non esclusivamente) sui *Consultation Events***,** assemblee territoriali tematiche basate sul confronto aperto e inquadrabili sostanzialmente nelle dinamiche della democrazia deliberativa-partecipativa (della Porta, 2013; Sorice, 2014; De Blasio & Sorice, 2016b). Le esperienze citate sono solo alcune fra le molte; altre sono limitate ad ambiti locali ma non per questo meno politicamente rilevanti. Tuttavia, tutte le esperienze che riguardano o coinvolgono partiti e movimenti della tradizione socialista o delle nuove esperienze della "sinistra antagonista" appaiono ricche di potenzialità e capaci, soprattutto, di favorire la partecipazione popolare e finanche di riconquistare un ruolo alla rappresentanza, sebbene qui declinata in maniera diversa dal passato (dalla rappresentanza di massa a quella intermittente e reticolare delle democrazie post-rappresentative). Queste esperienze mostrano che i partiti della tradizione socialista e laburista possono trovare una strada nuova nell'uso delle tecnologie (che, giova ricordarlo, comunque non sono mai neutre); possono, cioè, uscire dalla difesa di un'organizzazione partitica ormai inadatta a fornire rappresentanza in democrazie in continua trasformazione e, al tempo stesso, possono evitare di accettare supinamente il modello del "partito-piattaforma", o almeno quelle declinazioni del modello che sono più marcatamente espressione e risultante dell'incontro di spinte tecno-libertarie e approcci neoliberisti.

La tradizione dei partiti socialisti e laburisti non ha nulla da temere dalle tecnologie che, al contrario, possono costituire formidabili alleati nella battaglia per la giustizia sociale, la solidarietà e l'eguaglianza. Purché, ovviamente, non si abbia per esse un'adesione fideistica. Non esiste la democrazia della rete; esiste la democrazia che può costituire l'architettura della rete e delle società complesse, ed esistono tendenze autoritarie che possono facilmente usare la rete e permeare la società. I partiti, i movimenti, le associazioni della tradizione socialista e laburista

devono, invece, guardarsi dalle tendenze alla depoliticizzazione e dai fenomeni di ri-politicizzazione nell'alveo della retorica della "governabilità" o dei nuovi sovranismi (spesso, peraltro, senza sovranità democratica); devono, cioè, evitare la trappola neoliberista che è riuscita a rendere egemonico il proprio pensiero, determinando il successo della retorica sullo "stato leggero", dell'efficienza a discapito della qualità della democrazia, della commercializzazione della cittadinanza. È necessario, cioè, che la sinistra nel suo complesso – nelle sue molte articolazioni – riscopra la centralità di un progetto di futuro per i molti, non per i pochi. La sfida, nella società digitale, è adottare linguaggi nuovi, trasformare l'architettura stessa dei partiti adottando prospettive ibride (magari prendendo esempio dai movimenti sociali e dal loro modo di usare le tecnologie) e, infine, provare a ri-politicizzare la società. Per questo compito, le tecnologie digitali e le piattaforme di partecipazione possono giocare un ruolo importantissimo a patto che non si dimentichi che la differenza la fanno le donne e gli uomini capaci di pensare un futuro migliore.

IV.
Tendencias, Retos y Controversias en la Acción Política Digital

José Manuel Sánchez Duarte

1. Introducción. Crisis y Tecnología

La crisis económica y de la deuda, la erosión de las instituciones tradicionales de gestión política, los casos sistemáticos de corrupción o la respuesta por parte de los gobiernos a muchos de estos problemas con una "serie de medidas de austeridad dramáticas" (Orriols y Cordero, 2016: 5) han reconfigurado el mapa del ejercicio y ejecución del poder en algunos países del sur de Europa (entre ellos en Portugal y España) en los últimos años. En este contexto, y siguiendo con lo indicado Goldberg (2010: 742) citando a Nancy Fracer, la esfera pública se puede criticar desde la categoría de la legitimidad (al no integrar a los grupos de históricamente excluidos de las instituciones de poder) y por la eficacia (debido a la incapacidad de las instituciones para realizar la voluntad del público).

Las formas de participación política convencionales (como el voto) siguen disminuyendo (Della Porta, 2011: 803). En relación a los partidos políticos, y en un número importante de las democracias europeas, se ha experimentado un fuerte descenso de los niveles de afiliación, tanto en números absolutos como en porcentaje del electorado (Van Biezen, Mair & Poguntke, 2012: 30). De igual modo, y centrándonos en el caso Español, la significativa falta de implicación en los partidos políticos (Torcal, Montero & Teorell, 2006, p. 17) se combina con otras formas de participación con mayor implantación entre la ciudadanía. Tomar

parte en ciertas formas de protesta ha aumentado significativamente desde 1980 (Morales, 2005: 70-71). En especial la participación en manifestaciones como forma habitual de expresión política (Jiménez, 2011: 22).

En este contexto, muchas reflexiones se han centrado en la utilidad de la tecnología para volver a recuperar la legitimidad y la eficacia perdida por los actores convencionales o incluso para sostener nuevos como de hacer política. Como indican Sampedro, Sánchez Duarte y Polleti (2013: 107): Las tesis sobre el impacto de la tecnología en los procesos políticos o electorales y, por ende, en la calidad de la democracia puede dividirse en las siguientes fases: (1) revitalización de la cultura política y de los mecanismos convencionales de participación democrática, (2) introducción de nuevos repertorios de acción y participación y (3) degradación del nivel y calidad de participación, así como de la esfera pública resultante.

Este capítulo pretende reflexionar sobre estas cuestiones destacando las tendencias, los retos y las controversias en torno a la acción política digital con el riesgo que implica este trabajo. El estudio de las "nuevas" tecnologías deriva casi siempre más en una perspectiva especulativa y normativa que en una analítica o empírica cayendo en visiones catastrofistas o excesivamente utópicas. Lo "nuevo" no debe borrar la historia y la agencia de activistas y movimientos previos (Flesher Fominaya, 2015: 160). Esta miopía del presente (Melucci, 1994) no sólo se relaciona con el pasado si no con el futuro. Como indican Cristina Flesher Fominaya y Kevin Gillan (2017: 386): "tenemos que ser capaces de resistir la tendencia de ver cada desarrollo tecnológico como radicalmente nuevo ya que esto hace difícil detectar elementos comunes subyacentes en la naturaleza de las comunicaciones, las adopciones tecnológicas, las agencias y el poder".

2. La Red Como Espacio de lo Posible y lo Imposible

Las organizaciones clásicas de militancia política, definidas tradicionalmente entre afiliados a partidos políticos y militantes en movimientos sociales se enfrentan a su adaptación a un ecosistema cambiante en el que las jerarquías se vuelven menos consistentes, la cadena de mando y autoridad se desplaza de forma más rápida y distribuida y la ejecución de las estrategias adquiere autonomía en consonancia con la propia disposición de la red.

Ante cierta ineficacia política y comunicativa, la ciudadanía adquiere mayor relevancia construyendo propuestas y alternativas en las que, mediante la aplicación de tecnología a su alcance, utilizan internet como sede, inciden en cuestiones concretas, proponen reformas o cambios de tipo político (De la Cueva, 2015: 24). La innovación al margen de los actores convencionales (organizaciones empresariales, instituciones públicas, empresas tecnológicas, etc.) y el uso de las tecnologías cívicas (herramientas, plataformas, aplicaciones e infraestructuras digitales impulsadas por organizaciones de la sociedad civil, instituciones y empresas con el objetivo de implicar a la ciudadanía en la toma de decisiones públicas (Sánchez Duarte, Bolaños, Magallón y Anderica, 2015: 200) favorece nuevos modos de participación digital a la vez que plantea nuevos retos para la organizaciones. Instituciones que si bien no se mantienen excluidas del todo de los procesos tienen la tendencia a replicar los modos de hacer habituales frente a la necesidad de protocolos y acciones más flexibles y autónomas.

Desde una visión optimista, las prácticas políticas en la red se ven fortalecidas por el surgimiento de una ciudadanía más autónoma en dos niveles. En términos informativos los sujetos pasivos que consumían la información y propaganda política de manera unilateral pueden diversificar sus fuentes informativas compartiendo perspectivas alternativas, publicando sus opiniones e incluso desafiando discursos oficiales (Loader y Mercea, 2011: 758). El otro nivel implicaría una

mayor autonomía de acción – sin dependencias de nodos organizativos centrales – que se ve representada por un aumento en las posibilidades de dar a conocer puntos de vista alternativos, diseñar estrategias de movilización propias o replicando las de otros colectivos.

Estas propuestas adquieren relevancia en términos de velocidad de la movilización, viralidad, permeabilidad y alcance de los problemas así como por la capacidad de enfocar la atención sobre estas cuestiones en el corto plazo (Bennett & Segerberg, 2011: 773) sin fuertes barreras de acceso y salida para la participación y sin grandes inversiones de tiempo y dinero (Boulianne, 2009: 207). La disminución de las restricciones a la participación puede favorecer la inclusión de colectivos menos implicados o autoexcluidos del debate y la toma de decisiones políticas (Christensen & Bengtsson, 2011: 912). Entre las razones que permiten este nuevo escenario destaca la posibilidad de desarrollar nuevos lenguajes, modos y prácticas discursivas y expresivas (memes, recursos irónicos) mejorar la interconexión – como en el caso de las organizaciones de la sociedad civil – y la conciencia de los grupos e individuos a escala global (Carty, 2002: 144).

Desde una óptica negativa se destaca como el aumento de la autonomía en el consumo informativo y la proliferación de diversas formas opinativas implica una disminución de la calidad de la deliberación, el conocimiento y la participación. Incluso se cuestiona de si el diálogo elaborado en la red tiene influencia en las decisiones políticas (por ejemplo, en forma de votos) (Robertson, Vatrapu & Medina, 2010: 29) o si por el contrario crea un segundo nivel de militancia sin incidencia política, cuya acción se concentra en la opinión y las acciones estéticas o performativas y que reduce significativa el capital social en términos de redes de confianza, reciprocidad y compromiso (Putnam, 1995).

De igual modo, y vinculado con tres de las objeciones expuestas por Yochai Benkler (2015: 276), la sobrecarga informativa puede conllevar a la fragmentación excesiva de los discursos polarizando las comunidades e influyendo en la calidad de la comunidad política. La denominada “objeción de babel” favorecería la proliferación de

ciberguetos, enclaves y comunidades deliberativas muy homogéneas internamente y sin capacidad de establecer diálogos e intercambios con el resto de la red (Sunstein, 2007). Como consecuencia de este escenario, la ciudadanía estaría menos informada, la comunicación política se centraría en exclusiva en los afines (Bennett & Iyengar, 2008: 31) y la beligerancia, los ataques y la acción de los trolls acabarían dictando el status quo del mundo online (Lanier, 2011: 87).

La segunda crítica a los efectos democratizadores de internet resalta la concepción errónea de concebirlo como un espacio descentralizado y distribuido al concentrar pocos sitios la mayor parte de las visitas. Incluso en una red abierta se da un alto grado de concentración de la atención en torno a unos pocos sitios líderes (Benkler, 2015: 277). Así, se puede apreciar un número de participantes activos en el proceso de comunicación aunque dejando poco espacio para un diálogo más social y político (Iosifidis, 2011: 626), situado en los márgenes de lo más visitado y la lógica del "me gusta" y que confina a la oscuridad de la red a muchos de los otros aportes que podrían elaborar una esfera pública plural (Sousa, Pinto & Silva, 2013: 10).

Por último, internet puede socavar la capacidad de los medios de comunicación tradicionales para presionar y fiscalizar la labor de los gobernantes (Benkler, 2015: 277). Como indica Paolo Mancini (2012: 56) pese a que el escrutinio público está más difuminado también puede ser menos eficaz. La multiplicidad de voces puede restar coherencia a los mensajes y eliminar la continuidad de las estrategias requeridas para producir un cambio político (Tilly & Wood, 2009) e influir y controlar la agenda política.

Estas tendencias condicionan la creación de una estrategia política digital con el objetivo de potenciar las virtudes y contrarrestar las deficiencias de las actividades políticas e identificar rasgos de la participación política en red. El diseño de esta estrategia recorrería dos planos, uno centrado en la organización (interna y externa) tanto de partidos políticos como de organizaciones de la sociedad civil. El otro plano se vincularía con la acción – no tanto en términos de planificación

y estructuración de actividades – como por su capacidad de configurar las condiciones estructurales para aumentar su eficacia. Como indica Sidney Tarrow citando a Mario Diani, "el principal reto de cualquier movimiento es crear modelos organizativos suficientemente fuertes como para llegar hasta las redes y comunidades de protesta informales que unen a unas personas con otras" (Tarrow, 2012: 232).

3. Autonomía Informativa, Participación Personalizada e Intermitente

La relación entre el entorno red y las instituciones de participación política está condicionada por la ampliación y el desarrollo de la autonomía como eje de la propuesta organizativa. Una mayor soberanía de los sujetos implicados en estas instituciones se desarrolla en tres niveles distintos pero complementarios entre sí. En el primero, la organización asume la función de proveedora constante de información con el objetivo de mantener una estructura de simpatizantes proclive de ser activada. Esta activación contempla el nuevo carácter intermitente y flexible de la militancia en red (segundo nivel) que establece una agenda personal en base a temas y proyectos específicos más que a grandes bloques ideológicos y partidarios (tercer nivel).

3.1. *Continuidad y Vinculación Informativa*

Los partidos políticos y los movimientos sociales han enmarcado la comunicación política en un contexto de "campaña permanente". La lógica de la campaña se extiende más allá de los días previos a unas elecciones manteniendo los modos y las prácticas de campaña a lo largo de la legislatura. Así, las organizaciones políticas, y más en el ámbito digital, tienen la obligación de proveer de información constante y actualizada a sus simpatizantes manteniendo un contacto directo y frecuente, informándoles de manera personal, agradeciendo su dedicación y apelando a la participación en cualquier evento o acto.

Una constante que se activa con las encuestas digitales en medios de comunicación, los procesos deliberativos que se escenifican fuera de los parlamentos y como mecanismo de respuesta ante "ataques" coordinados política y mediáticamente.

Como indica Bruce Bimber (2010: 331), una buena parte de lo que importa en la participación cívica no es la tecnología de la información en sí misma, sino más bien la información transmitida por ella. En términos estratégicos dotar de información permanente a los simpatizantes puede tener tres utilidades organizativas que traduzcan la información en participación:

Genera vinculación creando potenciales agentes electorales. Una de las demandas habituales de los cibermilitantes de los partidos políticos era la desatención y la falta de contacto con la organización más allá de los periodos electorales (Sánchez Duarte, 2015). Establecer un canal constante y oficializar vías permanentes de información puede contribuir a la creación de "estructuras de reserva", grupos potenciales en activo que pueden reincorporarse a una reivindicación cuando surgen nuevas crisis y oportunidades (Tarrow, 2012: 245).

Evita las exclusiones de los grandes medios de comunicación. La creación de un discurso alternativo a enfoques hegemónicos se hace más factible con la universalización de internet. Como contrapartida a la sobreabundancia y la "objeción de babel", la red permite cuestionar los criterios sobre la producción de medios incluida la veracidad, exactitud, exhaustividad, el pluralismo de opiniones, establecimiento de la agenda, las tendencias ideológicas o los modos de dirección (Dahlgren, 2005: 151) Las organizaciones pueden neutralizar, fortalecer o rectificar los discursos de los medios estableciendo una comunicación constante y regular con sus simpatizantes.

Contribuye a fortalecer una "espiral de la atención selectiva" afín. El consumo de información política se hace por selección, con una fuerte tendencia a consumir aquellas informaciones más afines y a obviar las diferentes (Bennett & Iyengar, 2008: 31). La exposición selectiva refuerza la búsqueda activa de información que apoya las propias creencias y evita

las fuentes de evitar que las desafían (disonancia cognitiva) (Johnson, Bichard & Zhang, 2009: 74). En el caso de la red, y como se expuso antes, la fragmentación y polarización de las comunidades políticas favorece a la creación de una "espiral de la atención selectiva" (Neuman, Bimber & Hindman, 2010: 24) que refuerza las ideas preconcebidas y que puede ser aprovechado por las organizaciones para fijar discursos.

3.2. *Pertenencia Intermitente y Militancias Digitales Flexibles*

En paralelo a la erosión de lealtades partidistas y afiliaciones uniformes, la red presenta un modelo de participación que se vincula con la organizaciones formales de gestión política pero que incluye modos distintos de implicación. La membresía tradicional reducida en muchas ocasiones al pago de una cuota o a la participación en una asamblea se amplía gracias a la red. La auto-organización y coordinación de protestas y acciones políticas en ausencia de un grupo de interés y sin coordinadores centrales (Flanagin, Stohl & Bimber, 2006: 30) resultan más factibles y realizables.

Por ello, las formas de militancia que emplean la red como base y soporte de sus acciones (Van Laer & Van Aelst, 2010) exigen diferentes modos de participar menos exclusivos, más flexibles y con varias vías y niveles de implicación. La clave de la participación política en red reside en cuestionar el sentido de la propia militancia. Frente a la heroicidad del afiliado tradicional las militancias actuales tienden a escapar de los excesos de un compromiso invariable y muchas veces acrítico. Así definirían una hoja de ruta personalizada, con intervenciones intermitentes, alejadas de bloques monolíticos: pueden elegir cuándo y cómo contribuir a las organizaciones ganando en independencia y autonomía.

Plantear este debate como un enfrentamiento entre lo viejo y lo nuevo o entre una participación on-line y off-line no resulta lo adecuado. Si bien se ha producido cierta inclusión mínima en las campañas de personas al margen de la política, la colaboración en las organizaciones

se debe más a la activación de una militancia en "standby" en referencia a una ciudadanía interesada e informada en la política que se mantiene sin participar pero en un estado de latencia factible de ser activada (Amnå & Ekman, 2014). Ante una oportunidad política y ciertas motivaciones (fuertes liderazgos apartidistas, agravios de otros candidatos) deciden implicarse y actuar.

La acción política en la red favorece la inclusión de estos "militante distanciados" que sustituyen el compromiso total por formas de participar intermitentes (Pudal, 2001: 29) y que combinan sin problemas la participación en partidos políticos convencionales, movimientos sociales y proyectos de innovación ciudadana. Una "promiscuidad política" (Subirats, 2015: 128) que favorece el surgimiento de modos de compromiso e interacción híbridos que contemplan un modelo emprendedor de participación con mayor grado de autonomía, sin la sanción de las autoridades centrales (Flanagin, Stohl & Bimber, 2006: 34) y con sus propias herramientas, plataformas y dispositivos para el diseño de estrategias y actividades.

3.3. *Hoja de Ruta de Participación Personalizada*

El tercer nivel de autonomía en el marco de la acción política digital complementa los dos niveles anteriores y, en parte, se deriva de ellos. La pertenencia intermitente descrita antes también revela una hoja de ruta propia de organización. Así, las organizaciones deberían enmarcar los problemas no tanto en enfoques macro e inamovibles sino en marcos flexibles, factibles de ser modelados, ampliados y modificados por sus militantes. El marco de desarrollo de esta planificación política flexible se relaciona con la modificación de las normas, los protocolos y los márgenes de lo político, de forma que se hace más abierta y susceptible de nuevos vínculos, al ser capaz negociarse y reconfigurarse (Beck, 2001, p. 61-62) al asumir la lógica remix de la red.

La posibilidad de realizar una planificación personalizada de la participación va en paralelo al desarrollo de un tipo de política de defensa,

causas o centrada en problemas específicos. Campañas promovidas por movimientos sociales, partidos políticos y grupos de interés (Dahlgren, 2005: 155) no sólo empresariales sino también configurados como lobbys sociales desde la ciudadanía (Anderica, 2014) que se reinterpretan, con mayor amplitud, rapidez y profundidad, en el entorno digital. Los estilos de vida personales acaban configurando la agenda de preocupaciones de una manera más individual. Como apuntan Lance Bennett y Alexandra Segerberg (2011: 773): "la comunicación personalizada, en el contexto digital, consiste en proporcionar mayores oportunidades a las personas para definir los temas en sus propios términos y en red con otros y a través de los medios de comunicación social".

La planificación propia de la militancia -a través o empleando la red como soporte- se interpreta a veces como desapego, desafección política y pérdida de eficacia e incidencia. Sin embargo, la autonomía de información, militancia y organización propia podría ser interpretada como un comportamiento puramente racional en el que la acción se activa en el momento que se necesita (Amnå & Ekman, 2014: 5) y siempre que se dan las bases y el contexto para su materialización de manera efectiva.

4. Acción Para Conectar: Identidades Híbridas, Espacios de Encuentro y Lenguajes en Apertura

Cualquier organización política debe configurar una serie de herramientas con las que materializar la estrategia planificada y desarrollar su ideario. Estos "repertorios de acción colectiva" conforman un "conjunto de medios disponibles para un grupo de personas que los utilizan para actuar de manera colectiva con el fin de obtener objetivos individuales o colectivos" (Tilly & Wood, 2009). Con el entorno digital, los repertorios han desarrollado una "acción conectiva" que permite a los ciudadanos activos compartir, fusionar, reproducir y tolerar diferentes identidades políticas mientras el contenido viaja a un ritmo más rápido

(Bennett & Segerberg, 2011). Este tipo de acciones complementarias a los repertorios clásicos requieren unas condiciones favorables para su implantación que van desde la construcción de un entorno identitario a partir de un relato común, la existencia de espacios de encuentro (formales e informales) y el desarrollo de lenguajes y narrativas alejadas de las prescripciones clásicas de la política.

4.1. *Identidades Digitales (Híbridas)*

La participación a través de una acción concreta, la elaboración de un discurso político, implica constituir una identidad colectiva. La creación de un "nosotros" tiene como utilidad identificar y visualizar a un colectivo y a sus acciones (Passerin, 2012: 203). Las identidades reivindicadas son a menudo la indumentaria externa utilizada por las organizaciones para distinguir a sus miembros de los demás (Tarrow, 2014: 266). También para crear un "afuera constitutivo" en el que el "nosotros" se distingue del "ellos" estableciendo una frontera y dando sentido, por tanto, a la existencia de la propia comunidad (Mouffe, 2014: 295). Las identidades politizadas están así en un continua negociación con el interior y el exterior de sus comunidades y con la necesidad constante de ser reforzada, especialmente tras el pico de una movilización (Tarrow, 2012: 267-268) o acción específica.

En la red, la identidad digital puede definirse como un lazo tecnológico entre una entidad real (persona, organismo o empresa) y una entidad virtual (su representación o representaciones digitales) (López, 2015, p. 482). En el terreno de la acción política dicha identidad puede configurarse y fortalecerse desde ámbitos tanto internos como externos. La elaboración de protocolos de información interna (listas de correos) (Sommerfeldt, 2010: 87) o el empleo de canales de micromensajería instantánea como Telegram o Whatsapp resultan relevantes para mantener una identificación clara y permanente con la organización. En el plano exterior, el uso de plataformas de deliberación y discusión, más allás de las redes sociales, favoreciendo la acción

expresiva y convirtiéndose en un modo de afirmar, dentro de la esfera pública, los valores del grupo y sus ideales (Dalhgren, 2005: 155).

En el proceso de configuración de las identidades en la red resulta preciso destacar como, frente a enfoques y prácticas políticas convencionales, la lógica digital permite el desarrollo de identidades híbridas. La militancia intermitente y la posibilidad de configurar una hoja de ruta propia de participación, como marco de desarrollo, favorecen la adopción de identidades múltiples y la flexibilidad estratégica (Heaney & Rojas, 2014: 1051) representando una manera de adaptación eficaz a la incertidumbre ambiental (Minkoff, 2002: 382). Las organizaciones deben valorar esas masas híbridas politizadas (con identidades políticas híbridas) (Lasén & Albéniz, 2008: 262) por su potencialidad al valorar la política no como un resultado sino como un proceso alterable, movible, replicable y en una continua remezcla.

4.2. *Redes Sociales y Otros Espacios de Encuentro*

En participación política digital las redes sociales ocupan un poder hegemónico. Plataformas destinadas a otras actividades varían su finalidad con el uso que la ciudadanía hace de ellas convirtiéndose en la arena y ámbito central de la ciberpolítica (Sánchez Duarte & Fernández Romero, 2017). En la actualidad estas redes se configuran como entornos socio-técnicos que permiten el discurso en la esfera pública (Robertson, Vatrapu & Medina, 2010: 29). De igual modo, refuerzan la idea de autonomía descrita antes potenciando prácticas y acciones personales de los militantes al margen de las organizaciones.

Sin embargo, existe la necesidad de combinar estos espacios con otro tipo de plataformas y recursos digitales al requerir ciertos grupos de espacios separados donde se puedan resolver problemas internos o cultivar una identidad colectiva (Dalhgren, 2005: 153). Este tipo de herramientas podrían destinarse a la creación colectiva de los programas electorales, la discusión de debates sobre actividades y líneas ideológicas del partido, la comunicación estratégica o incluso la

formación política de la militancia. En definitiva ir más allá de la mera información y exposición de las redes a la creación de espacios de organización y colaboración. El desarrollo de este tipo de herramientas implicaría tres posibles beneficios:

Generación de compromiso. Una de las críticas más repetidas a la relación entre internet y las comunidades políticas y sociales es la degradación del capital social. Sin embargo, la creación de espacios propios de pertenencia con pocas barreras de acceso y salida, y no sólo desde las organizaciones sino también desde los afiliados y simpatizantes, podría regenerar y fortalecer dicho capital.

Fortalecimiento de extensiones virtuales y complementarias: Una de las estrategias de la campaña digital de Barack Obama consistió en la creación de la red social MyBO como espacio para generar rituales compartidos, favorecer intercambios cooperativos e generar identidades colectivas. El objetivo de estos espacios residiría en renunciar a ser mayoritarios para centrarse en redes ya movilizadas, "redes comunitarias" o "extensiones virtuales" (Diani, 2000: 396) que precisan combinar estos espacios con encuentros fuera de la red.

Creación y desarrollo de "redes sedimentarias". La lógica digital implica pensar en acciones políticas fragmentadas y con altos grados de autonomía. Crear espacios propios muy conectados entre sí pero con una ausencia de control centralizado posibilita revivir organizaciones mayores o existentes, diseñando sobre la marcha nuevas demandas o estrategias de respuesta. Las "redes sedimentarias" formarían subunidades de acción política (Chadwick, 2007, p. 294) contribuyendo al desarrollo de estrategias políticas digitales eficaces.

4.3. *Nuevos Lenguajes y Códigos. Memes e Ironía como Subcódigos Culturales*

En un estudio sobre el perfil de los cibermilitantes en la campaña de las Elecciones Generales de 2008 se identificaba la irrupción de una tendencia de hacer política en la red distanciada de las formas más

tradicionales. Los ciberactivistas lúdicos e irónicos convivían con otros perfiles más clásicos ligados a partidos políticos y movimientos sociales basando sus prácticas en red en la realización o distribución de recursos satíricos o parodias sobre la campaña. Si bien en muchos casos no creaban estos contenidos, sí participaban enviando mensajes divertidos y originales sobre temas y propuestas relacionados, sobre todo, con los candidatos (Sampedro, Sánchez Duarte & Polleti, 2013). Esta tendencia suponía, con ciertos matices, la traslación del infoentretenimiento televisivo a la red. Más en concreto en su fórmula de infosátira, un género surgido en los años 90 y en el que se realizaba un tratamiento paródico y satírico a los asuntos públicos (Valhondo, 2012).

Con el desarrollo tecnológico y la irrupción de las redes sociales como arena predominante del debate político en red, las prácticas lúdicas e irónicas han crecido exponencialmente consolidando nuevos modos de participar y actuar fusionando discursos y políticas subculturales (como los provenientes de la "Cultura Jamming") (Chadwick, 2007: 293). Formas que superan la manera tradicional de concebir la política, asumen planteamientos más performativos y son reivindicadas como actos soberanos de participación (Chouliaraki, 2010). La participación pasa de una formalidad más rígida a integrarse en otro tipo de procesos híbridos donde el ocio y el entretenimiento acaban permeando las prácticas militantes en un marco de acción multitarea en el que se hace política mientras se escucha música, se ven videos en YouTube o se contacta con amigos y conocidos.

Los memes, clips irónicos, formatos visuales, audios o diseños gráficos concretan esta tendencia política ya que:

Se convierten en un producto eficaz, viral y de rápida implantación hasta el punto de dominar la conversación en torno a eventos políticos clásicos como un debate televisivo. Esta característica refuerza su importancia en cualquier estrategia política digital al traspasar fronteras discursivas, institucionales y tecnológicas y crear formas-medios de comunicación híbridas (Baym & Shah, 2011: 1034).

Suponen recursos de auto-expresión para afiliados y militantes a través de la formación de recursos (Loader & Mercea, 2011: 761), no sólo de una manera individual sino también de cooperativo, entre distintos miembros de la organización (Thorson *et al.*, 2013: 424).

En esta línea y como señalan Geoffrey Baym y Chirag Shah (2011: 1025), estos recursos se plantean como de afinidad para ayudar en el desarrollo de la identidad colectiva y, potencialmente, como recursos deliberativos que pueden ampliar el conjunto de argumentos a favor y en contra de una variedad de posiciones.

Al conformar formas de hacer política amplia y menos prescriptiva y emplear códigos y lenguajes más abiertos (como por ejemplo los empleados en las herramientas de mensajería instantánea y en las redes sociales) puede suponer la inclusión de colectivos tradicionalmente excluidos (o autoexcluidos) del debate político.

5. Conclusiones

Los ecosistemas políticos, tanto los que podemos considerar más institucionales como los que contemplan canales más alternativos, precisan complementarse con estrategias digitales que abarquen la organización y la acción. Estas estrategias pasan por mantener un contacto directo con los militantes y simpatizantes de las organizaciones a través de una vinculación informativa permanente en la red e identificando nuevos tipos de membresía y participación más flexibles y personalizados. De igual manera, y en términos de acción en red, deberían asimilar actividades y protocolos con los que integrar las nuevas identidades híbridas digitales que se amplían, fortalecen y modulan en espacios digitales y que emplean lenguajes y subcódigos culturales.

Para ello, tanto partidos políticos como movimientos sociales y organizaciones de la sociedad civil deben ampliar las fronteras de la participación más allá de las nociones prescriptivas y convencionales de implicarse hacia una política de la vida cotidiana (Sánchez Duarte, 2016). De igual modo, debieran asumir que ante escenarios digitales abiertos,

flexibles y colaborativos la autonomía de los militantes y la restricción de barreras de entrada y salida a la colaboración resultan claves para el desarrollo de estrategias de acción eficaces. Y todo ello a pesar del coste que puede suponer que la dirección de las organizaciones y los militantes más implicados pierdan el control de la planificación y los mensajes. Este cambio de objetivos, organizativos y de acción, pueden reportar beneficios en el corto y largo plazo al practicar una escucha activa, conectar con los simpatizantes en ambiente menos restrictivos y, tal vez, aumentar su compromiso con la organización.

En definitiva, las estrategias de organización y acción política en red deben evitar su confinamiento en espacios asumidos como naturales para la práctica política (Facebook, Twitter...) combinando herramientas, modos y prácticas. Como indica Byung-Chul Han (2014, p. 60) en el entorno digital "ni los tweets, ni las informaciones se cuentan para dar lugar a una narración. Tampoco la timeline narra ninguna historia de vida, ninguna biografía. Es aditivo y no narrativo". Las instituciones de gestión política deben establecer un relato digital permitiendo diferentes grados de participación, reconociendo distintos tipos de militancia y posibilitando espacios y protocolos de encuentro.

V.

Il Multipopulismo Italiano

Manuel Anselmi

Non è una forzatura campanilistica indicare il sistema politico italiano come uno dei referenti privilegiati per una riflessione sul populismo contemporaneo nel panorama internazionale. A conferire questo ruolo è primariamente il profondo cambiamento avvenuto tra il 1992 e il 1993 e che ha segnato il passaggio dalla cosiddetta "Prima Repubblica" alla cosiddetta "Seconda Repubblica" (cfr. Grilli di Cortona, 2007)[1]. A più di venti anni da quella fase storica, si può dire che da allora la società e la politica italiane hanno preso una direzione marcatamente populistica, al punto che oggi l'Italia è forse l'unico contesto nel panorama internazionale in cui persistono più forze populistiche in competizione tra di loro e in cui domina una diffusa comunicazione politica caratterizzata da toni e stili populistici (Segatori, 2013).

La fine di un sistema fortemente partitocratico ha comportato infatti una profonda trasformazione delle principali strutture sociopolitiche italiane, nonché della comunicazione e del dibattito pubblici. Come ha sottolineato Roberto Biorcio (2015: 45), ad aprire lo spazio per il populismo è stata la fine di una epoca politica caratterizzata dall'ipermediazione politica di un sistema ideologico di pluralismo limitato, fatto di organizzazioni politiche e sociali molto radicate nel territorio, a cominciare dai sindacati e dai partiti appunto. In un tempo relativamente breve, coincidente con il periodo degli scandali di Tangentopoli, il sistema politico italiano è passato da una condizione

[1] Per una riflessione più critica su questo passaggio storico: Urbinati & Ragazzoni (2016).

caratterizzata dalla cosiddetta "società politica" (Farneti, 1971), dominata dai partiti di massa e dalle loro pratiche di determinazione dell'azione collettiva, a una nuova condizione, contraddistinta dall'antipolitica, dalla sfiducia dei meccanismi di rappresentazione, da una esaltazione della "società civile" e dalla ricerca di una legittimazione diretta dell'azione politica. Marco Tarchi (2015), a proposito, ha sottolineato come per il caso italiano si debba parlare del populismo come una mentalità.

I segnali della crisi dei partiti erano già evidenti dalla fine degli anni settanta, con il progressivo declino delle ideologie novecentesche, la diminuzione della partecipazione militante, la crisi delle istituzioni e la crescente sfiducia nelle classi dirigenti e la crisi economica. Gli scandali per corruzione iniziati nel 1992 hanno in realtà catalizzato un processo di dissoluzione che era in atto da tempo. In questo senso si spiega il fenomeno della Lega Nord, che è stato il primo fenomeno di neopopulismo apparso già nell'ultimo decennio della cosiddetta "Prima Repubblica", sul finire degli anni Ottanta, nell'area della Nord Est dell'Italia, la più avanzata economicamente e industrialmente (Biorcio, 2010). A fronte di una crescente della crisi dei partiti della "Prima Repubblica", in particolar modo della Democrazia Cristiana, del Partito Socialista e del Partito Comunista, caratterizzati da corruzione, diminuzione del consenso e assenza di *responsiveness*, il leader del movimento della Lega Nord Umberto Bossi ha saputo sviluppare un messaggio politico innovativo etno-regionalista, interclassista e post-ideologico. Elaborando anche un originale stile comunicativo popolare e semplice, fortemente caratterizzato da un ricorso al linguaggio informale (Diamanti, 1996), Bossi ha rappresentato il primo caso italiano di neopopulismo, quale reazione al processo di disintermediazione politico ed economico che di lì a poco avrebbe travolto l'intero paese. Nel giro di pochi anni la Lega Nord ha soppiantato i partiti classici nell'area settentrionale del paese, realizzando una forma di movimento-partito del tutto nuova nel panorama italiano, in cui la rappresentanza politica era basata su una identità sociale tipo regionale proposta in opposizione all'intero sistema valoriale statale nazionale.

L'entrata in scena di Silvio Berlusconi nel gennaio del 1994 ha rappresentato il vero inizio della fase neopopulistica italiana. Sul piano dello stile comunicativo, sin dal suo esordio, con un messaggio video trasmesso dai canali televisivi di proprietà dello stesso imprenditore lombardo, Berlusconi ha messo in atto una retorica neopopulistica molto innovativa, che è state riassunta nella formula di *telepopulismo* (Taguieff, 2006). Sul piano della strategia, Berlusconi ha saputo creare una organizzazione partitica agile, di tipo quasi imprenditoriale, fortemente dirigistica, che non aveva precedenti nella storia italiana, fatta perlopiù di politici di professioni, la cui azione, di orientamento liberista, si caratterizzava da una spiccata "immediatezza" (Orsina, 2013). Di fatto, Berlusconi ha realizzato un populismo "dall'alto" (McCarthy, 2016), che in grado di portare avanti le tematiche di antipolitiche e antipartitiche tipiche della Seconda Repubblica, coniugate alla visione personalista e agli interessi imprenditoriali del suo fondatore. Nel lungo arco di tempo che va dal 1994 al 12 Novembre 2011, data che segna la fine dell'ultimo governo Berlusconi e l'inizio del progressivo declino, Forza Italia da movimento si evolve in un partito snello, quasi privo di organizzazione, fortemente dipendente dal leader, ma anche capace di strutturarsi in una partito allargato, quasi coincidente con l'area di centro-destra, e in grado di assimilare il partito Alleanza Nazionale[2].

Dal 2005 per iniziativa del comico Beppe Grillo, prende le mosse un movimento civico, trasversale e caratterizzato da forti elementi di antipolitica, che progressivamente diventerà il terzo polo della politica italiana e la seconda forza per consenso elettorale. Utilizzando dapprincipio il blog del suo leader Beppe Grillo e sviluppando poi un sito internet e una presenza web *ad hoc*, sulla base dell'indirizzo strategico promosso da Gianroberto Casaleggio, esperto di marketing e cofondatore, il M5S rappresenta il primo caso di *webpopulism* in Italia (Lanzone & Woods, 2015) e uno dei pochi su scala mondiale. Ancor più del movimento berlusconiano, il M5S sin dall'inizio ha mostrato una

[2] Per le trasformazioni sociali della destra italiana in correlazione con i neopopulismi cfr: Fella & Ruzza (2009).

strutturazione interclassista e a-ideologica, capace di raccogliere nelle proprie fila tanto simpatizzanti della sinistra radicale quanto simpatizzanti di destra. Il civismo populista di questo movimento, i cui cardini sono la democrazia diretta, la lotta alla corruzione, la lotta contro i partiti, le tematiche ambientaliste, ma soprattutto in un richiamo costante a una espressione diretta della sovranità popolare in chiave *antiestablishment*, può essere fatto rientrare nella tipologia del "populismo democratico" individuata da Canovan (1981: 37-40). Anche nello stile di partecipazione politica promosso il M5S è piuttosto nuovo nel panorama, si tratta di un movimento cittadino, dove gli aderenti e i simpatizzanti sono più simili a degli attivisti che a militanti nel senso classico del termine. L'uso dei *meet up*, come luoghi di discussione, la selezione dei candidati tramite una votazione online, il ricorso costante alla dimensione del web come più autentica rispetto a quella reale, e in contrapposizione al sistema dei media tradizionali, sono tutti elementi che costituiscono la novità di questo *webpopulism*. Tuttavia il M5S non è esente da critiche simile a quelle che venivano rivolte al movimento di Berlusconi. In particolar modo, la gestione iperverticistica del movimento, l'assenza di chiare regole di democrazia interna, così come la promozione di azioni o posizioni spesse volte in contraddizione.

In una valutazione di lungo periodo del contesto politico italiano la comparsa di Matteo Renzi, attuale leader del Partito Democratico, costituisce un ulteriore sviluppo del neopopulismo italiano contemporaneo. L'esordio nazionale è avvenuto nel 2010, quando da sindaco di Firenze, insieme a un gruppo di altri giovani dirigenti del PD promosse una campagna politica per la "rottamazione", ovvero un drastico cambio della vecchia classe dirigente del Partito. Dopo aver partecipato alle Primarie del partito del 2012, vinte da Bersani, riesce ad arrivare primo all'edizione delle Primarie del 2013. Successivamente diventa segretario nazionale del Partito Democratico e il 14 febbraio da parte del Presidente Napolitano gli affida l'incarico di formare il governo. Come hanno sottolineato alcuni esperti, Renzi non può essere considerato un vero e proprio populista tuttavia è possibile

riconoscere nel suo stile politico e comunicativo molti elementi di tipo populistico. La leadership di Renzi nascendo come alternativa tanto al populismo berlusconiano e quanto a quello dei Cinque Stelle, ha saputo mettersi sullo stesso piano di creazione del consenso e soprattutto con mezzi e modi molto simili, utilizzando sapientemente i media e non lasciandosi irretire nello stereotipo né della vecchia politica né della politica dell'*establishment*. Renzi è piuttosto la risposta istituzionale al populismo dilagante.

La frattura avvenuta nei primi anni Novanta con la fine della "Prima Repubblica" e l'avvento di Silvio Berlusconi ha comportato una alterazione sostanziale del sistema politico italiano in chiave populista che ancora oggi continua. La peculiarità italiana è che, a differenza di altri casi, il fenomeno populistico iniziale non resta unico ed isolato, ma dà origine ad altri populismi antagonisti e permea la grammatica politica al punto da condizionare l'intero sistema. Si tratta di una dinamica con molteplici varianti: iniziata in modo limitato e circoscritto con la Lega Nord, estesa a livello nazionale da Berlusconi, interpretata in chiave movimentista e di protesta dal Movimento 5 Stelle e infine reinterpretata in chiave istituzionalista da Renzi. La matrice comune di questi fenomeni neopopulistici italiani è la provenienza dalla società civile. Ognuno infatti rivendica la propria appartenenza alla società civile come elemento positivo da contrapporre alla "società politica".

VI.
Conectividade.
Uma Chave para a Política do Futuro*

João de Almeida Santos

Breve Introdução em Língua Espanhola

Las sociedades actuales han conocido profundas mutaciones en su subsuelo, visibles tanto en el sistema político como en el sistema comunicacional y en sus recíprocas relaciones. El punto de cambio reside en la emergencia de la red en todos los procesos políticos y comunicacionales. Desde entonces la democracia representativa ha venido evolucionando no hacia una democracia directa, potencialmente posible, sino hacia una democracia deliberativa en la que el ciudadano ocupa un lugar muy activo tanto en los procesos de promoción del consenso como en los procesos de decisión, incluida la decisión formal. El factor decisivo en estos procesos ha sido la "lógica de la conectividad" con el reconocimiento de que la innovación social ocurre a través de la acción de la inteligencia grupal. Las actuales herramientas de comunicación y redes permiten la eficacia de esta acción conectiva que se hace posible en un entorno de poder diluido, en una nueva identidad de ciudadanía activa que da al individuo una centralidad nunca antes conocida y al sistema una capacidad deliberativa que responde con

* Este texto reproduz o capítulo do seguinte documento: Santos, João de Almeida (2018), "Conectividade. Uma Chave para a Política do Futuro". In: Valiente, Mercedes; Timoteo Álvarez, Jesús & Fernández, Víctor V. (eds.), *El Juego Real de la Singularidad Humana. Predicción de Comportamientos y Toma de Decisiones en el Cerebro Coral: La Perspectiva de la Neurocomunicación*. Madrid: UCM-Fundación Santander Universidades, pp. 73-88.

eficacia a los principales problemas con los cuales se enfrentan la democracia representativa y la política.

1. Comunicação e Política

A relação entre política e comunicação é antiga. De sempre. Os líderes políticos na Grécia antiga chamavam-se *dêmagôgói* e os oradores *rhêtores*. A filologia dos conceitos é clara e a política era determinada pela situação económica e social dos protagonistas, mas, do ponto de vista funcional, dependia muito dos *dêmagôgói* e dos *rhêtores*, ou seja, da comunicação, que influenciava as decisões na *agorá*, na *ekklêsía* ou na *boulê* (Schiavone, 1997, 19-67). Na Roma antiga, as disputas eleitorais centravam-se na capacidade de convencimento demonstrada pelos candidatos aos cargos políticos. Exemplo disso é o *manual de campanha eleitoral* escrito pelo mais novo irmão de Cícero, Quinto Túlio Cícero (2009), aquando da campanha do mais famoso irmão para o cargo de Cônsul. Quando, na modernidade, o *sistema representativo* começa a afirmar-se surge uma necessidade mais ampla de comunicar, necessidade que cresce à medida que o sufrágio universal se vai impondo e o espectro dos que vão adquirindo direito de voto e de acesso ao poder se vai alargando. O aparecimento dos partidos e a implantação da imprensa, designadamente da imprensa política, a partir do século XVII (Timoteo Álvarez, 1997; Vázquez Montalbán, 1997; Santos, 2012), representam um momento fundamental nas relações entre comunicação e política, porque à medida que o regime censitário vai sendo superado e os partidos políticos vão ganhando importância na *intermediação política* a comunicação torna-se decisiva para conquistar o consenso e gerir o poder, na medida em que será a imprensa a intermediar a *representação social*, decisiva para a obtenção do consenso necessário para a conquista do poder em sistema representativo. Na primeira metade do século XX, quer pela afirmação lenta do sufrágio universal quer pelas duas guerras mundiais e pelo triunfo político das mundividências autoritárias, à esquerda e à direita, do Atlântico aos Urais,

a dinâmica entre democracia e comunicação esteve muito condicionada e não pôde desenvolver-se com uma própria autonomia. Na verdade, a comunicação política centrava-se sobretudo nas mundividências representadas pelos partidos políticos, visando, pois, mais o *sentimento de pertença* do que a informação pura e dura, mais a ideologia do que a informação[1]. Tratou-se de um momento auge na afirmação das ideologias e da *propaganda* e, por isso, mais do que informar importava integrar os cidadãos nas comunidades de valores políticos. Nas duas grandes guerras e no período entre-guerras a *propaganda* conheceu o seu apogeu, entendida como *linguagem apodítica da ideologia* e como uma *dogmática do emissor*, com valor puramente instrumental. Na verdade, tanto as duas guerras mundiais como os próprios regimes autoritários contribuíram muito para a afirmação da comunicação como variável decisiva do processo político. Só que sob a forma instrumental de *propaganda* (veja-se Lasswell, 2013). Se na óptica da democracia a ideia era a de uma comunicação com o objectivo de *integração política* das várias sensibilidades presentes na sociedade em torno dos partidos políticos, na óptica da guerra e das ditaduras o que interessava era, por um lado, a *propaganda negativa* sobre o inimigo e, por outro, a difusão dos valores ideológicos do regime para a sua consolidação e expansão. Tratava-se aqui de um valor puramente instrumental, bem diferente do valor presente na *intermediação partidária do processo político democrático com fins integrativos* ou, ainda menos, de um valor puramente informativo sobre a realidade que interessava ao cidadão. Em qualquer dos casos, a comunicação política surgia como instrumento ao serviço da afirmação de organizações que intermediavam o processo político, entre a sociedade civil e o Estado. Intermediação, sim, mas meramente instrumental ao serviço do poder de Estado e do partido único, num caso (propaganda), e ao serviço de uma *integração política diferenciada*, no outro. Comunicação, pois, ao serviço da *intermediação política* com vista à integração. Mas ela própria intermediação, porque

[1] Veja-se sobre a evolução das relações entre política e comunicação, neste registo, Manin (1996).

são grandes organizações que gerem a comunicação (imprensa, rádio e, mais tarde, televisão), detendo, portanto, elas próprias, o *monopólio da intermediação comunicacional*, da *representação social da realidade*.

2. A Comunicação na Segunda Metade do Século XX

Esta situação viria a alterar-se na segunda metade do século XX, com o aparecimento do *marketing político* e sobretudo com a emergência da televisão como *interface* central na comunicação política, como sua principal plataforma. Os anos cinquenta e sessenta nos Estados Unidos foram muito elucidativos do que mudou com o aparecimento da televisão[2]. O que será superado, com a emergência desta nova plataforma, é a ideia de comunicação ao serviço exclusivo do "sentimento de pertença" quer a uma grande narrativa ou utopia quer a uma visão do mundo em chave exclusivamente partidária. Emerge, pois, com força, a *ideia de informação*, após a fase de saturação da *propaganda* (entre 1914 e 1945, nas guerras e no período das ditaduras), mas também a ideia de *marketing político*, ou seja, a informação tecnicamente organizada e confeccionada para *targets* em vista de *sucesso político-eleitoral* e numa óptica de valorização do receptor, do consumidor, do eleitor, muito diferente da lógica da *propaganda*, pois o reconhecimento do receptor ou consumidor poderia vir a alterar significativamente o discurso e as próprias propostas políticas. Mantém-se, portanto, o carácter instrumental da informação, mas atenua-se a ideia dominante de "pertença", acolhendo na comunicação mais as expectativas do consumidor, até porque em ambiente de liberdade, equivalente ao ambiente de mercado. Mercado eleitoral, portanto[3]. O eixo ou canal através do qual se processa a informação é o de sujeito-objecto, de emissor-receptor, de produtor-consumidor. Um para milhões, diria Castells (*one-to-many*). E, neste eixo, sobretudo com o domínio do

[2] Veja-se, a este propósito, Maarek (2009), Canel (2008), Mazzoleni (2010).
[3] Veja-se a este propósito, Schumpeter (1942), em particular os capítulos 21-23.

audiovisual, é possível modelar a informação de acordo com objectivos instrumentais de *sucesso*, manipulando redacções, adequando mais facilmente o sistema operativo aos fins pretendidos e representando socialmente o real de acordo com objectivos pré-definidos, através do *poder de agendamento*, no sentido em que a teoria do "agenda-setting" o entende. Sobretudo usando, de facto, o sistema operativo do audiovisual e as suas características narrativas não analíticas para formatar a mensagem[4]. A este propósito, falando da televisão de sucesso, Karl Rove, o *spin doctor* de G. W. Bush, usou a expressão "televisão para surdos", lá onde a imagem é tudo, prescindindo, pois, de uma linguagem analítica.

Nesta fase, na segunda metade do Século XX, dominavam as grandes organizações partidárias e da comunicação, mas ia lentamente emergindo um espaço público onde se ia afirmando a cidadania, ainda que sujeita ao *gatekeeping* organizacional, político e comunicacional. Ou seja, verificava-se um controlo efectivo da política, objecto de *exclusiva intermediação* por parte das *formações partidárias*, e da comunicação, por parte das grandes empresas de *media* (imprensa, rádio e, sobretudo, televisão) que impunham um rigoroso e discricionário *gatekeeping* no acesso ao *espaço público mediático*. E, todavia, foi precisamente o crescimento do poder mediático, a sua empresarialização e privatização que abriram espaço a uma afirmação da *cidadania*, ainda que mediada, perante o poder político. Este processo de lenta afirmação e autonomização da *cidadania* (que consistiu, no essencial, no alargamento exponencial do espaço mediático e na sua abertura a novos protagonismos da sociedade civil) viria a provocar uma mudança no subsistema comunicacional e na sua vocação instrumental, ou seja, este passou a afirmar-se também como espaço de controlo do exercício do poder, reassumindo a velha matriz liberal da liberdade como limite à acção do Estado, mas agora com real eficácia.

[4] Veja-se a este respeito o interessante ensaio do Director da Revista italiana *Reset*, Giancarlo Bosetti (2007).

3. As Quatro Fases da Comunicação

Passam, pois, a coexistir duas dimensões na *comunicação política*: uma, como instrumento ao serviço da *conquista e da conservação do poder* (*marketing político*), a outra, como *exercício de controlo do poder* – ambas pelas organizações de *intermediação da comunicação* (imprensa, rádio, televisão), numa dialéctica entre a cidadania (mediada) e o poder (mediado). Foi nesta dialéctica que o poder mediático se viu crescer, adquirindo um enorme poder social, político e económico. Sobretudo quando se verificou, nos anos noventa, a empresarialização, a mundialização e a privatização generalizada dos meios de comunicação. A CNN, com a Guerra do Golfo, marcou uma época de viragem na afirmação mundial da comunicação.

Temos, pois, quatro fases fundamentais na evolução da comunicação: (1) a *fase puramente instrumental*, ao serviço do poder, que tem como zénite a propaganda; (2) a *fase integrativa* ("sentimento de pertença") da comunicação ao serviço da reorganização do espaço público político em torno de sistemas de partidos; (3) a *fase informativa*, onde os meios de comunicação superam a *ideia de pertença* para evoluírem para a *primeira fase informativa* (marketing e informação) e, depois, para a *segunda fase informativa* (informação, marketing, mas também controlo do exercício do poder pelas organizações mediáticas, em nome da cidadania). Esta é a que representa (4) a última fase de *monopólio organizacional da política* e de *monopólio organizacional da comunicação*, através da *intermediação da política* (partidos) e da *representação social da realidade* (*establishment* mediático) e centrada num *modelo linear de política e comunicação* expresso na relação sujeito-objecto, emissor-receptor, produtor-consumidor, partido-eleitor e no *gatekeeping* organizacional, político e mediático. Foi nesta fase e com este modelo que se afirmou o *spinning* e a possibilidade de produzir sofisticados *efeitos instrumentais* na comunicação para fins políticos, mas foi também nesta fase que cresceu o poder de controlo dos *media* e o seu próprio poder como directo protagonista social e político, com a

sua própria agenda e os seus interesses, designadamente económicos. Esta situação pode muito bem ser caracterizada através de uma análise do processo de afirmação política do partido *Forza Italia*, nos inícios dos anos 90 (Santos, 2012: 257-347), lá onde ao poder mediático já não lhe bastava influenciar o poder político, mas pretendia gerir ele próprio este poder, como viria a acontecer durante o longo consulado de Silvio Berlusconi. Neste período, mantém-se inalterado o poder de intermediação integral dos processos políticos e comunicacionais pelas respectivas organizações, mantendo-se a cidadania sujeita a uma dupla delegação de poder: por um lado, no sistema de partidos (política) e no sistema mediático (comunicação), organismos privados ou com configuração jurídica equivalente, por outro, no Estado e nos seus aparelhos, a começar pelo Parlamento e a acabar no poder judicial (o juiz julga em nome do povo e é um poder separado e autónomo). *A ideia de política como autogoverno do povo mantém-se totalmente dependente destes processos de intermediação organizacional*. E foi no interior deste formato que cresceu a *partidocracia* e o seu duplo, a *mediacracia*.

Poder político e poder mediático são, portanto, duas faces da mesma moeda, não podendo um prescindir do outro. Com características semelhantes, enquanto modelo de gestão de processos, eles subsistiram inalterados até ao aparecimento da rede e à mudança no paradigma da comunicação. Castells (2007) identificou muito bem o novo paradigma que emergiu com a rede em "Communication, Power and Counterpower in the Network Society".

4. Dos *Media* à Rede

O processo de afirmação da rede tem evoluído muito rapidamente, encontrando-se neste momento o espaço reticular ocupado a níveis que nunca o espaço mediático alguma vez conheceu e tendo como poderoso

motor as chamadas TICs, hoje ao alcance da maioria dos cidadãos, pelo menos nos países desenvolvidos.

Vejamos alguns números de Junho de 2017 (cf. http://www.internetworldstats.com/). Sendo a população mundial cerca de 7,5 biliões de pessoas, os *users* são quase 3,9 biliões (3,885), ou seja, 51,7%, sendo 2 biliões (1,977) os utilizadores da rede social Facebook; EUA: para uma população de cerca de 363 milhões os *users* são cerca de 320 milhões, ou seja, cerca de 88% da população, sendo os utilizadores de Facebook 263 milhões; China: com uma população de cerca de quase 1,4 biliões (1,388), a China passou de 22,5 milhões de *users* em 2000 para 738,5 milhões em Junho de 2017, ou seja, para 53,2% da população, tendo 1,8 milhões de utilizadores do Facebook; Índia: com cerca de 1,3 biliões de pessoas, passou de 5 milhões de *users* em 2000 para 462 milhões em Junho de 2017, ou seja, para cerca de 34,4% da população, tendo cerca de 241 milhões de utilizadores de Facebook. Espanha: com cerca de 46 milhões de habitantes, os *users* são cerca de 40 milhões, correspondentes a cerca de 87% da população, sendo os utilizadores de Facebook 23 milhões, ou seja, cerca de 50% da população. Portugal: com uma população de cerca de 10 milhões e trezentos mil, os *users* são 7 milhões e 430 mil, correspondentes a cerca de 72%, sendo os utilizadores de Facebook 5 milhões e 800 mil, equivalentes a cerca de 56,5% da população. E, em geral, numa União Europeia com uma população de cerca de 506 milhões, os users são, nesta data, cerca de 430 milhões, 85%, correspondendo o Facebook a 247 milhões, cerca de 49%.

Estes dados revelam a dimensão da rede e anunciam necessariamente uma mudança no panorama da comunicação não só no plano dos conteúdos, mas também no plano dos processos, vistas as características da rede. E o primeiro sintoma de que esta começa a dominar o panorama da comunicação consiste na migração em massa dos *media* para este gigantesco "espaço intermédio" (veja-se Tagliagambe, 2009). Não só ele já corresponde, nos países mais avançados, a uma quase total cobertura da população como possui

características muito diferentes das que os *media* tradicionais, incluída a televisão (inclusivamente a digital), podiam exibir. É certo que o poder da televisão continua a ser enorme[5], mas a rede supera-o, até porque aquela já acabou por ter de migrar para esta. Com efeito, a televisão convencional tem características que fazem dela um instrumento poderoso, não só porque atinge números muito significativos de telespectadores, mas também porque possui uma linguagem e uma aproximação às audiências muito especiais, com características de eficácia muito significativas. E, todavia, por exemplo, em Portugal, tem vindo a perder audiências. Um simples exemplo: o Telelejornal (RTP1, prime time) manteve entre 2002 e 2006 uma média de 1.050.000 espectadores. Em Setembro (em dois dias escolhidos aleatoriamente) de 2017 apresentava, respectivamente, 711.000 espectadores, menos 339.000, equivalente a uma perda de 32,3%, e 756.000 espectadores, equivalente a uma perda de 28%. Relativamente a jornais, apenas dois casos: o Expresso perde entre 2010 e 2017 cerca de 20 mil exemplares; em termos de circulação, o Diário de Notícias, baixa de 30.440, em 2010, para 14.140, em 2017, segundo dados de APCT. Em Itália, entre 2014 e 2015 o *Corriere della Sera* perdeu 5,7% e *La Repubblica* perdeu 14% (somado o papel + digital), sendo certo que a quebra nos exemplares pagos já se cifra em várias centenas de milhar, em ambos os casos.

São apenas alguns dados que demonstram como o sistema mediático tem vindo a perder significativas quotas de mercado, ao mesmo tempo que cresce exponencialmente o número de *users* da Internet, como vimos acima. Esta realidade, de resto, entra-nos pelos olhos dentro, do ponto de vista quantitativo. Mas, além disso, na rede já não se trata de mera comunicação de conteúdos, mas também de gestão material de processos, da robótica industrial à gestão financeira. Trata-se de um espaço totalmente disponível para uma *progressiva desintermediação de processos e conteúdos*, a começar na própria comunicação e na política, atingindo o próprio conceito de poder na sua raiz: do *poder de*

[5] Pode-se dizer que enquanto houver um sofá existirá sempre em frente uma televisão...

intermediação ao *poder desintermediado e diluído* (Jesús Timoteo). Este conceito de *poder diluído* é o que mais eficazmente se conjuga com a realidade inaugurada pela rede e, noutro plano, equivale ao conceito introduzido por Castells de *mass self-communication*, não só porque, naquele, a ideia de poder se transfere das grandes organizações para o indivíduo singular e, neste, a singularidade individual se evidencia sobre a lógica e a dinâmica de massas, mas também porque ambos induzem uma *lógica relacional* diferente da relação unidireccional, hierárquica, vertical entre o sujeito produtor de política (partidos) e de comunicação (*mass media*) e o receptor ou consumidor destes produtos, induzindo também uma inversão da lógica *top-down* para uma lógica *bottom-up*. Ou seja, trata-se de um modelo muito diferente daquele que estava na base da velha política e da velha comunicação: um modelo que (a) já não é vertical, mas horizontal; (b) já não é hierárquico, mas igualitário; (c) já não é linear (*one-to-many*), mas complexo (*many-to-many*, ainda de acordo com a terminologia de Castells), sendo determinado por relações entre variáveis de onde resultam *qualidades emergentes*; (d) já não é um espaço passivo, mas interactivo; (e) e já não é impermeável, mas possui permeabilidade máxima, permitindo, por exemplo, e ao contrário do espaço mediático, que tudo possa migrar para ele, reproduzindo-se no seu interior as relações de força exteriores e abrindo, ao mesmo tempo, novos espaços de afirmação directa (não mediada) num espaço público que antes estava condicionado pela lógica do *gatekeeping* e pelos clássicos *gatekeepers* ou guardiões da porta de entrada no espaço público.

Ambos os conceitos (*poder diluído* e *comunicação individual de massas*) introduzem uma nova lógica na política e na comunicação, *relacional* e *ascendente*, suscitando, pois, uma nova forma de interacção que pode ser designada por *conectividade*, ou seja, quer a *representação política* quer a *representação social* passam a ser construídas a partir de baixo, *bottom-up*, a partir de relações horizontais entre indivíduos dotados de instrumentos de *conectividade* (as TICs) que accionam de acordo com lógicas individuais próprias, com dinâmicas sociais e com

outros factores aleatórios. O reconhecimento pela política democrática destas dinâmicas, tal como a sua integração ou *metabolização* no processo político, é essencial para o seu bom e legítimo funcionamento e para a sua própria sobrevivência.

Não se trata, como se sabe, de uma simples mudança. Trata-se de uma verdadeira mudança de paradigma e tem consequências profundas na estruturação das sociedades modernas. Portanto, na política. O velho modelo estava centrado, por um lado, em grandes organizações colectivas, mas tinha como referência originária o indivíduo singular que, depois, delegava poder ou soberania nestas organizações para desenvolverem *processos de intermediação* entre si, o Estado e a própria sociedade como um todo. Se é certo que o novo modelo se desenvolve a partir do indivíduo singular e evolui para um imenso *espaço intermédio* onde a singularidade se exprime directamente sem intermediação no interior de uma lógica relacional, então é verdade que o indivíduo se move numa lógica de *conectividade,* em interacção com outros agentes do sistema, gerando resultados que são *qualidades emergentes* não resultantes de uma vontade predeterminada, de um centro emissor, verticalmente, mas sim do accionamento de relações diferenciadas entre os intervenientes no interior do próprio sistema. Ou seja, transpondo para a política, a cidadania que opera neste registo possui uma autonomia discursiva que a política tem de metabolizar como seu corpo interno e não como algo que lhe é exterior (teoria das elites) e modelável instrumentalmente. A chamada *política deliberativa* é para este registo que aponta ao procurar integrar formalmente esta legítima e efectiva autonomia discursiva da cidadania no interior do próprio processo político decisional. Ou seja, é a própria *distinção interior/exterior* que desaparece porque a política emerge da *conectividade* horizontal diferenciada, não de um centro de produção (partidos ou *establishment* mediático) que projecta verticalmente a sua própria vontade "constitutiva" sobre o real, ancorado no *monopólio de intermediação* dos processos políticos ou comunicacionais. É isto que representam os conceitos de *poder diluído*, de *comunicação individual*

de massas e de *conectividade*, com todas as consequências que a lógica da rede induz. Nem o processo pode ser traduzido, como antes, como relação (no interior das categorias exterior/interior) entre o indivíduo singular e o colectivo que o integra, através de representantes que se separam dele, mas sim entre indivíduos singulares em conexão no interior de um espaço relacional, funcionando como variáveis em relação entre si no interior de múltiplos códigos próprios de comunidades territorialmente ou tematicamente diferenciadas. *Many-to-many*, diz Castells, exprimindo esta *conectividade* e dando lugar a um novo tipo de comunicação, definido, por oposição a *mass communication*, *mass self-communication*, onde emerge a individualidade, a subjectividade, a consciência, no interior de uma comunicação de massas. A novidade reside no *self*, na medida em que representa uma espécie de emancipação do indivíduo relativamente, por um lado, aos velhos centros emissores de comunicação e de política e, por outro, às dinâmicas inscritas nos *outputs* massificados e indiferenciados, seja no plano da política seja no plano da comunicação. Vertendo o conceito para a política poderíamos dizer *mass self-politics*. Que significa isto? Uma alteração qualitativa no processo de produção da política, já que anula a *exterioridade* presente na produção da política pelas grandes organizações ou pelas elites para *repor o sentido originário do próprio sistema representativo*, reconduzindo a política originariamente ao cidadão, ou seja, desintermediando-a, embora com uma novidade em relação ao desenho originário do sistema representativo (além, claro, do regime censitário): o reforço da pregnância do cidadão directamente no sistema político através do reconhecimento funcional da "self", da individualidade e da subjectividade do cidadão e da superação da sua relação de exterioridade relativamente ao sistema. É este o sentido mais profundo da chamada *política deliberativa* e da *democracia deliberativa*, lá onde o processo de progressiva desintermediação da política e da comunicação deve conhecer, por compensação, uma efectiva capacidade de intervenção directa da cidadania no sistema e, mais concretamente, na construção do processo decisional da responsabilidade dos agentes

formais do sistema. É este também o sentido do que diz Manuel Castells (2012), num artigo intitulado "A Política em Atraso na Era da Internet"[6].

5. Conectividade e Política

Na verdade, estas profundas mudanças terão forçosamente de ser *metabolizadas* pela política moderna, não só do ponto de vista da comunicação, mas também do ponto de vista dos *modelos de gestão dos processos políticos*. Analisando alguns dos movimentos políticos que se vêm afirmando com sucesso, por exemplo, em Espanha e em Itália (*Podemos* e *Movimento5Stelle*, hoje o primeiro partido italiano, 32,7%, a 14 pontos do segundo, o Partido Democrático, 18,7%), veremos que os modelos de organização tendem a integrar esta lógica, promovendo dinâmicas autónomas nos diferentes espaços políticos, sobretudo nas primeiras fases de constituição dos partidos/movimentos. Por exemplo, as alianças em geometria variável ou os "círculos" do *Podemos* e os *Meetup* do M5S e o papel desempenhado pela rede em ambos os movimentos ou a reivindicação da democracia directa e do poder da cidadania, a partir da *conectividade territorial de base*, da *conectividade sectorial ou temática de base* ou da *conectividade digital*.

Em Itália, embora ainda no interior da lógica convencional, já fora experimentado, em 1993-94, um modelo equivalente por *Forza Italia (FI)*, justamente através dos "Club Forza Italia", organizações que não integravam o corpo do partido, relacionando-se com ele apenas por via de protocolos, mas muito importantes para mobilizar a cidadania e para reproduzir o discurso de *FI*. Estes clubes, que chegaram a ser 15 mil, desenvolviam localmente uma lógica de *conectividade (grupal e interpessoal)* e de *reprodução alargada* de um discurso que, todavia, tinha o seu centro nas elites que governavam o partido e nas organizações centrais de apoio, designadamente na *Publitalia*, a agência de comunicação do Grupo Fininvest. Funcionavam numa

[6] Este artigo foi publicado em catalão no nº 12 de *Via* e, em inglês, nº 6 de *Transfer*.

lógica conectiva de relação interpessoal, de acordo com o modelo de Lazarsfeld e Katz, "two step flow of communication", e reconheciam a importância da interacção pessoal na construção do consenso para o poder, estando, todavia, subordinados ao partido, sendo-lhe exteriores. Agora, no caso do M5S, o que parece ser mais interessante para dar uma resposta aos desafios que a rede e as TICs estão a pôr à política e à comunicação é uma reflexão aprofundada sobre os fundamentos da construção do movimento, em particular a experiência dos *Meetup*, e sobre a razão de ser desta iniciativa, subsequente à criação do Blog de Beppe Grillo, à luz precisamente do *conceito de conectividade*. Porquê? Na verdade, porque eles representam o que de mais próximo da cidadania pode ser desenvolvido para uma *reconstrução da política a partir de baixo* e numa lógica reticular e de conectividade no plano local. A experiência italiana não é nova. Ela inspirou-se na candidatura de Howard Dean, em 2004, em primárias do Partido Democrata americano, na plataforma *Meetup* (social network, criado em 2002) e no *MoveOn. org – Democracy in action*, "um movimento da sociedade civil", segundo Federico Rampini, "que com dois milhões de aderentes supera os inscritos a qualquer partido" e que representa "a maior novidade da política americana desde há uma década", em condições de chegar a "zonas da sociedade que a política não interpela há anos" (Ceri & Veltri, 2017: 29). O *MoveOn* posicionou-se politicamente a favor de Howard Dean, de Barack Obama e de Bernie Sanders. No site, esta plataforma é definida assim: "*MoveOn is the largest independent, progressive, digitally-connected organizing group in the United States. Launched in 1998, MoveOn pioneered online organizing and advocacy techniques that have become standard in politics, nonprofits, and industry in the U.S. and worldwide. We combine rapid-response political campaigning with deep strategic analysis, rigorous data science and testing, and a culture of grassroots member listening and participation that allows us to consistently and quickly identify opportunities for progressive change– and mobilize millions of members to seize them. MoveOn members step up as leaders by using the MoveOn Petitions DIY organizing platform to*

create their own petitions and campaigns to drive social change" (cf. https://front.moveon.org/about/#.WcjugCMrJN0).

A reter, portanto, que se trata de um "independent, progressive, digitally connected organizing group" que procura "drive social change", lançando campanhas tendentes a influenciar a política nos Estados Unidos. Por exemplo: "ending the Iraq War, electing Barack Obama president, enacting health care reform" – só para referir algumas importantes campanhas.

De acordo com Ceri e Veltri (2017: 30), "os traços distintivos de *MoveOn* – (a) um site *online* como ponto de referência organizativo; (b) grupos locais que se activam no território; (c) um organograma reduzido ao mínimo; (d) a capacidade de mobilização; (e) primárias online – desenham um formato estrutural que pode ser replicado também por outras organizações" e que, pelas características evidenciadas, é possível comparar à rede de Meetup ABG (Amici di Beppe Grillo).

Relativamente ao *Meetup*, os seus criadores definiram-no assim: "*Meetup's mission is to revitalize local community and help people around the world self-organize. Meetup believes that people can change their personal world, or the whole world, by organizing themselves into groups that are powerful enough to make a difference*" (Ceri & Veltri, 2017: 28).

Grillo criaria os *Meetup ABG*, mas, diferentemente de *MoveOn,* estes encontram na sua figura o colante simbólico fundamental que impede uma possível fragmentação destas plataformas. Elas viriam a constituir uma importantíssima base para a criação do *Movimento5Stelle*, em 2009.

Outra experiência a reter, nesta mesma lógica, é a dos *Círculos* de *Podemos*, assim definidos, em 2014, por Pablo Iglesias: "Un Círculo Podemos es un punto de una red por la unidad, el cambio y la ruptura democrática. Un grupo que comparte que la dramática situación que vivimos sólo se arregla entre todos y con el protagonismo popular y ciudadano" (cf. http://www.publico.es/politica/funcionan-circulos.html e http://comunidadpodemos.blogspot.pt/2014/10/que-es-un-circulo-

podemos.html). Estes Círculos são os elementos organizacionais de base do *Podemos*, estão regulados nos Estatutos do Partido (art.º. 57) e são considerados como as comunidades decisivas na ligação entre o partido e a sociedade: "*La unidad básica de organización de Podemos es el círculo y el Espacio Municipal Unificado (...) en municipios de cincuenta militantes o menos, sin perjuicio de que pudieran existir coordinadoras de ámbito superior al municipal allí donde los reglamentos lo permitan. El círculo (...) es la herramienta con la que Podemos promueve la participación, el debate y la relación activa de la organización con la sociedad. El círculo (...) tiene como función principal ser el nexo de conexión entre la sociedad y el partido, ejerciendo como pasarela de acceso de las inquietudes sociales hacia los órganos de Podemos y sus representantes institucionales*" (veja também https://files.podemos.info/9AMl3us6iC.pdf. Sublinhado meu).

Trata-se de simples exemplos de como se começa a responder em termos de *poder diluído* e de *conectividade* às exigências e expectativas da cidadania que já não se considera representada pelos partidos tradicionais e pelos *mass media*, vista, por um lado, a crescente tendência endogâmica dos primeiros e o galopante tabloidismo dos segundos e, por outro lado, o crescente fosso que se vai criando entre as prestações de ambos e as exigências e expectativas da cidadania, traduzindo-se este processo numa *progressiva desintermediação da política e da informação* a crédito da *cidadania activa,* em *conexão territorial, sectorial ou temática e digital*.

A rede, as TICs e as *social network* não são *new media*, mas um novo universo com lógica própria, radicalmente diferente da anterior, produzindo implicações substantivas nos processos sociais, políticos e comunicacionais. Uma alteração profunda no próprio conceito de poder, antes exclusivamente centrado nas grandes organizações e agora mais fragmentado na direcção da cidadania. Uma mudança profunda na natureza da própria cidadania, vistas as possibilidades de autonomia e de protagonismo que lhe são confiadas pela rede e pelas novas tecnologias da informação e da comunicação (TICs).

Do ponto de vista da política estas profundas alterações vieram permitir a concretização daquelas que hoje são designadas como *política deliberativa* e *democracia deliberativa*, através da incorporação no processo decisional formal da *deliberação* que ocorre no quadro do *espaço público deliberativo*, não só enquanto momento de legitimação do processo decisional, mas também já como momento formal deste processo, na medida em que o mecanismo de consulta pública prévia dos grandes dossiers ou dos grandes programas de intervenção na sociedade venha a ser obrigatório, como, de resto, já acontece para determinadas matérias. Tive ocasião de expor os fundamentos desta evolução para a *democracia deliberativa* num ensaio publicado recentemente na *Revista Portuguesa de Filosofia* (Santos, 2017), ao procurar introduzir a teoria da comunicação no *mainstream* da Ciência Política. Na verdade, a *deliberação pública*, ganhando este estatuto como momento formal do processo decisional, ainda que não vinculativo, porque o poder formal se manterá nas mãos dos detentores do poder institucional, permite produzir um efeito de integração da sociedade civil, logo, da cidadania, no sistema democrático, aumentando o nível de participação política e obrigando o poder formal a produzir decisões de melhor qualidade ao mesmo tempo que aumenta a própria legitimidade da acção política. É deste modo que o novo conceito de *poder diluído* pode ser incorporado no sistema ao lado da *representação política*. É claro que isto só acontece se a cidadania se reorganizar para além do sistema tradicional, abordando a política através de outros canais que não os dos partidos tradicionais. E é aqui que se revelam interessantes para uma elaboração mais sofisticada as experiências levadas a cabo nos Estados Unidos, em Itália ou em Espanha, designadamente as dos *Meetup*, dos *MoveOn*, dos *Círculos* ou até dos velhos *Clubes* implementados pelo *Forza Italia* de Silvio Berlusconi, ainda que inscritos na velha lógica de exclusivo domínio organizacional. Nesta recomposição política da *cidadania bottom-up* torna-se fundamental o conceito de *conectividade* e a assunção de que a comunicação de massas se encontra superada pela *mass self-communication* centrada em indivíduos capazes de

afirmar a sua individualidade no *espaço público deliberativo* sem terem de sofrer o crivo do *gatekeeping comunicacional ou político*, ou seja, no interior de um processo cada vez mais desintermediado, mas em progressiva conectividade (horizontal). Nesta mudança, onde o indivíduo singular ganhou uma nova capacidade de se protagonizar, é absolutamente imprescindível não só reconhecer a pregnância da *lógica da conectividade*, como se torna necessário *metabolizá-la,* incorporando-a nos processos políticos de reconstrução do poder e de conquista do consenso. Só que esta tarefa não poderá ser levada a bom termo se não se reconhecer que os indivíduos só produzem acções com real eficácia se estiverem inscritos em processos de *inteligência grupal* que só pode ser accionada através dos *processos conectivos*.

Conclusão

Não se trata, como é óbvio, nesta proposta, de superar a democracia representativa, substituindo-a por uma democracia directa de novo tipo, mas precisamente de fazê-la evoluir para uma *democracia deliberativa* onde a cidadania ocupe um lugar mais activo e interveniente não só nos processos de promoção do consenso, mas também nos processos de construção da decisão, incluída a formal. É isto, por exemplo, que a plataforma *MoveOn* explicitamente reivindica, visando alguns processos políticos muito relevantes como, por exemplo, o *ObamaCare*. Do que se trata é de reconhecer que se está a dar novos passos na afirmação política da cidadania e que isso exige um *novo conceito de poder* e novas formas de organização do consenso e da participação política para além das formas tradicionais, sendo certo que hoje existem poderosos instrumentos para isso e que já estão no terreno formações políticas poderosas que accionaram esta lógica e estes instrumentos com notável inovação e eficácia, ao ponto de poderem aspirar legitimamente e com realismo à formação de governos de sua iniciativa, como está já a acontecer em Itália. Central nestes

processos é a *lógica da conectividade*, com o reconhecimento de que os processos de inovação social ocorrem através do accionamento da *inteligência grupal*, hoje com instrumentos muito eficazes de acção e de comunicação, um conceito mais alargado de poder, designadamente através do conceito de *poder diluído,* uma nova identidade para a *cidadania activa*, onde ao indivíduo é reconhecida uma *centralidade* que antes nunca conhecera, e mesmo um novo conceito para a democracia representativa, a *democracia deliberativa*.

A conjugação destes elementos de novidade permitirá relançar a política para novos patamares, sem produzir efeitos disruptivos sobre o próprio sistema democrático, evitará a desagregação do sistema tradicional de partidos doentes de partidocracia e impedirá o triunfo de populismos que nunca serão boas soluções para salvaguardar a liberdade que a democracia representativa garante. Permite, isso sim, um aprofundamento das lógicas democráticas, melhores decisões e maior legitimidade ao sistema, na medida em que a integração política é fortemente reforçada.

Bibliografia

CAPÍTULO I

Biorcio, Roberto & Natale, Paolo (2013), *Politica a 5 Stelle: Idee, Storia e Strategie del Movimento di Grillo*. Milano: Feltrinelli.

Campbell, Alastair (2008). *Os Anos Blair.* Lisboa: Bertrand.

Castells, Manuel (2007), "Communication, Power and Counterpower in the Network Society". *International Journal of Communication*, nº 1, pp. 238-266.

Castells, Manuel (2012), *La Politica in Ritardo Nell'Era di Internet*. Online: <https://www.reset.it/caffe-europa/la-politica-in-ritardo-nellera-di-internet> (referência de 04-10-2018).

Ceri, Paolo & Veltri, Francesca (2017), *Il Movimento Nella Rete. Storia e Struttura del Movimento 5 Stelle*. Torino: Rosenberg & Sellier.

Jones, Tudor (1997), "«Taking Genesis Out of the Bible»: Hugh Gaitskell, Clause IV and Labour's Socialist Myth". *Contemporary British History*, vol. 11, nº 2, pp. 1-23.

Klein, Naomi (2001), *No Logo*. Milano: Baldini & Castoldi.

Rodotà, Stefano (2014), *Il Mondo Nella Rete. Quali i Diritti, Quali i Vincoli*. Roma: Laterza/La Repubblica.

Rosas, João Cardoso (2013), "(In)justiça na Crise". In: Santos, João de Almeida (org.), À Esquerda da Crise. Lisboa: Vega, pp. 77-88.

Santos, João de Almeida (1999), *Os Intelectuais e o Poder*. Lisboa: Fenda.

Santos, João de Almeida (2010). "Medios y Poder: Cambios y Perspectivas en las Relaciones entre Política, Medios y Comunicación". In: Timoteo Álvarez, Jesús (ed.), *Muchas Voces, Un Mercado. La Industria de la Comunicación en Iberoamérica. Perspectivas*. Madrid: Editorial Universitas, pp. 257-274.

Santos, João de Almeida (2013), *"Cosmopolis". Un Nuevo Paradigma Para el Siglo XXI*. Online: <https://joaodealmeidasantos.com/2013/11/05/cosmopolis-un-nuevo-paradigma-para-el-siglo-xxi-2/> (referência de 04-10-2018).

Santos, João de Almeida (2017a), "Crise da Representação ou Mudança de Paradigma? Democracia, Deliberação e Decisão". *Revista Portuguesa de Filosofia*, vol. 73, nº 1, pp. 15-48.

Santos, João de Almeida (2017b), "Mudança de Paradigma: A Emergência da Rede na Política. Os Casos Italiano e Chinês". *ResPublica*, nº 17, pp. 51-78.

Santos, João de Almeida (2018), "Conectividade. Uma Chave para a Política do Futuro". In: Valiente, Mercedes; Timoteo Álvarez, Jesús & Fernández, Víctor V. (eds.), *El Juego Real de la Singularidad Humana. Predicción de Comportamientos y Toma de Decisiones en el Cerebro Coral: La Perspectiva de la Neurocomunicación*. Madrid: UCM-Fundación Santander Universidades, pp. 73-88.

Santos, João de Almeida (s.d.), *O Nacional-Populismo já tem um Ideólogo – Steve Bannon*. Online: <https://joaodealmeidasantos.com/artigos/> (referência de 04-10-2018).

Streeck, Wolfgang (2013). *Gekaufte Zeit. Die Vortragte Krise des Democratischen Kapitalismus*. Berlin: Suhrkamp (ed. port. 2013: *Tempo Comprado. A Crise Adiada do Capitalismo Democrático*. Coimbra: Actual Editora).

CAPÍTULO II

Anders, Gunther (2002), *L'Obsolescence de l'Homme. Sur l'Âme à l'Époque de la Deuxième Révolution Industrielle*. Paris: Éditions de l'Encyclopédie des Nuisances, Éditions Ivrea.

Bacon, Francis (2010), *Novum Organum*. Paris: Presses Universitaires de France.

Badiou, Alain (2015), *Le Siècle.* Paris: Éditions du Seuil.

Balandier, Georges (2001), *Le Grand Système*. Paris: Fayard.

Burnham, James (1947), *L'Ère des Organisateurs.* Paris: Calmann-Lévy.

Campus, Donatella (2006), *L'Antipolitica al Governo. De Gaulle, Reagan, Berlusconi*. Bologna: Il Mulino.

Chandler, Alfred (1978), *The Visible Hand. Managerial Revolution in American Business*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press.

Chevallier, Jacques (2004), *L'Etat Post-moderne*. 2e éd. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence.

Cohen, Yves (2013), *Le Siècle des Chefs. Une Histoire Transnationale du Commandement et de l'Autorité (1890-1940)*. Paris. Éditions Amsterdam.

Crouch, Colin (2005), *Post-Démocratie*. Bienne-Paris, Diaphanes.

Drucker, Peter (1970), *La Grande Mutation. Vers une Nouvelle Société*. Paris: Les Éditions d'Organisation.

Ellul, Jacques (1990), *La Technique ou l'Enjeu du Siècle*. Paris: Economica.

Foucault, Michel (2004), *Naissance de la Biopolitique. Cours au Collège de France, 1978-1979*. Paris: Gallimard-Seuil.

Fromm, Erich (1978), *Avoir ou Être: Un Choix Dont Dépend l'Avenir de l'Homme*. Paris: Robert Laffont.

Godwin, William (2005), *Enquête Sur la Justice Politique: Et Son Influence Sur la Morale et le Bonheur Aujourd'hui*. Lyon: Atelier de Création Libertaire.

Goyard-Fabre, Simone (1999), *L'Etat, Figure Moderne de la Politique.* Paris: Armand Colin.

Hume, David (1752), "V. Of the Balance of Trade". In: David Hume, *Political Discourses*. Edinburgh: A. Kincaid and A. Donaldson, pp. 79-100.

Jessop, Bob (2002), *The Future of the Capitalist State*. Cambridge: Polity Press.

Kantorowicz, Ernst H. (2004), *Mourir Pour la Patrie*. Paris: Fayard.

Kernell, Samuel (1993), *Going Public. New Strategies of Presidential Leadership*. 2nd ed. Washington: CQ Press.

Kranish, Michael & Fisher, Marc (2017), *Trump Revealed. The Definitive Biography of the 45th President*. New York: Simon and Schuster.

Laclau, Ernesto (1979), *Politics and Ideology in Marxist Theory: Capitalism-Fascism-Populism*. London: Verso Editions.

Lefort, Claude (2001), *Essais Sur le Politique: XIXe-XXe Siècles*. Paris: Éditions du Seuil.

Legendre, Pierre (2007), *Dominium Mundi. L'Empire du Management*. Paris: Fayard.

Legendre, Pierre (2012), *Argumenta & Dogmatica*. Paris: Fayard.

Lénine, Vladimir Ilitch (1977), *Œuvres Complètes*, tome 27. Paris-Moscou: Éditions Sociales-Éditions Progrès.

Lipovetsky, Gilles (2006), *Le Bonheur Paradoxal. Essai sur la Société d'Hyperconsommation*. Paris: Gallimard.

Mouffe, Chantal (2016), *L'Illusion du Consensus.* Paris: Albin Michel.

Musso, Pierre (2003), *Critique des Réseaux.* Paris: Presses Universitaires de France.

Musso, Pierre (2017), *La Religion Industrielle: Monastère, Manufacture, Usine. Une Généalogie de l'Entreprise*. Paris: Fayard.

Proudhon, Pierre-Joseph (1851), *Idée Générale de la Révolution au XIXe Siècle*, *Choix d'Études sur la Pratique Révolutionnaire et Industrielle.* Paris: Garnier Frères.

Peters, Guy (1993), "Managing to Hollow State". In: Kjell A. Eliassen & Jan Kooiman (eds.), *Managing Public Organizations: Lessons*

from Contemporary European Experience. London: SAGE Publications, chapter 4.

Rancière, Jacques (2011), "Non, le peuple n'est pas une masse brutale et ignorante". *Libération*, 03-01.

Revault d'Allonnes, Myriam (1999), *Le Dépérissement de la Politique; Histoire d'un Lieu Commun*. Paris: Flammarion.

Saint-Simon, Henri de (2013), *Oeuvres Complètes*, vol. II. Paris: Presses Universitaires de France.

Schmitt, Carl (1992), *La Notion de Politique. Théorie du Partisan*. Paris: Flammarion.

Supiot, Alain (2015), *La Gouvernance par les Nombres. Cours au Collège de France 2012-2014*. Paris: Fayard.

Taylor, Charles (1994), *Le Malaise de la Modernité.* Paris: Éditions du Cerf.

Traverso, Enzo (2017), "Trump's Savage Capitalism. The Nightmare is Real". *World Policy Journal*, vol. 34, nº 1, pp. 13-17.

Trump, Donald (2005), *Comment Devenir Riche*. Paris: François Bourin Éditeur.

Voegelin, Eric (1994), *Les Religions Politiques*. Paris: Éditions du Cerf.

Weil, Eric (1956), *Philosophie Politique*. Paris: Librairie Philosophique Jean Vrin.

CAPÍTULO III

Albertazzi, Daniele & Mueller, Sean (2013), "Populism and Liberal Democracy: Populists in Government in Austria, Italy, Poland and Switzerland". *Government and Opposition*, vol. 48, nº 3, pp. 343-371.

Bardi, Luciano; Bartolini, Stefano & Trechsel, Alexander (2014), "Party Adaptation and Change and the Crisis of Democracy". *Party Politics*, vol. 20, nº 2, pp. 151-159.

Becchetti, Leonardo (2012), *Il Mercato Siamo Noi*. Milano: Bruno Mondadori.

Bickerton, Christopher & Accetti, Carlo Invernizzi (2017), "Populism and Technocracy". In: Cristóbal Rovira Kaltwasser, Paul A. Taggart, Paulina Ochoa Espejo & Pierre Ostiguy (eds.), *The Oxford Handbook of Populism*. Oxford: Oxford University Press, pp. 326-341.

Bochel, Catherine (2013), "Petitions Systems: Contributing to Representative Democracy?". *Parliamentary Affairs*, vol. 66, nº 4, pp. 798-815.

Brito Vieira, Monica & Runciman, David (2008), *Representation*. Cambridge: Polity Press.

Ceccarini, Luigi & Diamanti, Ilvo (2018), *Tra Politica e Società. Fondamenti, Trasformazioni e Prospettive*. Bologna: Il Mulino.

Coleman, Stephen & Blumler, Jay G. (2009), *The Internet and Democratic Citizenship. Theory, Practice and Policy*. Cambridge: Cambridge University Press.

Cotta, Maurizio; della Porta, Donatella & Morlino, Leonardo (2008), *Scienza Politica.* Bologna: Il Mulino.

Crouch, Colin (2003), *Postdemocrazia*. Roma-Bari: Laterza.

Crouch, Colin (2011), *The Strange Non-Death of Neoliberalism.* Cambridge: Polity Press.

Crouch, Colin (2013), *Making Capitalism Fit For Society.* Cambridge: Polity Press.

Crozier, Michael J.; Huntington, Samuel P. & Watanuki, Joji (1975), *The Crisis of Democracy. Report on the Governability of Democracies to the Trilateral Commission.* New York: New York University Press.

De Blasio, Emiliana (2014), *Democrazia digitale*. Roma: LUISS University Press.

De Blasio, Emiliana (2017), "È Solo un Falso Problema". *Formiche,* nº 122, febbraio, pp. 20-21.

De Blasio, Emiliana (2018a), *Il governo Online. Nuove Frontiere Della Politica*. Roma: Carocci.

De Blasio, Emiliana (2018b), *Populismi e Democrazia Digitale***.** In: Manuel Anselmi, Paul Blokker & Nadia Urbinati (eds.), *Populismo di Lotta e di Governo*. Milano: Fondazione Giangiacomo Feltrinelli.

De Blasio, Emiliana & Sorice, Michele (2016a), "Open Government: a Tool for Democracy?". *Medijske Studije*, vol. 7, nº 14, pp. 14-30.

De Blasio, Emiliana & Sorice, Michele (2016b), *Innovazione Democratica*. Roma: LUISS University Press.

De Blasio, Emiliana & Sorice, Michele (2018), "Populism between direct democracy and the technological myth". *Palgrave Communications*, vol. 4, 15. Doi: 10.1057/s41599-018-0067-y.

Del Savio, Lorenzo & Mameli, Matteo (2015), *Controsovranità. La Democrazia Oltre la Democrazia Rappresentativa*. Milano: Fondazione Giangiacomo Feltrinelli.

della Porta, Donatella (2009), *I Partiti Politici.* Bologna: Il Mulino.

della Porta, Donatella (2013), *Can Democracy Be Saved? Participation, Deliberation and Social Movements*. New York: John Wiley & Sons.

della Porta, Donatella & Rucht, Dieter (eds.) (2013), *Meeting Democracy: Power and Deliberation in Global Justice Movements*. New York: Cambridge University Press.

della Porta, Donatella; Fernández, Joseba; Kouki, Hara & Mosca, Lorenzo (2017), *Movement Parties Against Austerity.* Cambridge: Polity Press.

Deseriis, Marco (2017), "Technopopulism: The Emergence of a Discursive Formation". *Triple C,* vol. 15, nº 2, pp. 441-458.

Diamond, Larry & Morlino, Leonardo (eds.) (2005), *Assessing the Quality of Democracy.* Baltimore: Johns Hopkins University Press.

Floridia, Antonio (2017), *From Participation to Deliberation: A Critical Genealogy of Deliberative Democracy*. Colchester: ECPR Press.

Gerbaudo, Paolo (2012), *Tweets and the Streets: Social Media and Contemporary Activism*. London: Pluto Press.

Gerbaudo, Paolo (2018), *Il Partito Piattaforma. La Trasformazione Dell'Organizzazione Politica Nell'Era Digitale*. Milano: Fondazione Giangiacomo Feltrinelli.

Gramsci, Antonio (1971), *Il Materialismo Storico*. Roma: Editori Riuniti.

Hall, Stuart (1988), *The Hard Road to Renewal: Thatcherism and the Crisis of the Left.* London: Verso Books.

Hay, Colin (2007), *Why We Hate Politics*. Cambridge: Polity Press.

Kaase, Max & Newton, Kenneth (1995), *Beliefs in Government*, vol. 5. Oxford: Oxford University Press.

Katz, Richard S. & Mair, Peter (eds.) (1992), *How Parties Organize: Change and Adaptation in Party Organizations in Western Democracies 1960-1990*. London: Sage Publications.

Keane, John (2013a), *Democracy and Media Decadence*. Cambridge: Cambridge University Press.

Keane, John (2013b), *Tibet: Or, How to Ruin Democracy*. Online: <http://theconversation.com/tibet-or-how-to-ruin-democracy-13075> (referência de 04-10-2018).

Kirchheimer, Otto (1966), "The Transformations of the Western European Party Systems". In: Joseph La Palombara & Myron Weiner (eds.), *Political Parties and Political Development*. Princeton: Princeton University Press, pp. 177-200.

Lipset, Seymour Martin & Rokkan, Stein (1967), *Party Systems and Voter Alignment: Cross-National Perspectives*. New York: The Free Press.

Mair, Peter (2009), *Representative Versus Responsible Government* (MPIfG Working Paper 09/8). Köln: Max Planck Institute für Gesellschaftsforshung.

Manin, Bernard (2010), *Principi del Governo Rappresentativo*. Bologna: Il Mulino.

Mastropaolo, Alfio (2000), *Antipolitica. All'Origine Della Crisi Italiana*. Napoli: L'Ancora del Mediterraneo.

Mastropaolo, Alfio (2015), *I Partiti, la Rappresentanza e la Loro Pretesa Crisi*. Online: <https://www.eticaeconomia.it/i-partiti-la-rappresentanza-e-la-loro-pretesa-crisi-seconda-parte/> (referência de 04-10-2018).

Mastropaolo, Alfio (2016), "Rappresentanza, Partiti, Governance". In: Raffaella Sau (ed.), *La Politica. Categorie in Questione*. Milano: Franco Angeli, pp. 209-219.

Mastropaolo, Alfio (2017), "Come fu inventato il Partito Comunista in Sicilia tra il 1943 e il 1948". *Meridiana,* nº 90, pp. 143-169.

Milbrath, Lester W. (1965), *Political Participation*. Chicago: Rand McNally.

Morlino, Leonardo (1998), *Democracy Between Consolidation and Crisis: Parties, Groups and Citizens in Southern Europe*. Oxford: Oxford University Press.

Morlino, Leonardo (2011), *Changes for Democracy. Actors, Structures, Processes*. Oxford: Oxford University Press.

Morlino, Leonardo & Raniolo, Francesco (2018), *Come la Crisi Economica Cambia la Democrazia*. Bologna: Il Mulino.

Moro, Giovanni (2013), *Cittadinanza Attiva e Qualità Della Democrazia*. Roma: Carocci.

Mosca, Lorenzo (2018), "Democratic Vision and Online Participatory Spaces in the Italian Movimento 5 Stelle". *Acta Politica*, 2018, pp. 1-18.

Mouffe, Chantal (2005), *On the Political*. London: Routledge.

Müller, Jan-Werner (2017), *What is Populism*. London: Penguin Books.

Offe, Claus & Vale, Michel (1972), "Political Authority and Class Structures. An Analysis of Late Capitalist Societies". *International Journal of Sociology*, vol. 2, nº 1, pp. 73-108.

Pettit, Philip (2009), "Varieties of Public Representation". In: Ian Shapiro, Susan C. Stokes, Elisabeth Jean Wood & Alexander S. Kirshner (eds.), *Political Representation.* Cambridge: Cambridge University Press, pp. 61-89.

Pitkin, Hanna F. (1967), *The Concept of Representation*. Berkeley: University of California Press.

Prospero, Michele (2012), *Il Partito Politico*. Roma: Carocci.

Rancière, Jacques (2010), *Chronicles of Consensual Times*. London: Continuum.

Raniolo, Francesco (2007), *La Partecipazione Politica*. Bologna: Il Mulino.

Raniolo, Francesco (2013), *I Partiti Politici.* Roma-Bari: Laterza.

Revelli, Marco (2017), *Populismo 2.0.* Torino: Einaudi.

Rodotà, Stefano (2004), *Tecnopolitica. La Democrazia e le Nuove Tecnologie Della Comunicazione*. Roma-Bari: Laterza.

Rokkan, Stein (1970), *Citizens, Elections, Parties. Approaches to the Comparative Study of the Processes of Development*. Oslo: Universitetforlaget.

Rosanvallon, Pierre (2012), *Controdemocrazia. La Politica Nell'Era Della Sfiducia.* Milano: Castelvecchi.

Saward, Michael (2010), *The Representative Claim*. Oxford: Oxford University Press.

Sorice, Michele (2014a), *I Media e la Democrazia*. Roma: Carocci.

Sorice, Michele (2014b), "Web e Politica: Un Gioco in Difesa". *ItalianiEuropei*, nº 2/2014, pp. 141-147.

Sorice, Michele (2018), *I Populismi e la Partecipazione Politica***.** In: Manuel Anselmi, Paul Blokker & Nadia Urbinati (eds.), *Populismo di Lotta e di Governo*. Milano: Fondazione Giangiacomo Feltrinelli.

Sorice, Michele (2019), *Partecipazione Democratica. Teorie e Problemi*. Milano: Mondadori Università.

Tormey, Simon (2015), *The End of Representative Politics.* Cambridge: Polity Press.

Urbinati, Nadia (2013), *Democrazia in Diretta. Le Nuove Sfide alla Rappresentanza*. Milano: Feltrinelli.

Urbinati, Nadia (2014), *Democrazia Sfigurata. Il Popolo fra Opinione e Verità*. Milano: Egea-Università Bocconi Editore.

Vedel, Thierry (2006), "The Idea of Electronic Democracy: Origins, Visions and Questions". *Parliamentary Affairs*, vol. 59, nº 2, pp. 226-235.

Viviani, Lorenzo (2015), *Sociologia dei Partiti. Leader e Organizzazioni Politiche Nelle Società Contemporanee*. Roma: Carocci.

Wilson, Japhy & Swyngedouw, Erik (2015), *The Post-Political and Its Discontents. Spaces of Depoliticisation, Spectres of Radical Politics*. Edinburgh: Edinburgh University Press.

Žižek, Slavoj (1999), *The Ticklish Subject: The Absent Centre of Political Ontology*. London: Verso Books.

CAPÍTULO IV

Anderica Caffarena, Victoria (2014), "Retos Comunicativos de la Sociedad Civil: Del Lobby Social a la Agenda Pública". *Revista de Estudios de Juventud*, nº 105, pp. 71-90.

Amnå, Erik & Ekman, Joakim (2014), "Standby Citizens: Diverse Faces of Political Passivity". *European Political Science Review*, vol. 6, nº 2, pp. 261-281.

Beck, Ulrich (2002), *La Sociedad del Riesgo Global*. Madrid: Siglo XXI Editores.

Benkler, Yochai (2015), *La Riqueza de las Redes. Como la Producción Social Transforma los Mercados y la Libertad*. Barcelona: Icaria.

Bennett, W. Lance & Iyengar, Shanto (2008), "A New Era of Minimal Effects? The Changing Foundations of Political Communication". *Journal of Communication*, vol. 58, nº 4, pp. 707-731.

Bennett, W. Lance & Segerberg, Alexandra (2011), "Digital Media and the Personalization of Collective Action". *Information, Communication & Society*, vol. 14, nº 6, pp. 770-799.

Bimber, Bruce (2010), "The Study of Information Technology and Civic Engagement", *Political Communication*, vol. 17, nº 4, pp. 329-333.

Baym, Geoffrey & Shah, Chirag (2011), "Circulating Struggle". *Information, Communication & Society*, vol. 14, nº 7, pp. 1017-1038.

Boulianne, Shelley (2009), "Does Internet Use Affect Engagement? A Meta-Analysis of Research". *Political Communication*, vol. 26, nº 2, pp. 193-211.

Carty, Victoria (2002), "Technology and Counter-hegemonic Movements: The Case of Nike Corporation". *Social Movement Studies*, vol. 1, nº 2, pp. 129-146.

Chadwick, Andrew (2007), "Digital Network Repertoires and Organizational Hybridity". *Political Communication*, vol. 24, nº 3, pp. 283-301.

Chouliaraki, Lilie (2010), "Self-mediation: New Media and Citizenship". *Critical Discourse Studies*, vol. 7, nº 4, pp. 227-232.

Christensen, Henrik Serup & Bengtsson, Åsa (2011), "The Political Competence of Internet Participants". *Information, Communication & Society*, vol. 14, nº 6, pp. 896-916.

Dahlgren, Peter (2005), "The Internet, Public Spheres, and Political Communication: Dispersion and Deliberation". *Political Communication*, vol. 22, nº 2, pp. 147-162.

De la Cueva, Javier (2015), *Manual del Ciberactivista. Teoría y Práctica de las Acciones Micropolíticas*. Córdoba: Bandaàparte Editores.

Della Porta, Donatella (2011), "Communication in Movement". *Information, Communication & Society*, vol. 14, nº 6, pp. 800-819.

Diani, Mario (2000), "Social Movements Networks. Virtual and Real". *Information, Communication & Society*, vol. 3, nº 3, pp. 386-401.

Díaz Arias, Rafael (2014), "Iconos Audiovisuales en las Redes Sociales: Del 15M al 12M. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, vol. 20, nº 1, pp. 49-65.

Ekman, Joakim & Amnå, Erik (2012), "Political Participation and Civic Engagement: Towards a New Typology". *Human Affairs*, vol. 22, nº 3, 283-300.

Flanagin, Andrew J.; Stohl, Cynthia & Bimber, Bruce (2006), Modeling the Structure of Collective Action. *Communication Monographs*, vol. 73, nº 1, pp. 29-54.

Flesher Fominaya, Cristina & Gillan, Kevin (2017), "Navigating the Technology-Media-Movements Complex". *Social Movement Studies*, vol. 16, nº 4, pp. 383-402.

Goldberg, Greg (2010), "Rethinking the Public/Virtual Sphere: The Problem With Participation". *New Media & Society*, vol. 13, nº 5, pp. 739-754.

Han, Byung-Chul (2014), *En el Enjambre*. Barcelona: Herder.

Heaney, Michael T. & Rojas, Fabio (2014), "Hybrid Activism: Social Movement Mobilization in a Multimovement Environment". *American Journal of Sociology*, vol. 119, nº 4, pp. 1047-1103.

Holzer, Boris & Sørensen, Mads P. (2003), "Rethinking Subpolitics: Beyond the «Iron Cage» of Modern Politics?". *Theory, Culture & Society*, vol. 20, nº 2, pp 79-102.

Iosifidis, Petros (2011), "The Public Sphere, Social Networks and Public Service Media". *Information, Communication & Society*, vol. 14, nº 5, pp. 619-637.

Jiménez, Manuel (2011), *La Normalización de la Protesta: El Caso de las Manifestaciones en España (1980-2008)*. Madrid: CIS.

Johnson, Thomas J.; Bichard, Shannon L. & Zhang, Weiwu (2009), "Communication Communities or «CyberGhettos?»: A Path Analysis Model Examining Factors that Explain Selective Exposure to Blogs". *Journal of Computer-Mediated Communication*, vol. 15, nº 1, pp. 60-82.

Lanier, Jaron (2011), *Contra el Rebaño Digital. Un Manifiesto*. Barcelona: Editorial Debate.

Loader, Brian D. & Mercea, Dan (2011), "Networking Democracy? Social Media Innovations and Participatory Politics". *Information, Communication & Society*, vol. 14, nº 6, pp. 757-769.

López Gabrielidis, María Alejandra (2015), "Régimen de Visibilidad y Vigilancia en la Era de la Identidad Digital". *Teknokultura*, vol. 12, nº 3, pp. 473-499.

Mancini, Paolo (2012), "Media Fragmentation, Party System, and Democracy". *The International Journal of Press/Politics*, vol. 18, nº 1, pp. 43-60.

Minkoff, Debra C. (2002), "The Emergence of Hybrid Organizational Forms: Combining Identity-Based Service Provision and Political Action". *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, vol. 31, nº 3, pp. 377-401.

Melucci, Alberto (1994), "¿Qué Hay de Nuevo en los Nuevos Movimientos Sociales?". In: Joseph Gusfield, Enrique Laraña Rodríguez-Cabello (coord.), *Los Nuevos Movimientos Sociales: De la Ideología a la Identidad*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS), pp. 119-150.

Morales, Laura (2005), "¿Existe una Crisis Participativa? La Evolución de la Participación Política y el Asociacionismo en España". *Revista Española de Ciencia Política*, nº 13, pp. 51-87.

Mouffe, Chantal (2012), "Ciudadanía Democrática y Comunidad Política". In: Chantal Mouffe (ed.), *Dimensiones de la Democracia Radical. Pluralismo, Ciudadanía y Comunidad*. Buenos Aires: Prometeo, pp. 283-300.

Neuman, W. Russell; Bimber, Bruce & Hindman, Matthew (2010), "Internet and Four Dimensions of Citizenship". In: Robert Y. Shapiro & Lawrence R. Jacobs (eds.), *The Oxford Handbook of American Public Opinion and the Media*. Oxford: Oxford University Press, pp. 22-42.

Orriols, Lluis & Cordero, Guillermo (2016), "The Breakdown of the Spanish Two-Party System: The Upsurge of Podemos and Ciudadanos in the 2015 General Election". *South European Society and Politics*, vol. 21, nº 4, pp. 469-492.

Passerin, Maurizio (2012), "Hannah Arendt y la Idea de Ciudadanía". In: Chantal Mouffe (ed.), *Dimensiones de la Democracia Radical. Pluralismo, Ciudadanía y Comunidad*. Buenos Aires: Prometeo, pp. 185-213.

Pudal, Bernard (2011), "Los Enfoques Teóricos y Metodológicos de la Militancia". *Revista de Sociología*, vol. 25.

Putnam, Robert D. (1995), "Bowling Alone: America's Declining Social Capital". *Journal of Democracy*, vol. 6, nº 1, pp. 65-78.

Robertson, Scott P.; Vatrapu, Ravi K. & Medina, Richard (2010), "Off the Wall Political Discourse: Facebook Use in the 2008 U.S. Presidential Election". *Information Polity*, nº 15, pp. 11-31.

Sampedro, Víctor; Sánchez-Duarte, José Manuel & Poletti, Monica (2013), "Ciudadanía y Tecnopolítica Electoral. Ideales y Límites Burocráticos a la Participación Digital". *Revista Co-herencia*, vol. 10, nº 18, pp. 105-136.

Sánchez-Duarte, José Manuel (2015), "Participación Digital en los Partidos Políticos. Autonomía y Prácticas de Militancia en Red". *Dígitos, Revista de Comunicación Digital*, nº 1, pp. 59-70.

Sánchez-Duarte, José Manuel (2016), "The Net as a Space for Political Militancy: Technology and Participation in the Electoral Campaign". *Communication & Society*, vol. 29, nº 3, pp. 33-47.

Sánchez-Duarte, José Manuel & Fernández-Romero, Diana (2017), "Subactivismo Feminista y Repertorios de Acción Colectiva Digitales: Prácticas Ciberfeministas en Twitter". *El Profesional de la Información*, vol. 26, nº 5, pp. 894-902.

Sánchez-Duarte, José Manuel; Bolaños Huertas, María Victoria; Magallón Rosa, Raúl & Anderica Caffarena, Victoria (2015), "El Papel de las Tecnologías Cívicas en la Redefinición de la Esfera Pública". *Historia y Comunicación Social*, vol. 20, nº 2, pp. 193-209.

Sierra Infante, Sonia (2012), "Humor y Crítica Social en la Red en el Entorno del 15M". *Discurso y Sociedad*, vol. 6, nº 3, pp. 611-635.

Sommerfeldt, Erich (2010), "Activist E-mail Action Alerts and Identification: Rhetorical Relationship Building Strategies in Collective Action". *Public Relations Review*, vol. 37, nº 1, pp. 87-89.

Sousa, Helena; Pinto, Manuel & Silva, Elsa Costa e (2013), "Digital Public Sphere: Weaknesses and Challenges". *Comunicação e Sociedade*, vol. 23, pp. 9-12.

Subirats, Joan (2015), "Todo se Mueve. Acción Colectiva, Acción Conectiva. Movimientos, Partidos e Instituciones". *Revista Española de Sociología*, nº 24, pp. 123-131.

Sunstein, Cass R. (2007), *Republic.com. 2.0*. Princeton: Princeton University Press.

Tarrow, Sidney (2012), *El Poder en Movimiento. Los Movimientos Sociales, la Acción Colectiva y la Política*. Madrid: Alianza Editorial.

Thorson, Kjerstin; Driscoll, Kevin; Ekdale, Brian; Edgerly, Stephanie; Thompson, Liana Gamber; Schrock, Andrew; Swartz, Lana; Vraga, Emily K. & Wells, Chris (2013), "YouTube, Twitter and the Occupy Movement: Connecting Content and Circulation Practices". *Information, Communication & Society*, vol. 16, nº 3, pp. 421-451.

Tilly, Charles & Wood, J. Lesley (2009), *Los Movimientos Sociales, 1768-2009: Desde Sus Orígenes a Facebook.* Barcelona: Critica.

Torcal, Mariano; Montero, José Ramón & Teorell, Jan (2006), "La Participación Política en España: Modos y Niveles en Perspectiva Comparada". *Revista de Estudios Políticos*, nº 132, pp. 7-41.

Valhondo, José Luis (2012), *Sátira Televisiva y Democracia en España. La Popularización de la Información Política a Través de la Sátira*. Barcelona: UOC.

Van Biezen, Ingrid; Mair, Peter & Poguntke, Thomas (2012), "Going, Going, ... Gone? The Decline of Party Membership in Contemporary Europe". *European Journal of Political Research*, vol. 51, nº 1, pp. 24-56.

Van Laer, Jeroen & Van Aelst, Peter (2010), "Internet and social movement action repertoires". *Information, Communication & Society*, vol. 13, nº 8, pp. 1146-1171.

CAPÍTULO V

Biorcio, Roberto (2010), *La Rivincita del Nord. La Lega Dalla Contestazione al Governo*. Roma-Bari: Laterza.

Biorcio, Roberto (2015), *Il Populismo Nella Politica Italiana. Da Bossi a Berlusconi, da Grillo a Renzi*. Milano: Mimesis.

Canovan, Margaret (1981), *Populism*. New York: Harcourt Brace Jovanovich.

Diamanti, Ilvo (1996), *Il Male del Nord. Lega, Localismo, Secessione*. Roma: Donzelli.

Farneti, Paolo (1971), *Sistema Politico e Società Civile*. Torino: Giappichelli.

Fella, Stefano & Ruzza, Carlo (2009), *Reinventing the Italian Right. Territorial Politics, Populism and "Post-Fascism"*. London: Routledge.

Grilli di Cortona, Pietro (2007), *Il Cambiamento Politico in Italia. Dalla Prima Alla Seconda Repubblica*, Roma: Carocci.

Lanzone, Liza & Woods, Dwayne (2015), "Riding the Populist Web: Contextualizing the Five Star Movement (M5S) in Italy". *Politics and Governance*, vol. 3, nº 2, pp. 54-64.

McCarthy, Patrick (2016), *The Crisis of the Italian State: From the Origins of the Cold War to the Fall of Berlusconi*. New York: Palala Press.

Orsina, Giovanni (2013), *Il Berlusconismo Nella Storia d'Italia*. Venezia: Marsilio.

Segatori, Roberto (2013), "Mutamento Politico e Populismo Nell'Italia Contemporanea". In: Ettore Recchi, Marco Bontempi & Carlo Colloca (eds.), *Metamorfosi Sociali. Attori e Luoghi del Mutamento Nella Società Contemporanea*. Soveria Mannelli.

Taguieff, Pierre-André (2006), *L'Illusione Populista*. Milano: Bruno Mondadori.

Tarchi, Marco (2015), *Italia Populista. Dal Qualunquismo a Beppe Grillo*. Bologna: Il Mulino.

Urbinati, Nadia & Ragazzoni, David (2016), *La Vera Seconda Repubblica. L'Ideologia e la Macchina*. Milano: Raffaello Cortina.

CAPÍTULO VI

Bosetti, Giancarlo (2007), *Spin. Trucchi e Tele Imbrogli dela Politica*. Venezia: Marsilio.

Canel, María José (2008), *Comunicación Política. Una Guía Para su Estudio y Práctica*. Madrid: Tecnos.

Castells, Manuel (2007). "Communication, Power and Counterpower in the Network Society". *International Journal of Communication*, nº 1, pp. 238-266.

Castells, Manuel (2012), *La Politica in Ritardo Nell'Era di Internet*. Online: <https://www.reset.it/caffe-europa/la-politica-in-ritardo-nellera-di-internet> (referência de 04-10-2018).

Ceri, Paolo & Veltri, Francesca (2017), *Il Movimento Nella Rete. Storia e Struttura del Movimento 5 Stelle*. Torino: Rosenberg & Sellier.

Cicerón, Quinto Túlio (2009), *Breviario de Campaña Electoral*. Barcelona: Acantilado.

Lasswell, Harold D. (2013), *Propaganda Technique in the World War*. Mansfield Centre: Martino Publishing.

Maarek, Philippe J. (2009), *Marketing Político y Comunicación*. Barcelona: Paidós.

Manin, Bernard (1996), *Principes du Gouvernement Représentatif*. Paris: Flammarion.

Mazzoleni, Gianpietro (2010), *La Comunicación Política*. Madrid: Alianza Editorial.

Santos, João de Almeida (2012), *Media e Poder. O Poder Mediático e a Erosão da Democracia Representativa*. Lisboa: Vega.

Santos, João de Almeida (2017), "Crise da Representação ou Mudança de Paradigma? Democracia, Deliberação e Decisão". *Revista Portuguesa de Filosofia*, vol. 73, nº 1, pp. 15-48.

Schiavone, Giuseppe (1997), *La Democrazia Diretta*. Bari: Edizioni Dedalo Libri.

Schumpeter, Joseph (1974), *Capitalisme, Socialisme, Démocratie*. Paris: Payot.

Tagliagambe, Silvano (2009), *El Espacio Intermedio. Red, Individuo y Comunidad*. Madrid: Editorial Fragua.

Timoteo Álvarez, Jesús (1997), *Del Viejo Orden Informativo*. Madrid: Actas Editorial.

Timoteo Álvarez, Jesús (2005), *Gestión del Poder Diluído. La Construcción de la Sociedad Mediática (1989-2004)*. Madrid: Pearson.

Vázquez Montalbán, Manuel (1997), *Historia y Comunicación Social*. Barcelona: Grijalbo Mondadori.

Outros números da coleçao:

Nº 1
O Papa no Tempo e o Tempo do Papa
(Org. de José Brissos-Lino)

Apoio

FCT

UNIVERSIDADE LUSÓFONA

CICPRIS

CPES

CIPES

Neste livro, os autores reflectem sobre as relações entre a política e a rede, num período em que se verificam profundas alterações no processo político devidas, em grande parte, à emergência da rede. É claro que outras razões explicam as mudanças, como um certo esgotamento do sistema tradicional de partidos, a sua incapacidade de dar resposta às expectativas da cidadania, a questão dos refugiados ou, em geral, o intenso fluxo migratório que pressiona as sociedades mais estáveis e desenvolvidas e os efeitos da globalização, em todas as suas dimensões. Na verdade, os processos desencadeados pela internet vieram produzir mudanças substanciais na base dos sistemas sociais, na cidadania, logo, nos processos comunicacionais e eleitorais, na mobilização e na auto-organização política, fracturando estruturalmente o velho modelo de organização política das sociedades, muito centrado na componente orgânica e territorial. Participam nesta obra prestigiados intelectuais de Espanha, França, Itália e Portugal.

ISBN 978-989-757-089-6